

Humanidades & Inovação

Palmas, v. 2, n. 2
Ago.-Dez. 2014
ISSN 2358-8322

Revista

Humanidades & Inovação

Revista Humanidades e Inovação – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

108 Sul Alameda 11, Lote 03 - CEP.: 77020-122 - Palmas-Tocantins

Tel.: (63) 3218-4915

E-mail: rev.humanidades@unitins.br

EQUIPE EDITORIAL

Editoras

Kyldes Batista Vicente – Unitins

Darlene Teixeira Castro – Unitins

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Antonia Custódia Pedreira – Unitins

Dra. Doriane Braga Nunes Bilac - Unitins

Dr. Francisco Gilson Porto Junior – Unitins

Dra. Maria Lourdes Fernandez Gonzalez Aires – Unitins

Dr. Rodrigo Barbosa e Silva – Unitins

Dra. Willany Palhares Leal – Unitins

Secretaria Executiva: Ma. Liliane Scarpin da Silva Storniolo

Secretaria de Edição: Ma. Silvéria Aparecida Basniak Schier

Revisão: Dra. Darlene Teixeira Castro

Dra. Kyldes Batista Vicente

Ma. Liliane Scarpin da Silva Storniolo

CONSELHO CONSULTIVO

Dra. Dulcéria Tartuci – UFG

Dra. Eunice Prudenciano de Souza – UFMS

Dr. George França dos Santos – UFT

Dra. Irenides Teixeira – Ceulp/ULBRA

Dra. Isabel Cristina Auler Pereira – UFT

Dr. João Nunes da Silva – UFT

Dr. José Manoel Miranda de Oliveira - UFT

Dra. Juliana Cristina da Costa Fernandes – IFGOIANO

Dra. Karylleila dos Santos Andrade – UFT

Dra. Paula Karini Dias Ferreira Amorim – IFTO

Dr. Plábio Marcos Martins Desidério – UFT

Dra Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de Melo - UEPB

Dr. Valdir Aquino Zitzke – UFT

Dra. Valdirene Cássia da Silva – Ceulp/ULBRA

Dra. Vivianne Fleury de Faria – UFG

EQUIPE TÉCNICA

Lucas Araújo Hein Rodrigues

(Manutenção e Apoio Técnico - DTIC)

Randolfo Soares Corrêa

(Arte – Criação de Logo)

Rogério Adriano Ferreira da Silva

(Arte – Capas – Edições)

Contato de Suporte

Lucas Araújo Hein Rodrigues

lucas.ah@unitins.br

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Periodicidade: Semestral

Sistema de Submissão: fluxo contínuo

Os manuscritos podem ser submetidos em qualquer data. Assim que forem enviados, serão designados os avaliadores e, em caso de aprovação, serão incorporados no próximo número a ser publicado.

Sistema de Publicação: *ahead of print*

Os trabalhos aceitos para publicação e que tiveram os procedimentos editoriais encerrados serão imediatamente publicados na próxima edição. Isso será feito até que se encerre a composição de um novo fascículo.

CONTATO

Endereço postal

Revista Humanidades e Inovação – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

108 Sul Alameda 11 Lote 03 Cx. Postal 173 - CEP.: 77020-122 - Palmas-Tocantins

Contato Principal

Profa. Dra. Kyldes Batista Vicente

Profa. Dra. Darlene Teixeira Castro

Contato de Suporte

Jairo Gervásio de Carvalho

E-mail: jairo.gc@unitins.br

Políticas

Foco e Escopo

A Revista Humanidades e Inovação, editada pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), tem por objetivo a difusão de estudos e pesquisas de professores e alunos de pós-graduação, pesquisadores e gestores de instituições de ensino superior e de pesquisa, gestores de associações científicas e profissionais, dirigentes e demais órgãos envolvidos na formação de pessoal e produção científica, relativos ao conhecimento científico das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes, com especial enfoque para a linguagem e processos educativos, comunicação, educação e tecnologia, sociologia e processos de inovação gerenciais, sociais e tecnológicos.

Políticas de Seção

Editorial.

Estudos – divulga trabalhos de caráter acadêmico-científico.

Debates – divulga ideias de membros da comunidade acadêmico-científica.

Experiências inovadoras: experiências nacionais e internacionais desenvolvidas por instituições que tenham caráter inovador.

Política de Acesso Livre

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

O sistema da Revista Humanidades e Inovação permite:

- 1- Ao LEITOR acessar todos os artigos da revista já publicados.
- 2- Ao AUTOR submeter e acompanhar a avaliação dos artigos de sua autoria.
- 3- Ao EDITOR gerenciar a confecção dos exemplares para publicação.
- 4- Ao AVALIADOR manter contato com o editor e o autor do artigo.

Submissões

Submissões On-line

Diretrizes para Autores

A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”. Substitua o nome dos autores por XXXX (filiação e e-mail também) para garantir a avaliação às cegas. Os artigos, formatados conforme as normas no LibreOffice, devem ter em média 12 páginas, mas não há um limite máximo nem mínimo: os pareceristas vão considerar a adequação do número de páginas à proposta nele desenvolvida. Geralmente, artigos têm no mínimo dez páginas.

EDITORIAL

O segundo número da Revista Humanidades e Inovação está sendo apresentado à comunidade acadêmica e científica. A revista, que é editada pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, traz, neste número, nove artigos de professores e pesquisadores de cursos de graduação e pós-graduação das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

No primeiro artigo, intitulado “Reprovação não é a solução!”, as professoras Nerci Maria Rezende Carvalho e Rosemeri Bick Diniz apresentam algumas reflexões sobre o processo de avaliação escolar e em especial sobre o alto índice de reprovação dos alunos, a partir de uma análise de políticas públicas implantadas para melhorar esse índice.

Uma abordagem histórica acerca da atuação da sociedade civil organizada na construção das políticas públicas que concernem à educação sexual no currículo escolar no Brasil é o foco do artigo da professora Franciele Monique Scopeto dos Santos, “Educação Sexual na escola: inovação curricular ou repressão das sexualidades”.

Em “Saúde do Trabalhador: da formação à integração do ensino e serviço” os autores trazem um relato de vivência acerca da participação de acadêmicos dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Psicologia, no PET Saúde Vigilância, com foco na Saúde do Trabalhador.

A professora Eunice Prudenciano de Souza nos apresenta uma leitura das personagens D. Quixote e Capitão Vitorino, estabelecendo pontos de contato entre a narrativa de Cervantes e Fogo Morto, em “D. Quixote e Capitão Vitorino: personagens tragicômicas”.

Os professores Alcides do Nascimento Moreira, Rodrigo Barbosa e Silva e Willany Palhares Leal apresentam em seu artigo “A Comissão Própria de Avaliação perante os cursos de EaD: a experiência da Unitins” a relevância dos trabalhos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unitins, em especial, dos relatórios de autoavaliação, que sustentam as discussões da comunidade acadêmica em prol da reestruturação pedagógica e reconfiguração política da instituição promovida pela equipe gestora.

Cristian Cipriani e Edivaldo José Bortoleto propõem, a partir das reflexões de Álvaro Vieira Pinto, uma reflexão acerca do conceito de tecnologia enquanto epistemologia da técnica no artigo “A tecnologia como epistemologia da técnica: um estudo a partir de Álvaro Vieira Pinto”.

Uma discussão sobre a prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa e o enfoque dado ao ensino da gramática em sala de aula é o tema abordado pela professora Denise Sodré Dorjô em “Atuação docente na sala de aula com a Língua Portuguesa: ensino da Gramática”.

Os artigos que encerram o volume 2, número 2, a Revista Humanidades e Inovação são voltados para a área da Administração. O artigo “Qualidade no atendimento ao cliente: estudo de caso do cartório de registro de imóveis de Palmas-TO” assinado pelo professor Thiago de Castro Formiga Júnior e pela administradora Gisélia Rodrigues Pereira de Oliveira realizaram um estudo em que foi possível conhecer o nível de satisfação dos clientes e identificar possíveis falhas que poderão ser avaliadas pela administração do Cartório a fim de qualificar-se nessa área.

A tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos Lidiane Vieira e a professora Nerci Maria Rezende Carvalho objetivam em seu artigo “A importância da gestão de pessoas nas organizações” mostrar que a Gestão de Pessoas é uma associação de habilidades e métodos, políticas, técnicas e práticas definidas com o objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano e tem por finalidade selecionar, gerir e nortear os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa.

Esperamos que, com mais este número, possamos contribuir para a produção e divulgação de pesquisas e estudos realizados nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

Profa. Dra. Kyldes Batista Vicente
Profa. Dra. Darlene Teixeira Castro

REPROVAÇÃO NÃO É A SOLUÇÃO!

Nerci Maria Rezende Carvalho¹

Rosemeri Bick Diniz²

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o processo de avaliação escolar e em especial sobre o alto índice de reprovação dos alunos. Verificamos que as políticas públicas, implementadas pelo governo no sentido de melhorar estes índices, ainda não estão sendo satisfatórias. Há necessidade de repensar a avaliação, de oferecer uma outra perspectiva aos professores a respeito do olhar sobre a aprendizagem e conseqüentemente sobre a reprovação. Além de um estranhamento dos profissionais da educação a respeito de um possível fim da reprovação.

Palavras-chave: educação, avaliação, concepção, diagnóstico, reprovação e reflexão.

ABSTRACT

The article presents some thoughts on the process of evaluating school and in particular about the high number of disapproval students. We note that public policies implemented by the government to improve these rate are not yet satisfactory. We need to rethink the politics of education, to offer another perspective to teachers about the look on learning and consequently on the disapproval. In addition to an estrangement of education professionals regarding a possible order of disapproval.

Keywords: education, evaluation, design, diagnosis, disapproval and reflection.

1. Licenciada em Pedagogia, Especialista em Docência do Ensino Superior; Gestão Escolar e em Coordenação do Trabalho Pedagógico, Professora de Graduação e Pós Graduação do Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Faculdade- ITOP em Palmas-TO.

2. Licenciada em Pedagogia, Especialista em Coordenação do Trabalho Pedagógico, Mestra em Educação e Professora da Universidade Federal do Tocantins- UFT.

Introdução

Sempre é bem vinda uma parada para se pensar sobre a avaliação. Avaliamos todos os dias. Sejam as nossas ações, as dos colegas de trabalho ou as ações dos membros e entidades da nossa sociedade. E para quem o cotidiano é a escola, esta prática se repete diariamente, porém de uma forma diferente. Avaliamos com o compromisso de dimensionar o processo de aprendizagem do aluno. Seguimos com o processo de aprendizagem através do desenvolvimento de conteúdos quando o aluno aprende; mas o que acontece quando não há aprendizado? Avançamos com o conteúdo ou paramos para verificar as questões que envolvem esta falta de compreensão do conhecimento?

Este estudo tem como pretensão mostrar que a reprovação não é uma aliada do processo de aprendizagem por provocar baixa-estima no aluno e não levar o profissional da educação à uma reflexão que possa desenvolver atitudes positivas diante desta situação. A metodologia empregada deu-se através de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, onde foram observadas as práticas avaliativas e a uso do resultado das mesmas. Ele se justifica em função do alto índice de reprovação constatado na escola campo. O projeto a seguir baseou-se em abordagens qualitativas de pesquisa etnográfica e estudo de caso.

Antes de tratarmos da avaliação, faremos uma breve viagem no tempo para compreender um pouco os meandros da educação.

As mudanças na educação.

Na segunda metade do século XIX surgem as primeiras discussões no Brasil a respeito da necessidade da criação de escolas para todos. Até então, somente a elite colonial era privilegiada. Porém, ao contrário do que muitos ainda acreditam, esta idéia somente veio tomar

forma no século XX quando ela é vista como uma estratégia de desenvolvimento do país, logo a educação passa a ser discutida como um direito efetivo do povo brasileiro.

Apesar, das reivindicações e do trabalho de muitos profissionais da educação, segundo a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas-UNESCO (2000), chegamos ao final do século XX com um índice vergonhoso de 18 milhões de analfabetos no Brasil e 875 milhões no planeta. Estes números alardearam o mundo e fizeram com que os debates passassem a incluir educação como um dos focos de intervenção no que tange a políticas públicas sociais e desenvolvimentistas.

No Brasil, segundo Soares (2007), após a política de transferência da responsabilidade de Ensino Fundamental da esfera Federal e Estadual para os Municípios, as matrículas nas escolas municipais aumentaram de 14,1 milhões em 1995 para 23,2 milhões em 2005. Em setembro de 2007 os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; apontam que de 1996 a 2006, a taxa oficial de analfabetismo no Brasil, entre maiores de dez anos, caiu de 13,7% para 9,6%, dados que ainda mantém o país no penúltimo lugar no ranking de alfabetização da América do Sul.

Durante este período várias ações foram implementadas, entre elas temos o processo de descentralização e democratização das escolas, como meio de facilitar a transparência e aplicação das verbas públicas para este setor, além da ampliação do número de vagas nas instituições para atingir um maior percentual de alunos, são estas algumas medidas mais marcantes destas reformas.

Estas mudanças foram surgindo em consequência da nova ordem econômica mundial e isso tem refletido diretamente na educação, contribuindo para a construção de um novo olhar para a educação pública. Organismos nacionais e internacionais passaram a acompanhar de perto as instituições públicas de ensino no que

diz respeito à verificação da qualidade do ensino oferecido aos filhos dos trabalhadores deste país.

As políticas governamentais passaram a solicitar, ou até mesmo exigir, uma autonomia das escolas; numa tentativa de deixar os problemas educacionais de séculos serem vistos como um problema de gestão e até de ausência da comunidade em assumir certas responsabilidades para com a escola. Por fim, o governo em parceria com órgãos não governamentais, mas em sua maioria financiados por organismos internacionais, passaram a buscar mecanismos para avaliar a educação brasileira.

O Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura - MEC; cria o Sistema de Avaliação da Educação Básica -SAEB-, e inicia então um sistema de avaliação na busca de indicadores da qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras. A partir da implantação de instrumentos de avaliação, estes aos poucos vão sendo aplicados como forma de verificar a qualidade e o nível de aprendizagem dos alunos. Os governantes e a opinião pública passam a cobrar dos gestores mudanças no quadro educacional brasileiro e a avaliação então é vista como um termômetro, “medidor” das práticas educativas realizadas pela escola.

Um dos maiores problemas desta forma de avaliação é a falta de continuidade do processo avaliativo. Na maioria das vezes as escolas não recebem informações adequadas, ou chegam e não são compreendidas; os mecanismos pouco contribuem para que ocorram mudanças nas escolas e às vezes provoca uma reação negativa, como a baixa estima dos membros das escolas. As instituições com baixo desempenho são cobradas e vistas como se toda a responsabilidade pelo resultado pudesse ser atribuído aos gestores, professores, alunos, funcionários e pais, isentando, desta maneira, o Estado de suas responsabilidades no campo educacional.

Neste contexto, um dos grandes aliados é o Projeto Político Pedagógico-PPP das escolas. Quando construído democraticamente e de forma conjunta entre todos os envolvidos com

a educação, ele fornece os rumos educacionais desejados pela comunidade escolar, possibilitando assim, o desenvolvimento de ações voltadas a erradicação da reprovação no interior da escola.

Não podemos fingir que estamos cumprindo o nosso papel de gestores e educadores se não estivermos atentos aos aspectos que influenciam de forma positiva ou negativa o desenvolvimento do educando. Esta postura representa uma forma de compromisso do educador com o aluno.

Isso começa com uma atenção especial dada ao ambiente físico da escola, que amplia ou não o acesso e a permanência dos alunos. Será preciso também desenvolver a prática de compartilhar as ações da gestão, criar ambiente de formação dos educadores e proporcionar a eles condições de trabalho adequado, além de ampliar a participação da comunidade escolar de forma a construir um ambiente educativo.

Sociedade e escola

Sabemos que a sociedade é composta por pessoas com origens, valores e credos diversos. Bem como, que existe uma visível desigualdade de oportunidades que acabam sendo reforçadas por práticas ou concepções historicamente mantidas dentro do cotidiano escolar.

A escola deve estar atenta à sua dinâmica para não perpetuar erros seculares. Ela deve trabalhar dentro da lógica que consiste em auxiliar no processo de inclusão social na medida em que adota uma postura democrática e crítica, comprometida com a mudança do cenário atual rumo a um novo modelo de sociedade. Nesta nova escola um parceiro que deve assumir o papel de linha de frente é o Conselho Escolar. O Caderno 02: Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola faz referência ao papel do Conselho e de sua importância propagar a seguinte afirmação:

Por isso, é indispensável que todos os que integram a escola,

em especial o Conselho Escolar, permaneçam atentos e vigilantes, para evitar que a escola contribua para reforçar as condições e práticas que ajudam a manter a injustiça e as desigualdades sociais (GRACINDO, 2004, p. 26).

Neste sentido, o Conselho Escolar deve ser guardião e fiscalizador das propostas do PPP de forma a contribuir e assegurar que o direito a educação com qualidade alcance todos os alunos, garantindo assim, a autonomia do Conselho estabelecida pela LDB, conforme seu artigo 14.

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas particularidades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos escolares ou equivalentes.

Uma das preocupações do Conselho deve ser acompanhar as ações da escola de modo a verificar se é considerado o conhecimento que o aluno traz quando inicia sua vida escolar. A cultura da comunidade do aluno deve ser uma aliada ou uma ponte entre ele e os conhecimentos históricos que a escola trabalha. A escola precisa saber usar a vivência do aluno em sociedade e a partir dela aprofundar o processo de ensino. Ao negar ou contestar os valores, os costumes e as crenças do cotidiano do aluno ela vai perder o educando e assim contribuir na manutenção desta ordem perversa de exclusão que existe hoje. Celso Vasconcelos (2000, p. 73) nos diz que “Construir uma educação emancipadora e inclusiva, é instituir continuamente novas relações educativas numa sociedade contraditória e excludente”. Este processo de inovação não é fácil, mas precisa ser implementado.

É justamente neste ponto que o Conselho

Escolar precisa trabalhar no sentido de garantir que uma nova escola, construída socialmente, venha a ter como prática cotidiana ações desenvolvidas dentro de uma nova pedagogia baseada no respeito e na inclusão dos diferentes. A começar por trabalhar com uma avaliação diagnóstica que prime pela prática do diálogo com intuito de superar velhos paradigmas da educação inclusiva.

Para garantir que este processo ocorra, temos o Plano Nacional de Educação- PNE, seguindo o princípio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e da Constituição Federal de 1988 ele vem assegurar que todas as instituições elaborem de forma democrática o seu PPP, ou seja, o documento que propõe um caminho a ser seguido pela escola deve ser construído de forma coletiva e, portanto, as escolas precisam ter em seu seio organizações democráticas como: Associação, Conselhos, Grêmios e uma política de fortalecimento da democracia. Caso contrário a comunidade não participa e nem respalda as ações das escolas.

Quando a escola opta por se fechar às inovações, todos perdem, porém os mais prejudicados são os alunos. É sobre isto que Maria Tereza Esteban nos chama à atenção:

A inexistência de um processo escolar que possa atender às necessidades e particularidades das classes populares, permitindo que as múltiplas vozes sejam explicitadas e incorporadas, é um dos fatores que fazem com que um grande potencial humano seja desperdiçado (ESTEBAN, 2000, p. 37).

Sobre esta colocação poderíamos nos perguntar quantas pessoas acabaram por abandonar a escola após anos e anos de reprovação? Será que elas não tinham condições de aprender o conteúdo trabalhado em sala? Ou será que foram as práticas equivocadas de avaliar

que não permitiram à escola diagnosticar e intervir para sanar as dificuldades destes alunos, forçando-os a acreditarem que eles não tinham condições de aprender? Conforme veremos a seguir a avaliação pode ser a salvação ou uma das causas do fracasso escolar.

As Práticas de Avaliação

A existência de diversos tipos de avaliação, em decorrência de pressupostos metodológicos ou epistemológicos no leva a uma grande variedade de modelos em avaliação educacional. Hoje, a avaliação dialógica apresenta-se como uma das mais difundidas e utilizadas nas escolas por contrapor com a avaliação bancária, cultuada por séculos no Brasil e presente até os dias de hoje.

Na educação bancária não há necessidade do aluno refazer o itinerário de descobertas. O professor, com seu plano de curso e de aula, previamente elaborado, apresenta todas as 'verdades' e o aluno só precisa seguir. Paulo Freire nos descreve muito bem como se dá este processo:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem depósitos, guardá-los e arquivá-los. (...).

Os alunos têm de se doar de uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que se vão transformando em conteúdos (FREIRE, 1985, p. 66-71).

Como toda concepção de educação desemboca em uma concepção de avaliação, a avaliação só tem uma única função: verificar

conhecimentos. Desconhece os procedimentos, instrumentos e estratégias utilizadas pelos alunos no processo de aprendizado. Não existe uma preocupação com o porquê de não se dar o conhecimento, ao contrário, o aluno deve expressar exatamente o que lhe foi "passado e arquivado" pelo professor durante as aulas.

Outra concepção que vem ganhando terreno no campo da educação, mas que ainda não está sendo trabalhada com profundidade nas escolas é a concepção de escola cidadã. Sua função é de trabalhar para que o conhecimento seja um processo de descoberta coletiva, mediada pelo diálogo entre os envolvidos.

Assim, a avaliação deixa de ser processo de cobrança para ser mais um momento de aprendizado. Com ela aprende o aluno e o professor, pois permite uma reflexão sobre os acertos e os erros de todo o processo. Nesta lógica a avaliação não pode ser vista como um obstáculo ao avanço transformador onde o aluno se submete a ela para "passar" ou "ser reprovado". Assim, a reprovação tende a ser interpretada como uma derrota que impossibilita os avanços do que como um desafio que provoca as tentativas de superação.

Sob este ângulo, a reprovação passa a ser uma inimiga do crescimento do país e da construção de um novo modelo de educação e de sociedade. Se levarmos em conta que as pesquisas apontam um número expressivo de alunos com pouco conhecimento. E o que mais nos chama a atenção é o fato da escola ser vista por todos como uma alternativa de desenvolvimento da pessoa e da sociedade e ao mesmo tempo sabemos que na escola pública é onde existe o maior número de alunos reprovados e também é nela que ocorre o maior número de evasão. Ou seja, a escola que deveria servir para incluir os filhos dos trabalhadores, por meio das inúmeras práticas pedagógicas, dentre elas prioriza a avaliação classificatória com intuito de medir conhecimento, terminando assim por excluí-los. Pois ao perceberem que não estão sendo aprovados/classificados sentem que fracassaram e que a escola não é um lugar para eles. Assim, o

desanimam, ou abandonam a vida escolar.

A reprovação no cotidiano escolar

A reprovação é um dos temas de estudo de muitos teóricos preocupados com a existência desta prática ainda no terceiro milênio como no caso de Vasconcellos em seu livro *Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação*, onde o autor nos coloca que manter o aluno mais anos na escola, além de não garantir a aprendizagem, ainda compromete a auto-estima da criança e promove a desigualdade social;

Podemos indagar: se acabasse a reprovação, estariam resolvidas as mazelas da educação brasileira? Não, mas pelo menos poderíamos localizar os problemas onde de fato eles estão e não canalizar para a punição do aluno, como se ele fosse o único responsável (VASCONCELLOS, 1998, p. 97).

Este tema também preocupa outros autores, como a pesquisadora Esteban. (2001, p. 40) Em seu livro *A avaliação no cotidiano escolar*, afirma que “a reflexão sobre a avaliação só tem sentido se estiver atravessada pela reflexão sobre a produção do fracasso/sucesso escolar no processo de inclusão/exclusão social”. Sendo assim, parece-nos que este é o caminho para buscarmos medidas sérias e conscientes para os altos índices de reprovação das escolas públicas.

É preciso estar atento aos prejuízos que a reprovação ou a aprovação sem os requisitos mínimos de conhecimento pode causar na vida do aluno. Não queremos de forma alguma colocar em cheque a capacidade de avaliação dos professores, mas queremos sim refletir sobre a forma de avaliação que vem sendo realizada nas escolas. Antecipadamente podemos afirmar que a reprovação não representa a solução para o baixo índice de aprendizagem. Acreditamos que, se conseguirmos mudar o foco da avaliação para o processo de ensino e aprendizagem, poderemos

fazer uso da mesma para detectar onde está havendo falha na aprendizagem, mudar nossos procedimentos e intervirmos com tempo para que o aluno aprenda.

Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sergei Suarez Dillon Soares:

A repetência afeta a auto-estima das crianças, além de ser uma das principais causas do baixo rendimento e da evasão escolar.

Essas crianças, discriminadas e desmotivadas, aprendem menos ainda quando repetem a mesma série e acabam por abandonar a escola, mesmo quando gostam de freqüentá-la, pela convivência com outras crianças da mesma idade (SOARES, 2007, p. 06).

Diante do exposto e da realidade, vivida na escola Municipal Maria Julia – Palmas/TO sobre a reprovação. Apresentamos a equipe gestora um projeto de intervenção para esta escola, que atende cerca de 1200 alunos e em 2007 apresentou índice de reprovação de aproximadamente 45%, e no primeiro bimestre de 2008 o índice chegou a mais de 70%. Diante disso propomos: repensar a prática avaliativa e realizar uma revisão do conceito de avaliação dos educadores lotados na instituição. Este repensar se daria através de cursos de formação sobre o tema com o objetivo acabar com a reprovação na cabeça dos educadores, de forma consciente e participativa. Acreditamos estar no caminho certo, pois o autor Vasconcellos nos ajuda a entender que:

A primeira tarefa não pode ser simplesmente eliminar a reprovação legalmente, mas lutar para que os professores se comprometam com a aprendizagem efetiva de todos. Depois a, a lei poderia ser mudada com tranquilidade, sem traumatismo (VASCONCELLOS, 1998, p. 114).

Ao repensar ou adotar outra concepção de avaliação, teremos como conseqüência a melhoria

dos índices de aprendizagem; além de elevarmos a estatística de nossos alunos aprovados, poderemos gradativamente colocar um fim no processo de reprovação dentro da escola com a participação de todos os envolvidos.

O projeto proposto foi dividido em duas etapas. A primeira consistiu numa parada para repensarmos o processo e a proposta de avaliação contida no PPP da escola. Na segunda, a realização de um curso a ser solicitado a SEMEC. Isto se faz necessário ao percebermos que os professores apresentam diversas dificuldades com os instrumentos de avaliação e direcionamento de seu foco, e também, porque não existe um modelo padrão de avaliação no Município de Palmas, já que os instrumentos são muitos a serem usados se faz necessário que um maior entendimento das concepções de avaliação.

Acreditávamos que as práticas avaliativas adotadas pela escola poderiam vir a ser uma das causas dos resultados negativos, pois segundo Esteban:

Nosso século se ocupou especialmente da medida educacional, ressaltando seus traços de objetividade, viabilidade, validade, eficácia e neutralidade, representados pela preocupação de construir provas estandardizadas capazes de revelar cientificamente os interesses, atitudes, desenvolvimento, progresso, rendimento e inteligência dos estudantes. Esta avaliação se apóia essencialmente no estabelecimento de um padrão que serve como termo de comparação, diferenciação, classificação e exclusão (ESTEBAN, 2001, p. 101-102).

A autora nos remete a uma realidade vivenciada por nós na escola, pois durante o projeto foi possível constatar que existe um grande afunilamento na questão do número de aluno por série, uma vez que nas séries finais do segundo segmento temos e torno de 35% dos

alunos matriculados no primeiro ano/série deste mesmo segmento. Esta situação nos remete ao fato de que a escola não está cumprindo com o seu papel de servir como instrumento de inclusão de saberes.

Um dos fatores detectados neste acompanhamento do processo de avaliação do cotidiano escolar foi a dificuldade que os alunos e professores estão enfrentando com as mudanças ocorridas no contexto escolar. O aumento do número de vagas e de alunos por sala de aula, às mudanças na organização familiar e o pouco investimento em educação, são alguns dos fatores que contribuem para que os resultados não sejam os desejados dentro das escolas.

Acreditamos que uma reflexão mais ampla sobre avaliação se faz necessária e urgente. Para isso é preciso considerar que todo processo de mudança é complexo, mexe com a segurança dos sujeitos. Se quisermos desencadear a mudança, precisamos cuidar de fortalecer o professor, sobretudo por estarmos alterando a avaliação que historicamente tornou-se seu grande ponto de apoio para a administração do cotidiano da sala de aula. Sobre isso o pesquisador Sergei Soares nos alerta:

A ameaça de não passar de ano é argumento terrorista utilizado pelos professores dos países que não investem na qualificação dos seus profissionais de ensino fundamental e, por isso, eles desconhecem metodologias modernas, que adotam princípios lúdicos ou baseados no prazer do aprendizado e do conhecimento (SOARES, 2007, p. 05)

Por isso é importante lembrar que não é só a visão do professor que deve mudar, mas a visão de toda a escola. Só assim poderemos superar esta lógica de reprovação como solução dos problemas de déficit de aprendizagem.

Considerações Finais

Percebemos que existe uma necessidade

premente de mudar o foco de avaliação e torná-la uma aliada no processo de aprendizagem. Da forma, como vem sendo praticada (para verificação e classificação) constitui-se somente num mecanismo para aprovar ou reprovar, selecionando os mais “capacitados”. A discussão sobre avaliação não mais pode ser adiada e deve envolver todos os profissionais da educação. Ela precisa fazer sentido para o professor e o aluno. Não devendo ser usada como ferramenta de exclusão, mas de instrumento para incluir no conhecimento. Este é um convite não só aos professores, mas também as instâncias superiores de educação para que outros rumos sejam tomados e outras luzes sejam vislumbradas no horizonte das escolas e da vida de cada um de nós.

Referências

- ESTEBAN, Maria Tereza. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. **O que sabe quem erra?** Reflexão sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- GRACINDO, et al. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. MEC/SAEB, 2004.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. In: **Revista Desafios**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea: 26/10/2007
- VASCONCELLLOS, Celso dos S. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de mudança**. São Paulo: Libertad, 2000.
- _____. **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação**. São Paulo: Libertad, 1998.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: INOVAÇÃO CURRICULAR OU REPRESSÃO DAS SEXUALIDADES

Franciele Monique Scopetc dos Santos

Resumo

O trabalho apresentado ambiciona uma abordagem histórica, assim como, paralelamente a atuação da sociedade civil organizada, na construção das políticas públicas que concernem à educação sexual no currículo escolar no Brasil. Para tal ambição nossa análise se orienta em um debate sobre as iniciativas européias no final do século dezoito, em países como: França e Suécia, e posteriormente, as adjacências desses debates acerca da educação da sexualidade no Brasil, a partir do século vinte com as iniciativas médicas e higienistas. Somos enveredados a observar um corpo teórico que evidencie, não somente os aspectos normativos da educação sexual, mas também a influência e aplicabilidade de leis que impulsionam currículos pertinentes aos debates em educação sexual no escopo das disciplinas da educação básica, nesse sentido, o corpo teórico é reduzido em caráter quantitativo, porém não qualitativo. Nossa problemática principal nessa conexão: norma e currículo é a reflexão sobre a dimensão foucaultiana da produção de sentidos em duas esferas organizacionais da educação básica, a saber: a normativa e a curricular. Assim, podemos verificar ao longo de nosso debate que a sexualidade, desde seus desdobramentos teóricos e médicos, a rigor iniciados no final do século dezoito é, impreterivelmente, discutida em suas características reprodutivas e preventivas, ou seja, na prevenção de gravidez em mulheres com minoridade penal, assim como, na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Não excluimos essas duas premissas do mote de debates da educação sexual, todavia presumimos, em caráter conclusivo que: a educação sexual em sua condição imanente à existência humana exige discussão, sobretudo no âmbito escolar, de sentidos que abarquem a construção social e cultural das pluralidades sexuais, orientamos nossa reflexão sobre esse prisma axiomático, na medida em que, observamos a incidência ainda hedionda da violência contra a mulher, a lesbofobia, homofobia, e transfobia, violências deveríamos relacionar com o processo formativo educacional de nossas alunas e alunos.

Palavras-chave: Leis educação sexual; inovação; currículo escolar.

Abstract:

The presented work aims a historical approach, as well as the parallel operation of civil society organizations in the construction of public policies that pertain to sex education in the school curriculum in Brazil. For this ambition our analysis is guided in a debate on European initiatives in the late eighteenth century, in countries such as France and Sweden, and later, the adjacencies of these debates about sexuality education in Brazil, from the twentieth century with the hygienists and medical initiatives. We are travelling down to observe a theoretical body that demonstrates not only the normative aspects of sex education, but also the influence and applicability of laws that drive curricular relevant to debates on sex education in the scope of the disciplines of basic education, in this sense, the theoretical is reduced by a quantitative but not qualitative. Our main problem in

1. Doutoranda no programa de Pós-graduação em Educação Escolar, linha de pesquisa: Sexualidade, Cultura e Educação Sexual -Fclar/UNESP/Araraquara- Bolsista CAPES - pesquisadora no grupo de pesquisa GEPESEC - O Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura

this connection: standard and curriculum is a reflection on the size of the Foucauldian theory sense production in two organizational spheres of basic education, namely to rules and curriculum. Thus, we can see throughout our discussion that sexuality, from theoretical developments and their doctors, rigor started in the late eighteenth century is, in any case, discussed in its preventive and reproductive characteristics, in other words, the prevention of pregnancy in women with criminal minority, as well as the prevention of sexually transmitted diseases. We do not exclude these two premises of the motto of the sex education debates, however we presume, in which conclusive character: sex education in their condition inherent to human existence requires discussion, especially in schools, meanings that include the construction of social and cultural pluralities sex, guide our reflection on this prism axiomatic, in that we observe the incidence still hideous violence against women, lesbophobia, homophobia, and transphobia, violence should relate to the educational process of our students.

Key-words: Laws; Sexual Education; Innovation, School Curriculum.

Educação Sexual como uma inovação curricular

Pensar a Educação Sexual como integrante pertinente ao currículo escolar não é novidade, sobretudo, quando nos deparamos com a questão da sexualidade na escola. Não obstante, é necessário pontuarmos historicamente nosso debate, assim como, datas significativas que permearam o tema e especialmente nos remeter a alguns fatos decorrentes das datas apresentadas. Buscaremos nesta exposição explorar alguns aspectos históricos que contribuíram para a efetivação da Educação Sexual no currículo das instituições escolares em nosso país, para tal iniciativa nos propusemos à interlocução com as seguintes obras: *Sexo e Juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola* (BARROSO; BRUSCHINI, 1983), *Educação Sexual na escola: mito e realidade* (GUIMARÃES, 1995), *A Educação Sexual da Criança* (NUNES; SILVA, 2000), *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas* (AQUINO, 1997), *Sexo se aprende na escola* (SUPLICY, 1998) e *Conversando sobre sexo* (SUPLICY, 1994).

Salientamos que a pesquisa se atentou a obras que nos proporcionasse aportes históricos para nossa descrição, desse modo, percebemos que não há um marco, um “estopim” ou um “advento” circunscrito em um local ou data que delimite a inserção dos debates sobre a sexualidade nas escolas.

Contudo, alguns pesquisadores (AQUINO, 1997; GUIMARÃES, 1995) apresentam que os primeiros indícios históricos da inserção do debate sobre a sexualidade surgiram na França em meados do século XVIII. Interessante perceber que nesse contexto histórico a Educação Sexual tinha como foco o combate à masturbação e recordarmos que no século XVIII um dos mais célebres defensores da educação, principalmente da Educação Infantil, o filósofo Rousseau, foi um fervoroso combatente da “auto-satisfação”.

Em sua canônica obra *Emílio*, ou da Educação, ele alertou sobre os efeitos nefastos da masturbação. Em contrapartida em sua obra *Confissões*, ensaios entendidos, também, como uma autobiografia o autor relata masturbar-se regularmente, ato frequente ao longo de toda sua vida. Não se faz necessário alicerçar a importância da obra de Rousseau na história da educação.

No século XIX as discussões se alargaram a questões médicas e preservativas o que implicou na abordagem de temas como: degenerescência das raças, aborto clandestino e doenças venéreas. Posteriormente, no século XX, houveram iniciativas relacionadas à educação sexual; voltadas à educação dos jovens em relação à procriação e reprodução, iniciativas essas esmeradas na tradição e preceitos cristãos, pois, na França em 1920, foi sancionada uma lei proibindo propagandas de anticoncepcionais e o aborto (BARROSO; BRUSCHINI, 1983).

Atentamos que o escopo investigativo proporcionado pelos autores acima citados ressalta a França como propulsora dos debates acerca da Educação Sexual, todavia, o primeiro país a organizar e sistematizar a Educação Sexual como componente curricular e balizar essa sistematizações em suas instituições escolares foi a Suécia, ainda no século XVIII.

Segundo Aquino (1997), em 1770 foram realizadas conferências públicas na Suécia que reivindicavam garantias e acesso da população perante o estado de métodos anticoncepcionais, assim como, a descriminalização do aborto em circunstâncias específicas, tais reivindicações foram promulgadas em 1938 pelo governo sueco (AQUINO, 1997, p.42). O autor apresenta que em 1942 a Suécia arrolou como lei a necessidade da Educação Sexual nas escolas e, conseqüentemente, em 1956 tal lei efetivou-se como obrigatória. Em contrapartida, a França oficializou a Educação Sexual em suas escolas somente em 1973, mesmo sendo considerada o berço das discussões.

Não podemos deixar de ressaltar a presença marcante da obra de Freud, no que concerne ao comportamento humano, nesse sentido, Nunes (2000, p.45) afirma que:

Até a eclosão do fantástico pensamento de Freud não se admitia que existisse na criança o que ele chamou de “impulso sexual”. No máximo, admitia-se que durante o período de puberdade o jovem começasse a se interessar pelas chamadas “coisas sexuais”. Em seus estudos, Freud considerou a sexualidade infantil desde o nascimento da criança (a primeira infância que nomeou ‘pré-histórica do indivíduo’). Freud foi o primeiro a considerar com naturalidade os atos e efeitos sexuais das crianças como ereção, masturbação e mesmo simulações sexuais (NUNES, 2000, p.45).

Dedicamos nossos argumentos ao ideário da infância, pois, a categoria “adolescência” é demasiada moderna para os argumentos

debatidos até então, sendo assim, não interpretamos como anacrônica nossa pesquisa, pois a categoria infância é compreendida até além da puberdade. Quando hoje já não podemos afunilar os debates aos mesmos conceitos, pois o recorte é mais preciso no que concerne às faixas etárias e ao desenvolvimento da infância e adolescência.

Em nosso país temos os primeiros registros sobre o debate da Educação Sexual na escola ligados estritamente a organizações médicas higienistas, em meados de 1920, organizações essas associadas às concepções médicas francesas. Aqui, como na França, a Educação Sexual era premissa para o combate a masturbação, as “enfermidades venéreas” e, sobretudo, o “bom preparo” da mulher para exercer seu papel de progenitora e esposa, temas estes entendidos, nesta época, como necessários à saúde pública e a moral sadia. Tais concepções muito presas a construção eugênica da reprodução humana.

Em contraposição a essa vertente médica foi na década de 20 que ideias opostas surgiram oriundas de movimentos civis organizados, entre eles o movimento feminista apresentado aqui na figura de Bertha Lutz. Tal movimento requisitava ao estado implementar um programa de Educação Sexual nas escolas que protegesse a maternidade e a infância, essas reivindicações culminaram na aprovação de uma proposta de programa de Educação Sexual no Congresso Nacional de Educadores, em 1928, programa este que compreendia crianças acima dos 12 anos de idade (AQUINO, 1997).

É interessante ressaltar que inicialmente este programa se limitava a análise do papel feminino na reprodução, porém, em 1935 ele foi ampliado compreendendo também o comportamento sexual masculino. Após quinze anos do Congresso Nacional de Educadores, até 1950, não se tinha literatura acerca de estruturas ou organizações que fossem concernentes a Educação Sexual dentro do currículo escolar.

Na década de 50, a formação profissional era

tida como as mais eficientes instituições escolares no Brasil, o que implicou em uma repressão rígida à sexualidade, conseqüentemente, a Educação Sexual. Essa repressão já não figurava mais na década de 60, após o golpe de 64, o país foi marcado por novos paradigmas políticos, principalmente na explosão da atuação de movimento civis organizados. Todavia, com a ascensão dos militares ao poder, as restrições assertivas quanto ao “tipo” de educação sexual desejada criaram obstáculos para discussão e debate na formulação de políticas educacionais efetivas. Segundo Guimarães (1995, p.56) em três anos, de 1963 a 1966, houveram muitas tentativas de curriculares para Educação Sexual, tanto nas instituições públicas como nas privadas.

Em 1970, o Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo em projetos com a Faculdade de Filosofia da USP foi fechado pelo regime militar. Nesse colégio, entre 1963 até 1968, os professores de Ciências desenvolviam um projeto interdisciplinar com alunos, colaboradores, estagiários e orientadores educacionais sobre sexualidade e Educação Sexual. Importante ressaltar que as aulas e as intervenções com as alunas e alunos eram documentadas por monitoras e monitores ligados aos projetos educacionais da Faculdade de Filosofia, porém com o fechamento da escola e com o terror da repressão militar toda documentação foi destruída pelos próprios integrantes do projeto, sob a opressão dos militares e o medo das possíveis implicações punitivas (GUIMARÃES, 1995).

Ainda em São Paulo, alguns Ginásios Vocacionais aplicavam em seus currículos a Educação Sexual na década de 60. O autor destaca que algumas experiências da década de 60, principalmente na cidade de São Paulo, e, sobretudo, na rede pública de ensino, foram germinais de paradigmas inovadores, pois não se limitavam a uma abordagem biofisiológica da

sexualidade, a qual se limitava a normatização das condutas e dos sujeitos. Porém, no ano de 1970, decreta-se o Ato Institucional nº 5, marco fundante da censura em nosso país, censura que abalou inúmeras instituições sociais, dentre elas as escolas. Ainda sobre as influências do regime, anteriormente ao AI nº 5, Guimarães apresenta que:

No dia 28 de janeiro de 1965, o Diário Oficial de São Paulo publicou um ato intitulado nº 9, de autoria do então secretário de educação José Carlos Ataliba Nogueira, com a seguinte nota: “É vedado aos professores do ensino de grau médio, especialmente os de **Biologia e Sociologia**, explorem na escola pública, e menos ainda, defenderem a limitação de filhos ou qualquer meio anticoncepcional. A violação desse preceito acarretará suspensão do professor, apurada a sindicância” (GUIMARAES, 1995, p.66) grifo nosso.

O civismo os bons costumes e a moral predominaram o imaginário popular e educacional durante o regime. De 1968 a 1975, a repressão calava a sexualidade assim como inúmeras outras Atenciosamente, da população, com violência e consternação sob o erige dos deveres civis e dos direitos limitados por uma ditadura. Em São Paulo, após a abertura política de 1978, realizou-se o I Congresso Nacional sobre Educação Sexual, o qual, em última instância, pensava em discutir as demandas da Educação Sexual na rede pública. “O congresso reuniu duas mil pessoas entre interessadas e interessados, educadoras e educadores” (GUIMARÃES, 1995, p. 67).

Em contrapartida desse importante fato histórico, do grande interesse das educadoras e educadores, com objetivos de vigilância, entidades de controle populacional realizaram o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual³. Um fato

3. Na década de 70, sugeriram algumas entidades de fins de controle populacional, entidades estas subsidiadas pelo estado como o BEMFAM (Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil). Segundo Guimarães, essa mesma entidade buscou introduzir um debate sobre orientações sexuais nas escolas, o qual abordava temas como: homossexualidade, travestismo e pedofilia, tal debate foi severamente criticado pelas instâncias governamentais e bruscamente retirado da pauta de discussões (GUIMARÃES, 1995, p.71).

ocorrido nesse período que teve grande repercussão nacional foi um programa de serviço telefônico e de rádio elaborado por Maria Helena Matarazo. Fato que não possui relação direta com a questão curricular, a qual é objeto desta pesquisa, todavia, foi a partir dos desdobramentos deste programa que a Fundação Carlos Chagas realizou em 1979 uma grande pesquisa com jovens entre 14 e 17 anos para avaliar suas dúvidas e valores sobre a sexualidade. Os jovens de diversas classes sociais porém em escolas públicas responderam a um amplo questionário, o qual pode ser entendido como a primeira interlocução no tocante a Educação Sexual diretamente ligada às alunas e aos alunos. Esta pesquisa foi apresentada em dois volumes intitulados: *Sexo e juventude* e *Educação Sexual: debate aberto* de C. Barroso e C. Bruschini. Autores de larga produção no tema Educação Sexual e currículo escolar, os quais fazem parte do escopo de nossa pesquisa.

No início da década de 80, o país fervilhava em reivindicações políticas, a revista “erótica” publicava corpos nus de homens e mulheres, até então proibidos pelo regime, a população bradava as “diretas já” e na televisão Marta Suplicy, na TV Mulher, iniciava um quadro em um programa de abrangência nacional chamado: *Falando sobre Sexo*. A mídia reacendeu nas escolas e universidades a necessidade de se tratar de algo, até então, sucumbido pela repressão do regime, ou seja, falar sobre sexualidade⁴ (SUPLICY, 1998).

A situação curricular na atualidade

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a seguir: PCN+ foi na década de 80 que efervesceram inúmeros trabalhos na área da sexualidade nas escolas, sobretudo, com

a premissa da gravidez precoce entre jovens mulheres e da proliferação da AIDS entre adolescentes (PCN+, 2002, p.113)⁵. Aquino (1997) apresenta que, também nesta época, as iniciativas de implementação curricular da Educação Sexual nas escolas se proliferaram por todo país, inclusive nas instituições de cunho confessional. O autor relata que, no início da década de noventa, órgãos governamentais relatavam o crescente aumento da gravidez na adolescência (cerca de 500 mil a cada ano), assim como, o aumento crescente dos casos de contaminação pelo vírus HIV (Aquino, 1997).

Somente no final da década de 90, a conjuntura política nacional permitiu a estruturação de inúmeras organizações não governamentais, as quais alicerçaram um importante trabalho no campo do combate e da prevenção do vírus HIV, assim como, na assistência aos/às portadores/as do vírus. O chamado terceiro setor balizou, além do trabalho específico em relação ao vírus HIV, uma insistente conversa com os meios educacionais, sobretudo a partir da reformulação educacional de 1996, e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sobre a Educação Sexual no seio escolar, assim como, a implementação curricular da mesma no sistema público de ensino.

Nesse sentido, o grande marco dessas interlocuções foram os PCN de 1997, e posteriormente, o debate ainda permaneceu nas mais recentes versões dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Hoje os PCN+ (2002) apresentam, no tocante à Educação Sexual, uma dedicação atenta à Orientação Sexual, essa como tema transversal a ser abordado do quinto ao nono ano. Todavia, no que concerne ao ensino médio, a discussão não é balizada como um seção específica ou como uma “competência” a ser desenvolvida no processo de aprendizagem no

4. A FEBRASGO (Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia) realizou, em 1983, um grande evento chamado 1º Encontro Nacional de Sexologia, o qual reuniu educadoras e educadores, cientistas sociais, médicos em debates sobre a sexualidade, sobretudo sobre o papel da escola nesta discussão.

5. Essa mesma premissa é observável nos PCN publicados nos anos 2000.

ensino médio. As diversas disciplinas suscitam, muitas vezes, implicitamente e, assim, permitem uma abordagem sobre o tema. Nesse sentido, não podemos afirmar, após nosso resgate histórico, que tudo que em nosso país foi produzido permitiu hoje possuímos um currículo que delibere especificamente acerca da Educação Sexual, temas, conteúdo, práticas e abordagens, no ensino médio brasileiro.

Considerações Finais

Concluimos que há um efervescente debate acadêmico em torno da possibilidade, ou não, de estarmos sob uma nova égide paradigmática. Tratar-se-ia de um período para o qual os grandes temas da modernidade são anacrônicos frente aos desafios postos pelos avanços da tecnologia, pelas reivindicações das lutas no campo do gênero, etnias e outras singularidades, assim como no terreno da economia. Tal controvérsia põe em questão a pertinência de se falar em “Pós-modernidade”. Os que acreditam no surgimento desse novo paradigma afirmam que a revolução no mundo da produção de bens materiais e culturais tem produzido uma nova subjetividade, um novo homem.

Dentre muitas características desse novo paradigma, há algo de fundamental importância, do ponto de vista epistemológico: a ênfase pós-moderna na desconstrução e no caos que desautorizam quaisquer pretensões de construção de um estatuto no campo do conhecimento. Perdem prestígio os tratados, os instrumentos e métodos de medida e avaliação, assim como, desvanecem a hegemonia das metanarrativas universalizantes, metódicas e deterministas e as expectativas de progresso e evolução.

Por outro lado, os críticos da Pós-modernidade (LOURO, 1997; HARVEY, 2002) discordam do fato das transformações culturais, políticas e produtivas, observáveis nas últimas décadas, significarem uma ruptura, um corte, uma superação da modernidade, para estes,

são novas elaborações em processo. O espírito moderno introduzido por Descartes encontrar-se-ia em construção. A globalização da economia, a informática, as revoluções no campo da cibernética e da imagem e as contradições dessas mudanças seriam sintomas da adequação da racionalidade do processo de desenvolvimento humano e social. Trata-se, portanto, muito mais de uma neo-modernidade do que uma pós, na perspectiva desses críticos do discurso pós-moderno.

Apesar de algumas diferenças no conceito de pós-modernidade, autores como Harvey (2002), Tomaz Tadeu da Silva (1999) e Wortmann e Veiga-Neto (2001) são defensores, se não de um novo paradigma, pelo menos de uma nova concepção de paradigma. Eles crêem que uma nova subjetividade está em processo de formação: novos cidadãos no exercício de relações cada vez mais complexas, determinadas e mediadas pela tecnologia da mídia, da informática, da cibernética e da robótica.

A atual cultura juvenil, a complexa teia que envolve a comunicação de massa, as relações globalizantes e as revoluções no campo da produção sugerem tratar-se de uma subjetividade pós-moderna (BUTLER, 1990), uma nova forma de ser e tornar-se humano, um novo discurso. A crítica ao projeto educacional moderno causou mais abalo à concepção de sujeito do que a qualquer outro elemento do pensar.

O sujeito moderno, unitário e racional, seria apenas o sujeito da perspectiva iluminista, portanto, circunscrito àquelas determinações históricas e culturais. Universalizá-lo, atemporalizá-lo, seria um contra-senso. Silva (1999) chega a afirmar que sem o sujeito moderno não há educação moderna. Isso porque: “[...] a possibilidade da educação e da pedagogia repousa precisamente no pressuposto da existência de um sujeito unitário e centrado e na finalidade da educação como a construção de sua autonomia, independência e emancipação [...]” (SILVA, 1999, p.254).

Segundo Silva (2009, p.117), Harvey (2002) compreende que esta subjetividade em formação produz uma “desnaturalização”, ou seja, antecipa e implica o “pós-humano”. A figura do *cyborg* é pertinente para a ilustração deste novo indivíduo: um organismo cibernético, uma imagem híbrida de homem e máquina, numa tempestade de informações, signos e imagens.

Permitimo-nos neste momento da análise uma digressão essencial para o que futuramente discutiremos como papel da construção dos sujeitos na sexualidade, nesse sentido, buscaremos inspiração nas premissas de Haraway quando apresenta a metáfora de ancoragem para seu ensaio, Haraway (2009) escreve, é a imagem do *cyborg*. Ela define esta imagem de quatro maneiras diferentes: primeiro é como um *organismo cibernético*, segunda é como um *híbrido de máquina e organismo*, o terceiro é como *uma criatura de realidade social vivida*, e o quarto é como *uma criatura de ficção*. É importante entender que, para Haraway (2009), essas quatro descrições do *cyborg* (cibernético, híbrido, do presente, do futuro) não são discretas, mas sim co-determinadas. Por exemplo, Haraway (2009) argumenta que, em termos filosóficos, não há espaço real entre *realidade vivida social* e *ficção*,

porque uma categoria está constantemente definindo e refinando o outro. Em resumo, escreve Haraway, “estamos *cyborgs*”, quer saibamos ou não, se apenas porque é o *cyborg* que é a nossa ontologia, ele nos dá a nossa política (HARAWAY, 2009, p.49).

Não se pode subestimar o impacto que o estereótipo da Filosofia (conteúdo clássico) pode causar neste sujeito (*cyborg*). A disciplina Filosofia tem como desafio representar para este educando um instrumento de problematização de sua complexa realidade existencial e política. Tomaz Tadeu da Silva (1999) afirma que o currículo pode ser considerado o “primo pobre” da teorização educacional, que temáticas em torno da política educacional, organização do sistema escolar, financiamentos e administração de recursos e métodos de ensino tem sido priorizados (SILVA, 1999, p.78).

Tais afirmações demonstram que o currículo está implicado em relações de poder, produzindo identidades individuais e sociais. Esse processo materializa-se através de um grupo de disciplinas quando a educação se institucionaliza e compõe um leque de possibilidades na formação do educando

Referências

AQUINO, J. G. **Sexualidade na Escola**. São Paulo: Summus. 1997

BARROSO, C; BRUSCHINI, C. **Sexo e Juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**, São Paulo: Cortez. 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. MEC/SEF, Brasília. 1997.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)**, Brasília. 1996.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. In: **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo: Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism, no Greater Philadelphia Philosophy Consortium. 1990.

GUIMARÃES, I. **Educação Sexual na escola: mito e realidade**. São Paulo, Mercado de Letras. 1995.

HARAWAY, D. Manifesto do Ciborgue. In: SILVA, T. T. **Antropologia do ciborgue: as**

vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, Autêntica. 2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola. 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro, Vozes. 1997.

NUNES, C. A; SILVA, E. **A educação sexual da criança**. Campinas, Autores Associados. 2000.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas, Papirus. 1997.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, Autêntica. 1999.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. Rio de Janeiro, Vozes. 1994.

SUPLICY, M. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo, Olho d'Água. 1998.

WORTMANN, M. L. C; VEIGA-NETO, A. **Estudos Culturais da Ciência e Educação**. Belo Horizonte, Autêntica. 2001.

SAÚDE DO TRABALHADOR: DA FORMAÇÃO À INTEGRAÇÃO DO ENSINO E SERVIÇO

Jaciela Margarida Leopoldino ¹

Hudson Eygo ²

Marcela Menezes ³

Priscilla Cardoso Medeiros ⁴

Maria Izaura da Costa Vieira ⁵

Juliana Chaves Malimpensa ⁶

Diana Aleixo de Gusmão Carneiro ⁷

Marta Azevedo dos Santos ⁸

RESUMO

O Programa Educação pelo Trabalho para Saúde (PET Saúde) é uma estratégia de ensino-aprendizagem que proporciona uma aproximação entre a academia e áreas estratégicas do SUS por meio do ensino, pesquisa e extensão. O relato de vivência que segue, tem como objetivo descrever a experiência referente à participação de acadêmicos dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Psicologia, no PET Saúde Vigilância, com foco na Saúde do Trabalhador. Trata-se de um estudo qualitativo descritivo, do tipo relato de experiência. As atividades descritas aconteceram entre os meses de maio de 2013 e junho de 2014, período em que os acadêmicos realizaram atividades de Revisão Bibliográfica e inserção (vivência) no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) da Secretária Municipal de Saúde de Palmas/TO. O PET Saúde Vigilância - Saúde do Trabalhador, quando focado na Atenção Primária à Saúde (APS), questiona a atuação dos serviços de ponta da rede de atenção à saúde, em não relacionar o adoecimento à atividade laboral que o usuário exerce ou exerceu ao longo de sua vida. As vivências extra/intra serviços proporcionaram aos estagiários um novo panorama da condição atual da saúde pública no país, bem como, do papel que a APS desempenha na prevenção e na promoção de saúde nos diversos níveis de atenção do SUS. Com a aproximação entre teoria e prática, proporcionada pelo programa, os acadêmicos passaram a conceber o processo saúde-doença a partir de uma visão interdisciplinar

1. Psicóloga - Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Tocantins. Preceptora do PET Vigilância em Saúde do Trabalhador. E-mail: jacielleopoldino@yahoo.com.br

2. Acadêmico do curso de Psicologia no Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA). Bolsista do PET Saúde Vigilância em Saúde do Trabalhador. E-mail: hudsonseygo@gmail.com

3. Acadêmica do curso de Enfermagem na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista do PET Saúde Vigilância em Saúde do Trabalhador. E-mail: marcela.sime@gmail.com

4. Acadêmica do curso de Biomedicina no Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA). Bolsista do PET Saúde Vigilância em Saúde do Trabalhador. E-mail: prix_cardoso79@hotmail.com

5. Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Preceptora do PET Vigilância em Saúde do Trabalhador. E-mail: maicovi2000@yahoo.com.br

6. Fonoaudióloga - Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Tocantins. Preceptora do PET Vigilância em Saúde do Trabalhador. E-mail: jucchaves_26@hotmail.com

7. Psicóloga - Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Tocantins. Preceptora do PET Vigilância em Saúde do Trabalhador. E-mail: gugagc2004@hotmail.com

8. Psicóloga - Doutora em Psicologia pela Universidade de Sevilla/ES. Tutora do PET Vigilância em Saúde do Trabalhador E-mail: marta@uft.edu.br

e multifatorial, que reflete sobre os condicionantes e determinantes em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tal como é apresentado na formação, perpassando os limites geográficos da moradia, local de trabalho, comunidade, cidade e etc. O que resultou numa mudança de valores, permitindo uma nova forma de compreender o processo de adoecimento dos sujeitos e da comunidade. Enquanto acadêmicos e profissionais em formação, percebeu-se que o PET constituiu-se em uma importante ferramenta de auxílio e capacitação. As vivências proporcionaram aos acadêmicos condições para o desenvolvimento de um espírito crítico e inovador, no que tange às novas práticas em saúde. Desse modo, os estagiários, desde a academia, tornam-se multiplicadores de um novo modo de ver/perceber o processo saúde-doença na APS, voltada para a Saúde do Trabalhador, atribuindo novos significados à sua formação, no que tange à prática e teoria.

PALAVRAS-CHAVE: vigilância em saúde do trabalhador, formação em saúde, atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

The Education at Work for Health (Health PET) Program is a teaching and learning strategy that provides an approximation between academia and the NHS strategic areas through teaching, research and extension. The account of experience that follows, aims to describe the experience on the involvement of academic courses in Biomedicine, Nursing, Physiotherapy, Medicine and Psychology, Health Surveillance in PET, with a focus on Occupational Health. It is a qualitative descriptive study of the experience report type. The activities described took place between the months of May 2013 and June 2014, during which the students performed the Literature Review and insertion (experience) in the Reference Center for Occupational Health (CEREST) of the Municipal Secretary of Health activities Palmas/TO. The PET Health Surveillance - Occupational Health when focused on Primary Health Care (PHC), questions the performance of services tip of the health care network, not to relate the illness to the labor activity that you are or have over of his life. The experiences extra / intra services provided to trainees a new overview of the current status of public health in the country, as well as the role that APS plays in prevention and health promotion at various levels of care in the SUS. With the approach of theory and practice, provided by the program, scholars began to conceive of the health-disease process from an interdisciplinary and multifaceted vision that reflects on the conditions and determinants in Occupational Health and Working as shown in training, traversing geographic, workplace, community, and city limits housing etc. This resulted in a change of values , enabling a new way of understanding the disease process and the subjects of the community. While academics and professionals in training, it was noticed that the PET constituted an important tool to aid and training. The experiences provided to academic conditions for the development of critical and innovative spirit, with respect to new health practices. Thus, trainees, since the academy, become multipliers of a new way of seeing / realizing the health-disease process in APS, facing the Occupational Health, assigning new meanings to their training, with respect to the practice and theory.

KEYWORDS: Surveillance in Occupational Health; Health Training; Primary Health Care.

Apresentação

O Programa Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) é uma iniciativa da parceria entre Ministérios da Saúde e da Educação, instituído na Portaria Interministerial nº 421/2010 como uma estratégia de ensino-aprendizagem que proporciona uma aproximação entre academia e áreas estratégicas (prática) do Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio do programa, acadêmicos tanto de cursos superiores quanto de pós-graduação, voltados para o campo da saúde, são inseridos em um dos setores/serviços de promoção e atenção em saúde, tendo a oportunidade de vivenciar em ato, as ações desenvolvidas naquele espaço (Portaria Interministerial nº 421 de 03 de março de 2010).

Por meio da iniciação ao trabalho, em formato tutorial e interdisciplinar, o programa objetiva a qualificação dos estudantes de instituições públicas e/ou privadas, dentro dos serviços de saúde. Desse modo, estimula o desenvolvimento do espírito crítico e da cidadania aliada ao ensino, à pesquisa e à extensão (Art. 4º Port. Nº421/2010), estreitando laços entre academia e comunidade, cumprindo com o previsto no Título IV da Lei 8.080/90, que regulamenta o papel da União em favorecer/incentivar a formação, o ensino e a pesquisa em saúde (Lei 8.080/90 de 19 de setembro de 1990).

Partindo desses princípios, foi implantado pela Secretaria Municipal de Saúde, do município de Palmas/TO, o programa PET Saúde nas modalidades: PRÓ-PET Saúde; PET Saúde em Vigilância e PET Saúde Redes de Atenção. O relato de vivência que segue, tem como objetivo descrever a experiência referente à participação de acadêmicos dos cursos de Biomedicina; Enfermagem; Fisioterapia; Medicina; e Psicologia no PET Saúde Vigilância, com foco na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

O Programa

O PET Saúde Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, objetiva, por

meio da inserção dos seus estagiários bolsistas em Unidades de Saúde da Família (USF) (Portaria Interministerial nº 421/2010), identificar se há ações em saúde do trabalhador desenvolvidas pelos profissionais naqueles setores, como também se elas contemplam a Portaria nº 2.728/09, que dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, com a finalidade de promover a inserção efetiva da Saúde do Trabalhador na Atenção Primária em Saúde no município de Palmas/TO (Portaria nº 2.728/09 de 11 de novembro de 2009), bem como a Portaria 1823/09 que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, a qual preconiza enquanto estratégia a integração da Vigilância em Saúde do Trabalhador com os demais componentes da Vigilância em Saúde e com a Atenção Primária em Saúde.

Para tanto, o programa, que foi iniciado no mês de maio do ano de 2013 e conta com 07 estagiários bolsistas entre os cursos de graduação em Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Psicologia, 04 preceptoras e 02 tutores, ofereceu aos estagiários uma fase inicial de apresentação dos princípios que regem a Política Nacional de Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, bem como aproximação e conhecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) em Palmas/TO, afim de instrumentá-los sobre o que compete às USF, no que tange à prevenção e promoção de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Metodologia

As atividades aqui relatadas compreendem os meses de maio de 2013 a junho de 2014, período no qual os estagiários bolsistas do programa passaram por uma fase de Revisão Bibliográfica e inserção (vivência) no CEREST da Secretária Municipal de Saúde de Palmas/

TO, participando de atividades que buscavam, por meio de: textos; artigos científicos; recursos audiovisuais; e rodas de debate, a aproximação e apropriação de conceitos/legislações pertinentes ao tema, bem como, a apresentação do panorama atual da Vigilância Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em Palmas/TO.

Os encontros contemplavam uma carga horária de 08h semanais, divididas entre estudo coletivo e individual de materiais previamente disponibilizados pelos preceptores e pelos tutores. A metodologia, construída de forma dinâmica, foi criada de modo a valorizar a implicação e apropriação dos conceitos pelos estagiários, contemplando os seguintes tópicos:

- Leituras e análises críticas de artigos, dissertações e portarias direcionadas à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com foco na atenção primária;
- Vivência nos serviços de Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
- Apropriação de conceitos e protocolos de serviço relacionados à agravos e notificação compulsória e princípios básicos da Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
- Participações externas em Seminários e Conferências no município de Palmas/TO, direcionadas à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;

Construção Teórica

Na história das políticas de atenção à saúde no Brasil, o processo saúde e trabalho sempre estiveram intrinsecamente ligados, de modo que o acesso à saúde foi por décadas benefício específico dos assalariados contribuintes da previdência social. Essa relação experimentou momentos mais tênues ao longo da década de 1980, com crescimentos dos movimentos de militância e de sanitarismo (LOURENÇO; BERTANI, 2007).

Ratificada no Art. 198/88 da Constituição Federal Brasileira, a saúde deixa então de ser benefício de poucos, e ganha status de a) descentralizada, b) integral, e c) com garantia de (co)participação da comunidade no seu controle e gestão ([Constituição Federal de 1988](#)).

Mas a saúde então, foca-se em estratégias voltadas para atenção integral por meio da promoção da saúde da família, atenção básica, perdendo seu foco também no processo laboral ao longo de um processo histórico e cultural. As próprias doenças atribuídas ao exercício do trabalho na medicina mudam e ganham novas categorias (LOURENÇO; BERTANI, 2007).

Do modo como o SUS se sistematizou, ao longo desses 26 anos entre aprovação da legislação e aplicação do art. 198/88 da Constituição Federal e da lei 8.080/90, experimentou-se um modelo descentralizado que permitiu o surgimento de microrregiões de saúde, responsáveis pelo acesso e promoção de atenção em nível primário, secundário e terciário, que diz, respectivamente de cuidados em entre a rede de atenção básica, de média e alta complexidade (TEIXEIRA, 2006).

O termo Atenção Primária à Saúde (APS), “têm sido empregado para designar o primeiro nível de organização da atenção no SUS” (DIAS; et al, 2009).

No organograma do SUS, é a que mais se aproxima do trabalhador, sendo a porta de entrada na rede e responsável por promover os cuidados primários de/em saúde, que abrange desde a educação em saúde voltada para a prevenção, como nutrição, saneamento, saúde materno-infantil, planejamento familiar, imunização, prevenção e controle de doenças endêmicas (MAROSINI, 2007, p. 47).

Contudo, considerando-se a transversalidade das ações de saúde do trabalhador, e de que o trabalho é um dos determinantes do processo saúde-doença, a experiência prática, mostra a carência de ações da APS voltada para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, de modo geral, seja pela

sobrecarga dos serviços ou pela falta de informação e capacitação dos profissionais e técnicos dos serviços.

O Artigo 1º da Portaria 2.728/09 dispõe que as estratégias em Saúde do Trabalhador devem ser desenvolvidas

[...] de forma descentralizada e hierarquizada, em todos os níveis de atenção do SUS, incluindo as de promoção, preventivas, curativas e de reabilitação (Portaria nº 2.728 de 11 de novembro de 2009).

Um marco importante na constituição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, foi a Portaria nº 1.823/2012, que reconhece a necessidade de planejar a Saúde do Trabalhador nas três esferas de gestão do SUS, bem como integra a Vigilância em Saúde do Trabalhador com os demais componentes da Vigilância em Saúde (Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012).

Vista agora como estratégia da vigilância, a Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora deve, obrigatoriamente, contemplar todos os trabalhadores (formais e informais), igualmente. Contudo, reconhece-se a necessidade de criação de mecanismos eficazes que favoreçam o acesso à saúde para trabalhadores que estejam em situação de maior vulnerabilidade, em atividades ou em relações informais e precárias de trabalho. A política, portanto, tem seu foco na superação de desigualdades sociais e de saúde, buscando a equidade na atenção (Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012).

Nesse contexto, a RENAST apresenta, como estratégias de prevenção e promoção em saúde do trabalhador, a) ações na rede de Atenção Básica e no Programa de Saúde da Família, a cargo do Programa de Saúde da Família (PSF); b) criação da Rede de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST); além de implementações de c) ações na rede assistencial de média e alta complexidade do SUS (Portaria n.º 1679/GM, de 19 de setembro de 2002).

A estruturação da RENAST no contexto da APS, pressupõe, dentre outras coisas:

1. reconhecimento e mapeamento das atividades produtivas no território;
2. reconhecimento e identificação da população trabalhadora e seu perfil sócio ocupacional no território;
3. reconhecimento e identificação dos potenciais riscos e impactos (perfil de morbi-mortalidade) à saúde dos trabalhadores, das comunidades e ao meio ambiente, advindos das atividades produtivas no território;
4. identificação da rede de apoio social aos trabalhadores no território;
5. inclusão, dentre as prioridades de maior vulnerabilidade em saúde do trabalhador, das seguintes situações: chefe da família desempregado ou subempregado, crianças e adolescentes trabalhando, gestantes ou nutrizes trabalhando, algum membro da família portador de algum agravo à saúde relacionado com o trabalho (acidente ou doença) e presença de atividades produtivas no domicílio;
6. notificação dos agravos relacionados ao trabalho no SINAN e no SIAB e, emissão de relatórios e atestados médicos, incluindo o laudo de exame médico da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), nos casos pertinentes;
7. articulação com as equipes técnicas e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) sempre que necessário, para a prestação de retaguarda técnica especializada, considerando seu papel no apoio matricial a toda rede SUS; (Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012).

Contudo, nota-se que a APS ainda não consegue relacionar a causalidade de agravos em

saúde ao trabalho. Em geral, e apesar dos esforços para uma APS que atenda adequadamente as necessidades do trabalhador, em grande parte, os serviços têm sido reduzidos à dimensão médico assistencial (DIAS; et al, 2009), deixando a desejar nos quesitos prevenção e promoção em Saúde do Trabalhador na APS.

Diante da necessidade de se repensar a APS do Trabalhador é que foi realizada no ano de 2009 a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (1ª CNSA), o evento buscava discutir as relações de produção/trabalho, pensando a relação ambiente e saúde na Organização do SUS, tendo como princípios a saúde ambiental e a saúde do trabalhador.

É necessário que entendamos o ambiente como todo o espaço que cerca a sociedade, é o local vivo e dinâmico e que está de forma intimamente ligada às definições das propriedades que envolvem o processo saúde-doença proporcionando questões socioambientais tais como; a forma de exploração dos recursos naturais e o impacto dessa exploração não apenas no ambiente, mas também na sociedade.

O desenvolvimento econômico de uma determinada região está diretamente ligado ao trabalhador que, através da sua força de trabalho, realiza as ações que irão culminar, direta ou indiretamente, sobre os resultados finais de uma determinada economia. O desenvolvimento sustentável se dá quando se utiliza determinados recursos sem que haja prejuízo para ambas às partes, podendo estar relacionado ao meio-ambiente ou ao próprio homem (DIAS; et. al, 2009).

A economia de um país gira em torno do trabalhador que ajuda a construí-la, mas nem sempre a saúde desse profissional reflete de forma igual ao crescimento dessa economia. Desenvolvimento econômico e meio ambiente estão diretamente ligados, numa relação de interdependência múltipla, em busca da homeostase dos sistemas (DIAS; et. al, 2009).

Durante o processo de alcance de

crescimento econômico têm sido gerados diversos problemas em relação à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho, como as excessivas jornadas de trabalho, nos controles de metas, no acúmulo de funções.

A partir de uma lógica sistêmica, é possível entender, historicamente, que o processo produção/trabalho/saúde sempre estiveram ligados. Embora a exploração de matéria prima tenha sido amplamente estimada pela classe dominante, o trabalho do homem é - e sempre será - condição necessária para essa produção (VASCONCELLOS, 2007).

Dias, (et. al. 2009) considera que, conforme medidas de valor como ganho e capital foram se instituindo, o homem - em especial a classes menos favorecidas - foi sendo marginalizados e explorados. Logo, sua força de trabalho não passava de mais um produto vendido em uma proporção desigual com a carga horária empregada na atividade, afetando a saúde do trabalhador, sua família e comunidade. Portanto, pensar uma APS do Trabalhador é pensar uma saúde ambiental e laboral.

Na perspectiva da saúde, o ambiente deve ser entendido como território vivo, dinâmico, constituído por processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, no qual se materializa a vida humana, por meio de políticas públicas formuladas utilizando o conhecimento disponível, com a participação e controle social (DIAS; et al, 2009).

O SUS, em sua conjectura atual, coloca a cargo da APS ações de cuidado à Saúde do Trabalhador, por entender que as ações territoriais deste serviço dão a ele respaldo técnico-científico para uma intervenção eficaz no processo de adoecimento por atividade de trabalho, é portanto, de sua importância a articulação da Estratégia de Saúde da Família (ESF), dentro da comunidade, no contexto da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com a RENAST. A desassistência, ou falta de correlação

entre trabalho e adoecimento parecem estar diretamente ligados a) a invisibilidade dos danos decorrente das políticas de ocultamento desenvolvidas pelos empregadores e b) do despreparo dos profissionais de saúde para lidar com essas questões (DIAS; et. al, 2009).

A criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), em 2002, apoiada pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) abriu possibilidades de avanços. Em 2005, a Portaria MS nº 2.437 reorientou a organização da RENASt, reforçando o papel dos CEREST e definindo a atenção básica de saúde como porta de entrada do sistema (DIAS; et al, 2009).

A atenção primária à saúde é caracterizada

[...]pelo conjunto de intervenções de saúde, no âmbito individual e coletivo, abrangendo atividades de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. É desenvolvida por meio de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, que privilegiam o trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios (território-processo) delimitados. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância das populações, sendo considerado o contato preferencial dos usuários com o sistema de saúde (DIAS; et al, 2009).

As estratégias em APS do Trabalhador devem compreender: ações de territorialidade que transcendem o espaço geográfico e acompanha o modo de organização do SUS; e a rede de cuidado, o que envolve todos os setores da APS comunitária do SUS (VASCONCELLOS, 2007).

Os desafios em se criar uma APS do Trabalhador não assistencialista são muitos,

compreende ações de vigilância que transcendam o formato atual e adentrem os serviços de saúde, não como estratégias paralelas, mas integradas. Ações simples como o preparo e capacitação das equipes; condições físicas e tecnológicas de trabalho; que valorizem o aspecto qualitativo e interdisciplinar das equipes, pode ser o diferencial.

Discussão

O estilo de vida, as condições de trabalho e o modo de consumo da sociedade são considerados parâmetros para avaliação do perfil saúde-doença em um determinado ambiente e que nos leva à construção de possíveis saídas para resoluções dos problemas, uma vez que o trabalho apesar muitas vezes, culminar na expropriação da saúde, será sempre necessário, pois é considerado fundante do ser humano e de suas formas de sociabilidade.

Durante as vivências, foi possível aos acadêmicos entrar em contato com a real conjectura do Tocantins, em especial no município de Palmas, no que tange à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Supõe-se que as dificuldades para efetivação da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora dentro da APS no município de Palmas - TO, tem correlação com a jovialidade do Estado e do próprio SUS, enquanto política de atenção, prevenção e promoção em saúde, bem como, distanciamento cultural posto, pelas rotinas destes serviços, os quais, constantemente, deparam-se com o conflito *capital x trabalho* no desenvolvimento de suas ações. Como resultado deste último, vemos que o próprio CEREST é desconhecido pelos trabalhadores (seu público alvo), e, quando citado, aparece como uma entidade coercitiva e punidora, o que vai contra seus princípios estabelecidos na Portaria nº 2.728 de 11 de novembro de 2009.

Pôde-se perceber que, em geral, ao longo da formação, a Saúde do Trabalhador e da

Trabalhadora não passam de um quadro de sinais e sintomas que devem ser observados e questionados pelo profissional de saúde, com o intuito deste ser enquadrado no Classificador Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), ocultando a relação direta entre processo de *saúde x doença*, meio ambiente e trabalho.

O marco teórico nos permite supor ainda que, há uma falta de preparo/atualização da docência e do conteúdo programático das matrizes curriculares de cursos voltados para o campo da saúde no Brasil. O que afeta diretamente na formação e na comunidade, uma vez que os profissionais ali formados, serão reprodutores desse saber técnico-científico em sua práxis. É nesse ponto que a formação, quando aliada ao ensino, à pesquisa e à extensão, pode ser um diferencial na vida do acadêmico, por propor uma aproximação entre teoria e prática.

Partindo desse entendimento, é possível conceber que o PET Saúde Vigilância - Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, com uma metodologia dinâmica, promove aos seus estagiários bolsistas uma vivência intra e extra campo que põe em xeque agravantes e determinantes em saúde do trabalhador, diferente do modo como é apresentado na formação (Portaria Interministerial nº 421 de 03 de março de 2010).

A partir das discussões, os acadêmicos passam a ver o processo saúde-doença como um componente multifatorial, entendendo que nenhuma ação, quando voltada para vigilância em saúde, pode ser vista e/ou aplicada de maneira individual, sem que haja uma interdisciplinaridade que perpassa a formação e a aplicação prática dos conhecimentos em campo.

O PET Saúde Vigilância - Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, quando focado na APS questiona a atuação dos serviços de ponta da rede em relação ao adoecimento e a atividade laboral (Portaria Interministerial nº 421 de 03 de março de 2010). Assim, é possível inferir que, se a atenção primária atendesse da forma

esperada os agravos em saúde do trabalhador, agindo efetivamente na prevenção, haveria uma diminuição significativa dos problemas atuais na rede, no que se refere a gastos com material físico e humano, além de morosidade e filas nos atendimentos, que são reflexos diretos, mas não exclusivos, da ineficiência da APS em cumprir com seu papel preventivo, ficando a cargo da média e alta complexidade dar suporte e assistência a uma demanda que é, em sua origem, da própria APS, interferindo no modo sistêmico de organização da Rede dentro do SUS (LOURENÇO; BERTANI, 2007).

Entendendo a função da APS dentro do organograma do SUS (MAROSINI, 2007), é preciso frisar que, ao pôr a cargo da atenção especializada a demanda dos agravos em saúde do trabalhador, haverá uma intervenção resolutiva, mas não eficaz, uma vez que a média e alta complexidade não atuam, a priori, na esfera da prevenção. Logo, há grandes chances de reincidência desses casos. Fica clara a importância dos serviços de ponta da rede em atuar na prevenção em saúde do trabalhador, assim como incentivar a pesquisa; a prevenção; e a educação em saúde.

Entrar em contato com o programa e o CEREST proporcionou aos acadêmicos do projeto um novo panorama da condição atual da saúde, bem como do papel da APS na prevenção e promoção em saúde.

O conceito saúde-doença deixou de ser um arcabouço de verbetes e palavras, tal como é mostrado ao longo da formação acadêmica, e ganhou, a partir da imersão dos estagiários nos serviços, um novo significado, que implica numa visão interdisciplinar que considere a correlação do quadro patológico do sujeito e com o meio, perpassando os limites geográficos da moradia, local de trabalho, comunidade, bairro, cidade e etc (DIAS, 2009). O PET Saúde proporcionou aos estagiários um aspecto diferente daquele oferecido ao longo da formação acadêmica (unidirecional) provocando, por meio da vivência em campo e serviços, quebra de paradigmas, mudança de valores e da forma de compreensão

do processo de adoecimento dos sujeitos e da comunidade.

Enquanto acadêmicos e profissionais em formação, percebeu-se que o programa constituiu uma importante ferramenta de auxílio e capacitação, estando apto a formar acadêmicos, com espírito crítico e inovador, no que tange a novas práticas em saúde. Desse modo, os estagiários, ainda em fase de formação, tornam-se multiplicadores de um novo modo de perceber o processo saúde-doença já na academia, atribuindo novos significados à sua formação, que compreendem prática e teoria.

O programa trabalha nos acadêmicos, habilidades para avaliar, tencionar e transformar a realidade do serviço público de saúde, em especial a APS, seja na sala de aula ou no campo de estágio; por meio de palestras, congressos, ou demais vivências proporcionadas ao longo da graduação.

Em síntese, o contato que a universidade proporciona com a saúde pública, somada a nova compreensão do processo de adoecimento e sua correlação com a atividade laboral, o programa amplia o panorama de ações que podem ser realizadas pelos alunos ao longo de sua prática.

Estar imerso no serviço, e vivenciar as dificuldades e impasses que a saúde do trabalhador enfrenta, possibilita aos estagiários novas percepções e experiências que resultam em futuros profissionais melhor instrumentalizados para atuar nos diversos setores do SUS, bem como, lhes oferece recursos para não se deixarem naufragar na morosidade e burocratização dos serviços, do contrário, oferece ao acadêmico, subsídios para tornarem-se analisadores e proponentes de novas formações, seja pelo ensino e incentivo à pesquisa, ou inovação de práticas que atendam efetivamente o que está proposto na Política de Atenção à Saúde do Trabalhador.

Conclusão

A falta de políticas e estratégias em saúde voltadas para a APS é uma realidade que transcorre à prática do profissional e chega à formação em saúde, onde são limitadas as estratégias que compreendem a saúde do trabalhador como componente da atenção primária.

Sob os princípios vigentes na portaria 1.823/2012, que Instituí a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, implantou-se o PET Saúde Vigilância em Saúde do Trabalhador, que, por meio de iniciação ao trabalho, com vivências intra e extra serviços, visa qualificar a formação dos estagiários participantes, proporcionando-lhe ferramentas para o desenvolvimento de um espírito crítico, inovador e de (co)responsabilidade social na saúde pública no país, em especial a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

O PET Saúde - Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, por sua vez, proporcionou aos acadêmicos e futuros profissionais da saúde, uma visão ampla e crítica sobre o processo saúde-doença bem como sua correlação com a atividade laboral.

Torna-se necessário (re)pensar as estratégias em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em todos os níveis de atenção dos SUS, em especial, a APS, uma vez que entende-se está como serviço de ponta e encarregada de promover a prevenção e educação em saúde.

A participação dos acadêmicos ainda durante a formação nos serviços, vivenciando de perto a realidade e os impasses da rede, proporciona uma formação que transcende a teoria e o limite territorial da sala de aula, criando nos estagiários um espírito crítico e inovador, capaz de tencionar o modelo de atuação dos profissionais, técnicos e do/no serviço.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 421, de 3 de março de 2010. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: >http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria_interministerial_n_421.pdf< Acessado em 07 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.728/421, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: >http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html< Acessado em 07 de maio de 2014.

BRASIL. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Lei orgânica da saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1990, seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: ><http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/114780-1823.html>< Acessado em 07 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.679/GM, de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a estruturação da rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador no SUS e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2002. Disponível em: > <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-1679.htm> Acessado em 08 de maio de 2014.

DIAS, Elizabeth Costa et al. Saúde ambiental e saúde do trabalhador na atenção primária à saúde, no SUS: oportunidades e desafios. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 07 de maio de 2014.

LOURENÇO, Edvânia A. de S.; BERTANI, Íris Fenner. **Saúde do Trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 32 (115): 121-134, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. **Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado.** 2007. 421f. Tese – Fundação Fio Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, 07 de maio de 2007.

MOROSINI, Márcia Valéria G.C. **Modelos de atenção e a saúde da família.** Org. Márcia Valéria G.C. Morosini e Anamaria D'Andrea Corbo. Rio de Janeiro:

EPSJV/Fiocruz, 2007. Disponível em: <<http://www.rededepesquisaaps.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Livro-Modelos-de-Aten%C3%A7%C3%A3o.pdf>>, acesso em 09 de maio de 2014.

TEIXEIRA, CF., and SOLLA, JP. Modelo de atenção à saúde: vigilância e saúde da família [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2006. 237 p. Sala de aula series, nº3. ISBN 85-232-0400-8. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f7/pdf/teixeira-9788523209209-03.pdf>>, acessado em 08 de maio de 2014.

D. QUIXOTE E CAPITÃO VITORINO: PERSONAGENS TRAGICÔMICAS

Eunice Prudenciano de Souza (UFMS)¹

Resumo

O presente estudo parte da narrativa arquetípica de Cervantes, *Dom Quixote*, e, por meio dela, estabelece pontos de contato com *Fogo morto*, no intuito de se verificar em que medida acontece o diálogo entre essas obras, principalmente no que tange aos seus respectivos protagonistas. Na visada cervantina, o herói deixa de representar o coletivo, como na epopeia, para revelar, no romance, sua solidão em um mundo decadente. Tomados por ideia fixa, as ações desenvolvidas por Quixote e Vitorino são dissonantes com a realidade e, por meio de gestos e entoações exageradas, hiperbólicas, culminam em situações tragicômicas, provocando o riso. Este cede lugar ao humor, no sentido pirandelliano, e da derrisão chega-se à compaixão que essas personagens despertam.

Palavras-chave: anti-herói - decadência - humor - inadaptação - sociedade.

Abstract

The present study starts with the Cervantes' archetypal narrative, *Don Quixote*, and, through of it, establishes points of contact with *Fogo morto*, in order to ascertain in that measure occurs the dialogue between these works, mainly in respect to their respective protagonists. In Cervantes, the hero fails to represent the collective, as in the epic, to reveal, in the novel, his loneliness in a decaying world. Provided by fixed idea, the developed actions by Quixote and Vitorino are dissonant with reality and, through gestures and exaggerated intonations, hyperbolic, culminate in tragicomic situations, provoking the laughter. This gives up place to the humor, in the Pirandello's sense, and from the derision arrives in the compassion that these characters awaken.

Keywords: anti-hero; decay; humor; inaptitude; laughter; society.

1. Em estágio pós-doutoral no PPG Mestrado e Doutorado em Letras da UFMS, Campus de Três Lagoas; integra o Grupo de Pesquisa Luiz Vilela- GPLV; euniceprus@gmail.com

Introdução

O presente estudo² parte da narrativa arquetípica de Miguel de Cervantes, *Dom Quixote de la Mancha* (1605/1015), e, por meio dela, estabelece pontos de contato com *Fogo morto* (1943), de José Lins do Rego, no intuito de se verificar em que medida acontece o diálogo entre essas obras, principalmente no que tange aos seus respectivos protagonistas, Quixote e Vitorino.

Temos em Dom Quixote o modelo do herói problemático, conforme definido por Lukács em *Teoria do romance* (1933): um indivíduo em conflito com a sociedade. Dessa maneira, na visada cervantina, o herói deixa de representar o coletivo, como na epopeia, para revelar, no romance, sua solidão em um mundo decadente. Para Lukács, há um estreitamento da alma desse herói, que se esforça para realizar-se no mundo exterior, visto estar fechado em um universo de certezas absolutas. Assim, todas as suas ações estão voltadas para a realização de um projeto de vida incompatível com a realidade, provocando sua ruptura com o mundo – elemento determinante para a caracterização dessa tipologia de herói romanesco.

Esse comportamento inaugurado por Quixote ecoará em inúmeras narrativas modernas ocidentais. E encontra-se, como procuramos demonstrar, engendrado na performance do protagonista brasileiro, Vitorino. Para esses heróis, a loucura é a forma encontrada para sobreviverem na sociedade degradada que os cerca e, de alguma forma, cada um, ao seu modo, afronta à ordem estabelecida. As ações desenvolvidas por eles são dissonantes com a realidade e, por meio de gestos e entoações exageradas, hiperbólicas, culminam em situações tragicômicas, provocando o riso.

Assim, estabelecemos traços como a loucura e o riso – definidores do perfil quixotesco –, para compor a análise comparativa a partir

das peculiaridades de cada herói, procurando no protagonista brasileiro recorrências do personagem cervantino. É perceptível que Vitorino, assim como Quixote, é um indivíduo que atribui a si mesmo características e poderes imaginários sem qualquer respaldo na realidade.

Em virtude da monomania pela qual esses protagonistas são tomados, suas ações são sempre dissonantes e de caráter tragicômico. O riso surge justamente da incongruência dessas personagens, divididas entre passado e presente, no interior das sociedades em que vivem. Notamos, porém, tratar-se de um riso que incomoda quando nos damos conta da dimensão da fragilidade e inadequação dessas individualidades que, subjugadas por valores de uma sociedade decadente, encontram na loucura a única forma de sobrevivência.

Aos poucos os desatinos e as insanidades desses heróis vão revelando a degradação moral e o ridículo a que são submetidos. Percebemos, então, que o cômico cede lugar ao humor, no sentido pirandelliano, e da derrisão chega-se à compaixão que em nós desperta, pois no humor há identificação do sujeito com o objeto risível; não há mais lugar para o puro entretenimento, mas para uma atividade especial de reflexão.

Para as questões do cômico, centramo-nos nos pensamentos de Bergson, contidos em *O riso*, de 1899, e de Pirandello, em *O humorismo*, de 1908. Trabalhos, para nós, complementares no âmbito dos estudos da comicidade.

O riso

O riso tem sido objeto de investigação em toda a história do pensamento ocidental; com suas variadas gradações e nuances, acabou por se transformar em um modo especial de compreensão da realidade. Hoje, como em qualquer época, o riso possui inúmeras significações possíveis, mas “[...] a maneira como ele foi percebido é reveladora das grandes

2. Conferir em: SOUZA, Eunice Prudenciano. O quixotesco em Fogo morto e o Coronel e o lobisomem. Tese de Doutorado em Estudos Literários. Araraquara: UNESP, 2010.

variações de mentalidade [...]” (MINOIS, 2003, p. 629) dos grupos sociais ao longo do tempo. Em qualquer época, o riso vai ser uma ação imbuída de sentido, reveladora de pensamentos e ideologias predominantes em seu respectivo momento. Se na Idade Média era visto como algo pecaminoso; na modernidade, o riso aparece para mascarar a perda de sentido, as contradições de um mundo em que os valores estão todos invertidos. O riso é elemento determinante e primordial para se entender a mentalidade e a ideologia vigentes na sociedade de qualquer época. Dessa maneira, percebemos o riso como elemento significativo nos romances que analisamos, justificando um olhar mais demorado sobre os sentidos e funções por ele configurados nessas obras, na tentativa de uma melhor compreensão de cada uma delas.

Bergson e o riso mecânico

Para Bergson (2007), o cômico, entendido como sinônimo de risível, nasce da percepção de um sujeito sobre um dado objeto. Segundo o teórico, porém, tal percepção permanece na esfera do racional e não pode estar estreitamente ligada ao emocional. A indiferença do ridente em relação ao risível é fundamental para que o riso aconteça. O sujeito do riso deve manter-se emocional e criticamente distante do objeto risível, ou seja, não pode estar apegado afetivamente àquilo ou àquele do qual ri. A insensibilidade comumente acompanha o riso, e a indiferença acaba por ser seu meio natural. Não que seja impossível rir de alguém que nos inspire piedade, mas por alguns instantes é preciso esquecer-se dessa simpatia.

Quando vemos uma pessoa participar de uma situação automaticamente risível, o riso emerge espontaneamente, por prazer, por necessidade ou simples distração. O riso é proveniente de algo percebido como um desvio das normas sociais, como algo diferente do esperado para acontecer. A sociedade estrutura-se por meio de regras sociais, previamente estabelecidas, para serem seguidas por seus membros e qualquer movimento ou comportamento dissonante ao esperado pelo grupo gera uma segregação do elemento que o compõe ou uma reação coercitiva.

O riso seria a demonstração de que algo destoa do esperado pelas normas preestabelecidas e acaba por ser algo que “[...] exprime, portanto, uma imperfeição individual ou coletiva que exige correção imediata. O riso é essa correção, é certo gesto social que ressalta e reprime certa distração especial dos homens e dos acontecimentos.” (BERGSON, 2007, p. 65). Acaba por tornar-se uma forma de controle do outro que não está agindo conforme o previamente estabelecido pelas condutas sociais. Trata-se de jogo de aparência e essência que leva o indivíduo a querer ser o que, muitas vezes, pode simplesmente não depender de sua vontade, mas muito mais de sua habilidade ou competência.

Podemos dizer que o riso seria uma punição pela quebra das regras de conduta da sociedade. Contudo, ao tratar-se de uma pessoa de nosso convívio, à qual estamos afetivamente ligados, pode haver um partilhamento da situação com o objeto risível e, assim, quebrar-se-ia o automatismo e a rigidez necessários para que o riso aconteça. Por exemplo, podemos rir de uma senhora mal-humorada, que caminha inflexivelmente, e acaba por escorregar em uma casca de banana, porém, tratando-se de nossa mãe o riso não se daria da mesma maneira.

Desse modo, o sujeito do riso, o ridente, não pode partilhar da mesma situação daquele que se expõe ao ridículo, nem se identificar afetivamente com ele. Conforme Bergson (2007, p. 4), “[...] para produzir efeito pleno, a comicidade exige algo como uma anestesia momentânea do coração. Ela se dirige à inteligência pura. [...]”; por isso não pode haver identificação entre ridente e objeto risível; qualquer envolvimento quebraria a comicidade da situação.

Pirandello e o humorismo

Ao destacar a emoção como inimiga do riso, o pensamento de Bergson situa-se em linha diversa ao de Pirandello quanto ao sentido de humor, pois, para este, precisaria ser acrescida, ao mecanismo de distanciamento, a emoção do sujeito que ri. Assim, se ocorrer o partilhamento entre ridente e risível, estaremos no campo do

humor, no sentido identificado por Pirandello (1996). Para ele, o humor parte do cômico, porém resulta em atitude reflexiva que leva à adesão do sujeito ao objeto risível, revelado em compadecimento por parte daquele. Dessa maneira, fica evidente tratar-se de um riso que incomoda e não de um riso deliberado, constantemente prazeroso.

Para Pirandello, no humorismo, cômico e trágico se misturam, demonstrando a complexidade irreconciliável dos opostos coexistentes no mundo moderno. Nesse sentido, a consciência tem papel fundamental, pois representa um “espelho interior no qual o pensamento se mira” (1996, p. 12), resultando em seu contrário e, assim, o ridente passa de um riso que incomoda a uma reflexão sobre ambivalências coexistentes no objeto risível diante da sociedade. A partir dessa atitude reflexiva, desvelam-se as mazelas e os problemas que coabitam a alma humana.

Em consonância com a proposição de Aristóteles na sua *Poética*, a comédia seria a “imitação de homens inferiores”, enquanto à tragédia caberia mostrar ações mais elevadas; desse modo, cômico e trágico sempre estiveram em linhas opostas. De modo geral, rimos de ações mesquinhas, ridículas, pequenos defeitos, mas o medonho, a dor, as grandes ações cabem ao trágico. Tanto que na comédia tínhamos o tradicional *happy end* e, na tragédia, predominavam o drama e a dor no desenlace. No entanto, na modernidade tornou-se possível a aproximação entre cômico e trágico, entre riso e compaixão, o que, de alguma forma, revela a inadequação do homem às grandes transformações do mundo moderno: “[...] embora o humorismo tenha existido desde a Antiguidade, é a natureza dividida do homem moderno a que melhor o caracteriza.” (BERNARDINI, 1996, p. 9). E, para Pirandello o humor dá-se pela fusão entre cômico e trágico, produzindo um novo elemento, resultante da interpenetração dos dois primeiros. Essa nova significação daria lugar a um novo sentimento, chamado de *sentimento do contrário*.

Pirandello (1996) afirma que em toda obra humorística a reflexão está presente provocando o chamado *sentimento do contrário*. Exemplifica com o caso de uma velha senhora vestida de forma imprópria para sua idade, com roupas juvenis. De início, põe-nos a rir, porque esta senhora é exatamente o contrário do que esperamos quanto ao que uma velha e respeitável senhora deveria ser. O cômico adviria justamente dessa *advertência do contrário*. Porém, se refletirmos e chegarmos à conclusão de que esta senhora veste-se desta forma, totalmente inadequada para sua idade, na tentativa desesperada de esconder suas rugas, na ilusão de que assim vestida conseguiria manter o amor do marido muito mais jovem do que ela, já não conseguimos rir como antes, porque a reflexão faz-nos passar daquela primeira *advertência do contrário* para o *sentimento do contrário*. Compadecemos-nos com a senhora quando percebemos que talvez sofra com a tentativa de mostrar-se diferente do que realmente é, de que engana a si mesma para ter o amor do marido.

Há, portanto, um confronto do ideal com o real. Dessa maneira, Pirandello diferencia o cômico do humorístico. O humor parte do cômico, mas não se restringe a ele, pois insere em sua realização risível a reflexão e o compadecimento. O ridente, ao final, já não se sente à vontade para gargalhar abertamente. Em conformidade com análise de Hansen, que prevê que “[...] enquanto o cômico parece pressupor a separação do sujeito que observa e do objeto observado, o humor implica a fusão de ambos.” (2004, p. 6). Ou seja, o cômico pressupõe um distanciamento do sujeito que ri do objeto risível, não pode haver compartilhamento; no humor, pelo contrário, há a adesão, o compadecimento em relação ao objeto risível.

Sempre que o indivíduo se autoafirma perante seu grupo, termina por revelar-se, pois ser é ser para alguém, desnudar-se para o outro, legitimar-se. E se, ao deixar cair a máscara, o ser revela-se aquém do esperado, a sociedade cobra seu preço por meio do riso. O principal conflito

do ser humano, segundo Pirandello, reside na ambiguidade e na impossibilidade de romper a contradição entre o ser e o pensar ser ou querer ser. “Nós não somos aquilo que pensamos ser, mas aquilo que, a cada momento, nós mesmos construímos, por obra da ilusão.”, afirma Pirandello (1996), questionando a relatividade do que pode ser a “verdade”:

Cada um conserta a máscara como pode - a máscara exterior. Porque dentro de si há outra, que frequentemente não se adequa com a de fora. E nada é verdade! Verdadeiro o mar, sim, verdadeira a montanha; verdadeira a pedra; verdadeira uma fibra de erva; mas e o homem? Sempre mascarado, sem o desejar, sem o saber, com aquelas coisas que ele de boa fé pensa ser: *belo, bom gracioso, generoso, infeliz*, etc. etc. E isto, se se pensa bem, faz rir tanto. (PIRANDELLO, 1996, p. 162).

Para o teórico, tudo é ilusório, nossa consciência, assim como a nossa consciência de mundo, é uma completa ilusão e o humor decompõe uma a uma todas essas ilusões. Dessa maneira, o humor passa por uma cisão, primeiro revela o desajuste do ser para depois revelar a profundidade da fissura, desnudando a dimensão desse sujeito solitário frente às contradições do mundo moderno. Por meio da atitude reflexiva, o humorismo capta o desacordo entre a vida real e o ideal humano, ou entre nossas aspirações e as nossas fraquezas e misérias, resultando na tal perplexidade dividida entre o pranto e o riso, o trágico e o cômico.

Assim, quando nos damos conta da solidão de D. Quixote e Capitão Vitorino, verdadeiros anti-heróis, temos a dimensão trágica de um ser cindido pelas esferas sociais, retalhado pela falência das relações humanas em uma sociedade guiada por novos valores. Esses protagonistas debatem-se insanamente, divididos entre o que são e o que desejam parecer ser, mas, quando a máscara cai, a sociedade é sancionadora. Desse modo, como não ser contraditório,

se temos dentro de nós tanto estados em conflito que vão condicionando nossa consciência, conforme a dominância de um ou de outro? Pois bem, em lugar do herói épico ou dramático que compõe seu caráter tornando coerentes seus atos, o caráter do anti-herói é decomposto em seus elementos e em lugar de simplesmente viver, o anti-herói se vê viver. Seu equilíbrio é móvel e está quase sempre em crise: como pode ser ‘verdadeiro’ o homem, quando ele tem uma máscara exterior e outra interior, quase sempre discrepantes? (PIRANDELLO, 1996, p. 13).

Nossos anti-heróis passam por uma sociedade guiada por novos valores sem nada aprenderem, não crescem cognitivamente. A despeito de não serem nada daquilo que aparentam ser, não são capazes de moldar-se às novas estruturas sociais. São ingênuos e, apesar de todas as suas andanças, não se transformam, pois não evoluem o suficiente para adquirir habilidade para se adaptarem às situações ou serem aceitos pelo grupo. Perdidos em suas ilusões e tomados pela rigidez da ideia fixa permanecem em eterna contradição. Podemos dizer que, em *D. Quixote e Fogo Morto*, o riso se constrói a partir da percepção dos contrastes advindos das ações das personagens em relação ao exterior. Suas atitudes são sempre desprovidas de coerência em relação às regras sociais de seus momentos. O riso marca, nesse sentido, a exclusão do ser, que apresenta um desvio de conduta, um desvio da norma e, portanto, é sancionado negativamente pelo grupo. Segregados, somente a morte ou a loucura é possível para esses seres inflexíveis diante do que projetaram para suas existências.

A maior parte de suas performances risíveis pauta-se no cômico corpóreo, ou seja, não no pensamento ou trocadilho de palavras, mas em tudo que esteja ligado ao corpóreo: o traje, o gesto, a estatura, o aspecto físico. Os trajes dessas personagens estão sempre em desacordo com a situação; e os gestos e entoações sempre

hiperbolizadas parecem ser de seres que estão sempre representando um papel inapropriado para o que a situação requer.

Das possibilidades do cômico

Para Bergson, a comicidade pode advir da fisionomia, dos gestos e movimentos, do traje, das palavras, do exagero, das repetições, da situação, do caráter, entre outros. No entanto, a mecanicidade e o automatismo são comuns a qualquer uma dessas possibilidades do cômico. O riso surge da inflexibilidade e rigidez do indivíduo diante de situações inesperadas, ou seja, mesmo que determinada situação exija uma ação não prevista, o sujeito não conseguirá realizar a adequação necessária.

Para o teórico, a comicidade pode advir de algo acidental, como, por exemplo, um distinto senhor que tropeça em uma pedra, involuntariamente, e cai. Os transeuntes riem porque a ação é involuntária e não de acordo com o esperado; por outro lado, se o homem tivesse, voluntariamente, se sentado na calçada porque lhe deu vontade, provavelmente os transeuntes não ririam. De mesmo modo seria alvo de riso um engomadinho arrogante escorregando em uma casca de banana. Seria preciso que ele tivesse detido seu movimento ou desviado seu curso, no entanto, sua altivez faz com que continue maquinalmente em linha reta. A rigidez mecânica e a inflexibilidade, nesse caso, geram o riso, principalmente por tratar-se de alguém não muito simpático. A situação cômica seria evitada, no caso, diante de uma adaptação às circunstâncias do ocorrido.

A comicidade ainda pode ser inerente à própria pessoa, em que seu espírito ou interior esteja em desacordo com o exterior:

Imaginem, pois, um espírito sempre voltado para o que acaba de fazer, jamais para o que faz, como uma melodia atrasada em relação ao acompanhamento. Imaginem certa falta de

elasticidade inata dos sentidos e da inteligência, em virtude da qual se continua a ver o que já não existe, a ouvir o que já não ressoa, a dizer o que já não convém, enfim a adaptar-se a uma situação passada e imaginária quando seria preciso moldar-se pela realidade presente. A comicidade se situará, dessa vez, na própria pessoa: é a pessoa que lhe fornecerá tudo, matéria e forma, causa e ocasião. (BERGSON, 2007, p. 8).

Bergson, acima, menciona uma situação de distração natural, que faz juz a outra que tenhamos visto nascer e crescer, de certo indivíduo que tenha feito dos romances de cavalaria sua leitura habitual e, fascinado, destina a eles todos os seus pensamentos e desejos, fazendo-se, desse modo, entre nós como um sonâmbulo, cujas ações serão completas distrações, advindas de sua presença em um meio imaginário, dotado de espírito quimérico: eis Quixote. É certo que é diferente cair em um poço por se estar olhando sabe-se lá para onde e cair por se estar olhando fixamente para uma estrela, e era exatamente uma estrela o contemplado por Quixote. Apesar das diferenças entre a comicidade do espírito quimérico e a comicidade mais superficial, podemos aproximá-las pela distração presente nos objetos risíveis. De modo geral, esses indivíduos

[...] são eles também corredores que caem e ingênuos que são mistificados, corredores do ideal que tropeçam nas realidades, sonhadores cândidos que a vida espregueja maliciosamente. Mas são sobretudo grandes distraídos, superiores aos outros porque sua distração é sistemática, organizada em torno de uma ideia central [...] (BERGSON, 2007, p. 10).

O único pensamento de Quixote era seguir seu percurso de acordo com os preceitos dos romances de cavalaria. Mesmo quando tudo indica o contrário, a personagem é inflexível, só consegue aceitar as circunstâncias como algo

peculiar ao mundo da cavalaria. É um tipo de personagem que age como um sonâmbulo, suas ações são sempre distrações. Encontra-se tão absorto em sua ideia que não consegue perceber clara e coerentemente o que lhe acontece ao redor, acabando por tomar atitudes desprovidas de logicidade em relação ao mundo exterior.

Percebe-se que Quixote e Vitorino possuem traços em comum: orgulhosos e ostentadores de poder imaginário, debatem-se insanamente em um meio com o qual não se identificam, são inflexíveis e fechados para tudo o que não esteja de acordo com seus projetos. São homens que veem a si mesmos como superiores, mas, na realidade, não são o que tentam ser. Por serem indivíduos autocentrados, munidos de ideia fixa, inflexíveis diante das situações, geram o riso. Ingênuos, tornam-se alvo de zombaria por parte dos que os cercam, pois representariam ações consideradas inferiores e incoerentes em relação às normas sociais. Daí a complexidade de nossas personagens. Ao final, ao reconhecermos nelas a fragilidade e contradição inerentes ao ser humano, a derrisão dá lugar ao *sentimento do contrário*, no sentido proposto por Pirandello.

O cômico gerado pelo traje-imagem

Quando uma roupagem não está de acordo com a moda atual, torna-se ridícula, “[...] nossa atenção recai sobre o traje; nós o distinguimos absolutamente da pessoa, dizemos que a pessoa está fantasiada (como se toda roupa não fosse uma fantasia, e o lado risível da moda passa da sombra à luz).” (BERGSON, 2007, p. 29), provocando o riso, que adviria da surpresa, do contraste com o esperado.

Começamos pelo nosso primeiro anti-herói cômico, Dom Quixote, trajado de modo risível e que tomamos como modelar para a conduta de nosso anti-herói brasileiro. O que podemos dizer de um ser que resolve usar a armadura de seus antepassados em suas andanças pelo mundo?

Assim como suas ideias estão ultrapassadas, seu traje também se refere a um tempo que já não existe. Traje este que se coaduna à fala, ao discurso, ao gesto e a tudo mais que a personagem tece para compor a imagem desejada, tal qual aprendera ser usual à performance de um cavaleiro.

A cavalaria como forma social, com todos os seus aparatos e rituais, estava definitivamente ultrapassada e, como se sabe, tudo aquilo que está fora de moda, tudo aquilo que não segue normalmente os padrões convencionais torna-se ridículo, cômico, pois, conforme diz Bergson, nossa atenção recairia sobre o traje, justamente pela surpresa, pelo contraste com o usual.

A passagem transcrita abaixo se refere ao momento em que Quixote decidira levar a cabo tudo o que aprendera nos romances de cavalaria, lidos com tanto afinco e que passaram a povoar sua imaginação. São seus primeiros preparativos:

E a primeira cousa que fez foi limpar umas armas que tinham sido dos seus bisavós, e que, desgastadas de ferrugem, **jaziam para um canto esquecidas havia séculos**. Limpou-as e consertou-as o melhor que pôde; porém viu que tinham uma grande falta, que era não terem celada de encaixe, senão só morrião simples; a isto porém remediou a sua habilidade: arranjou com papelões uma espécie de meia celada, que encaixava com o morrião, representando celada inteira. Verdade é que, para experimentar se lhe saíra forte e poderia com uma cutilada, sacou da espada e lhe atirou duas, e com a primeira para logo desfez o que lhe tinha levado uma semana a arranjar; não deixou de parecer-lhe mal a facilidade com que dera cabo dela, e, para forrar-se a outra que tal, tornou a corrigê-la, metendo-lhe por dentro umas barras de ferro, por modo que se deu por satisfeito com a sua fortaleza; e, sem querer aventurar-se a mais experiências, a despachou e teve por celada de encaixe das mais finas. (CERVANTES, I, 2005, p. 32) (grifos nossos).

Quixote limpou as armas que tinham sido dos seus bisavós e, percebendo que algumas peças estavam faltando, tentou consertá-las o melhor que pôde. O morrião simples cobria a parte superior da cabeça e faltava a celada de encaixe, ao que Quixote gastou pelo menos uma semana para improvisar uma que lhe parecesse bem, então quis experimentá-la para ver se aguentaria uma “cutilada”; no entanto, ao primeiro teste com a espada, tudo se desfez. No fundo, não ficou muito contente com a facilidade com que a tinha desfeito, corrigiu-as com umas barras de ferro, mas desistiu de continuar a testá-la. Em seguida, tão absorto e convicto estava no empreendimento que gastou mais quatro dias a pensar em um nome adequado para seu rocim, até que acertou em o apelidar “Rocinante” (CERVANTES, I, p. 33). Quis também arranjar outro nome para si e gastou mais oito dias pensando, ao que se decidiu por chamar-se Dom Quixote, acrescentando ao seu nome o da sua terra, ao que ficou sendo “Dom Quixote de la Mancha”. Logo mais, lembrou que precisaria também de uma dama de quem se enamorar. A partir desse momento, voltará seu olhar para um único ponto. Tomado de pensamento fixo, age como um sonâmbulo e, sem tomar contato com a realidade exterior, permanece em mundo à parte. Toda sua vida será consagrada a esse projeto, do qual não se desviará e, assim, todas as situações lhe parecerão ligadas ao mundo dos romances de cavalaria.

Na primeira saída de Quixote, depois de andar o dia todo, já cansado, avista uma venda com duas mulheres, “destas que se chamam de vida fácil”, e “[...] como ao nosso aventureiro tudo quanto pensava, via, ou imaginava, lhe parecia real, e conforme ao que tinha lido, logo viu que a locanda se lhe representou ser um castelo.” (CERVANTES, I, 2005, p. 36). Aqui podemos compreender o que Bergson afirma sobre os “grandes distraídos” que “tropeçam na realidade”; para Quixote, tudo o que pensa ou imagina lhe “parece real”, contudo, inflexível, reconhece como real apenas o que esteja de acordo com o estabelecido para o seu projeto de

vida.

Para Quixote, as duas mulheres pareceram duas formosas donzelas. Nesse mesmo momento, por coincidência, sucedeu de um porqueiro, que recolhia sua manada de porcos, tocar uma buzina. No mesmo instante, Quixote julgou ser o que desejava: “[...] que lá estava algum anão dando sinal da sua boa vinda.” (CERVANTES, I, 2005, p. 37). Quixote chegou tomado de grande contentamento, mas, quando as mulheres repararam naquela figura trajada de tão estranho modo, com medo principiaram a correr, ao que Quixote, levantando a viseira de papelão e descobrindo o semblante seco e empoeirado, com tom mais ameno lhes disse:

Não fujam Vossas Mercês, nem temam desaguizado algum, porquanto a ordem da cavalaria que professo a ninguém permite que ofendamos, quanto mais a tão altas donzelas, como se está vendo que ambas sois.

Miravam-no as moças, e andavam-lhe com os olhos procurando o rosto, **que a desastrada viseira** em parte lhe encobria; mas como se ouviram chamar donzelas, cousa tão alheia ao seu modo de vida, **não puderam conter o riso**; e foi tanto, que Dom Quixote chegou a envergonhar-se e dizer-lhes:

Comedimento é azul sobre o ouro da formosura; e, demais, o rir sem causa grave denuncia sandice. Não vos digo isto para que vos estomagueis, que a minha vontade outra não é senão servir-vos.

A linguagem, que as tais fidalgas não entendiam, e o desajeitado do nosso cavaleiro ainda acrescentavam nelas as risadas, e estas nele o enjôo; e diante passara, se a ponto não sáisse o vendeiro, sujeito que por muito gordo era muito pacífico de gênio. Este, vendo aquela despropositada figura, com arranjos tão disparatados como eram os aparelhos, as armas, lança, adarga, e corselete, esteve para fazer coro com as donzelas

nas mostras de hilaridade. Mas, reparando melhor naquela quantia de petrechos, teve mão em si, assentou em lhe falar comedidamente [...]. (CERVANTES, I, 2005, p. 38) (grifos nossos).

No trecho destacado acima, o traje em desuso, ultrapassado para a época, gera o riso porque não está de acordo com o convencional e, quando outros se deparam com tão estranha figura não conseguem se conter. Até mesmo o vendeiro, que parecia ser uma pessoa de melhor senso do que as duas mulheres, quase não consegue segurar o riso “[...] vendo aquela despropositada figura, com arranjos tão disparatados como eram os aparelhos, as armas, lança, adarga, e corselete.” (CERVANTES, I, 2005, p. 38) e, dessa maneira, “[...] adivinhamos então como é fácil que um traje se torne ridículo” (BERGSON, 2007, p. 28). Também a linguagem, que “as tais fidalgas” não entendiam, provoca o riso, pois, além de não estarem habituadas a serem chamadas de donzelas para o tipo de vida que exerciam, o falar de Quixote não está em consonância com o usual, visto que ele tenta usar o falar pomposo tal qual aprendera ser próprio dos grandes cavaleiros aos quais admirava e em tudo queria imitar.

Logo depois, há, na sequência da narrativa, o *cômico de situação*. As duas mulheres resolvem ajudar Quixote a desvencilhar-se do traje para que ele possa dormir. Imaginemos o risível da cena, pois, sem conseguirem tirar-lhe a gola e a composta celada, que ele havia preso com nós muito apertados, ele passou a noite assim, como “[...] a mais extravagante e graciosa figura que se podia imaginar.” (CERVANTES, I, 2005, p. 39), visto que de maneira alguma Quixote consentiu que cortassem as fitas verdes que as prendiam:

Do peito de armas e couraça bem o tinham elas desquitado; mas o que nunca puderam foi desencaixar-lhe a gola, nem tirar-lhe a composta celada, que trazia atada, com uma fitas verdes, com tão cegos nós, que só cortando-as; no que ele de modo nenhum consentiu. E assim passou a noite

com a celada posta, que era a mais extravagante e graciosa a figura que se podia imaginar. (CERVANTES, I, 2005, p. 39) (grifos nossos).

Se Quixote fosse somente um cinquentão que enlouqueceu lendo romances de cavalaria, seria provavelmente apenas um ser cômico pelo ridículo da situação, mas, ao construir uma personagem complexa, permeada por ideais nobres, dotada de vasta sabedoria e boas intenções, Cervantes tocou-o pelo sublime e, a partir daí, ele já não será considerado somente um louco que provoca o riso por suas atitudes insanas, mas instigará empatia e identificação por sua extrema bondade e senso de justiça. Assim, o puramente cômico adentrará ao campo do humor, provocando, no leitor, admiração e compaixão por um indivíduo tão idealista e ao mesmo tempo tão fragilizado fisicamente.

O traje-aparência risível em Vitorino

A despeito do desejo de Vitorino de se passar por corajoso e autoritário, por alguém que não se intimida em presença de poderosos, não é essa a imagem que emana de sua figura. Sua própria montaria, magra e mal arreada, não condiz com a identidade poderosa que quer construir:

Pode dizer capitão. Sou capitão, como o Lula de Holanda é coronel. Não me faz favor.

O pintor Laurentino, na beira da estrada, ouvia o velho Vitorino nos seus arrancos. A égua rudada mostrava os ossos, a sela velha, roída, a manta furada, os freios de corda.

[...]

A égua vazava água por um dos olhos e a brida arrebetada enterrava-lhe boca adentro. [...] A cara larga do velho, toda raspada, os cabelos brancos saindo por debaixo do chapéu de pano sujo, davam-lhe um ar de palhaço sem graça. (REGO, 1997, p. 24). (grifos nossos)

Vitorino faz questão de ser chamado de capitão. Quer se fazer de homem de respeito, no entanto seus constantes rompantes configuram um ser contraditório. Seu discurso grandiloquente e gestos exagerados também são geradores de riso:

Diga a estes cachorros que o **capitão Vitorino Carneiro da Cunha é homem para o que der e vier.**

[...] Vitorino, apрумando-se, **gritou:**

- Bando de cachorros! (REGO, 1997, p. 24);

Falava só, **gesticulava como se mantivesse um diálogo com um inimigo. Sacudia a tabica com uma fúria de louco.**

E o diabo desta besta que não anda! (REGO, 1997, p. 25);

Os outros carreiros caíram na risada.

O primeiro cachorro que aparecer com gaiatice eu quebro os chifres.

A tabica vibrava na mão de Vitorino como um florete. (REGO, 1997, p. 104);

Vitorino faz papel de “palhaço” por várias vezes ao longo da narrativa e sua performance provoca o riso dos que estão ao seu redor, pois, como Quixote, tudo nele é exagerado, aproximando-se do burlesco, o que acaba por fazer com que, na maioria das vezes, não seja levado a sério pelos habitantes do vilarejo.

Em uma das passagens em que o traje de Vitorino mais se aproxima ao de uma fantasia, e o torna ainda mais risível, é quando volta de uma viagem de Itambé em que, a convite de seu primo Raul, atuaria como “advogado”. Para tanto era necessário se vestir como requeria a situação, conforme lhe dissera o primo. Além da roupa, precisou dar um jeito na cabeleira e, por um mau jeito do barbeiro, seus cabelos foram “tosquiados”, não lhe restando outra opção senão a de raspar tudo. Assim sua figura vai se tornando cada vez mais ridícula e, conseqüentemente, cômica. O auge do risível é

quando Vitorino finalmente consegue chegar ao Fórum, depois de tantas peripécias, e o júri já tinha terminado. Fizera tudo por nada, mas ainda se sente importante por ter sido chamado pelo primo e por estar usando aquelas “vestes de doutor”. Na volta, decide parar para conversar com o Mestre José Amaro, que “olhou espantado para a vestimenta esquisita”:

Vinha na égua magra, com a cabeça ao tempo, toda raspada. Saltou para uma conversa e estava vestido como um doutor, de fraque cinzento, com uma fita verde e amarela na lapela. O mestre José Amaro olhou espantado para a vestimenta esquisita.

- Estou chegando, compadre, do Itambé. [...] É roupa feita do Mascarenhas, de Recife, botei o bicho. Então o primo Raul me chamou para um canto para dizer que eu precisava cortar os cabelos. O desgraçado do barbeiro da Lapa tosquiou-me a cabeleira, o jeito que tive foi de raspar tudo. Raul passou-me a navalha na cabeça. [...] Quando cheguei no Itambé o júri já tinha se acabado. [...] Pois é isto, meu compadre, estou com estas vestes de doutor.

[...]. As abas do fraque caíram no chão, a fita da lapela mexia com o vento. A cara grande de Vitorino, com a cabeça raspada, **parecia de cômico envelhecido, de palhaço cansado.** (REGO, 1997, p. 102) (grifos nossos).

Enquanto Vitorino está na casa de Mestre Amaro, chega o cego Torquato para uma conversa com o mestre, acompanhado de seu guia. Vitorino não tem noção de sua aparência e, quando o guia do cego Torquato começa a observá-lo insistentemente, a princípio com medo daquela esquisitice, ele fica muito irritado. “O menino olhava para o fraque cinzento, e todo o seu medo se transformou num ataque de riso. Vitorino voltou-se para ele furioso: Por que está rinchando, seu merda?” (REGO, 1997, p. 105).

Sentindo-se desfeitoado, Vitorino diz que vai embora e parte com “um sorriso amargo na boca”, enquanto seu “[...] enorme fraque cobria a

anca descarnada do animal. A fita verde-amarela voava ao vento. E picando a égua com as esporas deixou a casa do mestre, gesticulando com violência, e com uma tabicada forte no ar sumiu na curva.” (REGO, 1997, p. 106).

Vitorino parece não ter consciência da enorme distância que existe entre o que deseja ser e o que é realmente, concluindo seus rompantes discursivos sem muita variação: “o capitão Vitorino Carneiro da Cunha é homem para o que der e vier.” Além de ser risível na aparência, com seu discurso grandiloquente e repetitivo também provoca o riso. Como os outros moradores não compartilham da ideia de que exerce grande influência sobre o poder local, sua autoafirmação, repetidamente, e sempre seguida de pantomimas, é cômica. Até o fim Vitorino vê-se como vítima de perseguição política e, em seu delírio, seu prestígio e poder só tendem a aumentar.

Considerações finais

A gênese de *Dom Quixote de la Mancha* revela a sátira ao heroísmo desgastado da cavalaria e a degradação da sociedade burguesa. A cavalaria estava no passado e, em meio a um momento de decadência dos valores da sociedade espanhola, os ideais cavaleirescos surgem como exemplo de comportamento humano para suprir necessidades mais nobres. Em seu discurso sobre os aspectos positivos da Idade de Ouro, pode-se perceber que Quixote vê o curso da história como um declínio, havendo a urgência de se buscar valores positivos no passado a fim de superar, desse modo, a baixa do mundo, despojado, como se encontra, de todas as suas virtudes. Quixote planeja consertar o presente buscando valores que ficaram perdidos em um passado próspero, pois seria preciso o resgate de ideais elevados para a construção de um mundo mais justo. Nesse sentido, o quixotismo passou a representar uma conduta de vida, o ideal de transformação do social pelo resgate de valores, isso sem que o indivíduo apresente grandes preocupações com a viabilidade do respectivo projeto nem com os meios de se atingir os objetivos almejados. Assim, deparamo-nos com uma busca

desenfreada por valores nobres, baseada na ideia fixa de se manter imune a degenerescência do meio.

A ação de *Fogo morto* transcorre na segunda metade do século XIX – correspondendo ao intervalo entre a derrocada do engenho e a ascensão da usina –, adentrando ao início do século XX. Como na maioria dos romances brasileiros da época, o foco deixa de ser a natureza ou o pitoresco para centrar-se no homem e em seu contexto sócio-histórico. Trata-se de uma época em que se tenta valorizar o povo brasileiro e, de alguma forma, o romance revela a inadaptação do homem diante da realidade que o cerca, desnudando a decadência do período histórico social abordado pela narrativa. Assim, Vitorino é o cavaleiro do Pilar que luta por justiça num momento em que os valores do coronelismo estão em declínio. Idealista, luta contra tudo e todos por uma sociedade mais igualitária, com menos injustiças sociais.

Dessa maneira, os romances em questão abordam momentos de decadência de seus respectivos contextos sociais, figurativizados nas condutas inadequadas dessas personagens anacrônicas, cindidas entre um passado divorciado do futuro, mostrando-nos as trajetórias de individualidades que não se enquadram na estrutura social decadente e ultrapassada em que estão inseridas. A loucura, elemento comum a essas obras, e pela qual estão submetidas boa parte das personagens de *Fogo Morto*, expõe a decadência individual e do grupo à margem da sociedade e do progresso. Há uma sociedade em constante transformação que não deixa qualquer espaço para a adaptação do indivíduo. O sujeito fica cindido entre a nostalgia de um passado glorioso, um presente que não consegue dominar e um futuro cada vez mais incerto, perdendo-se, dessa maneira, em suas andanças pelo mundo.

Cervantes e Lins do Rego utilizaram-se do riso para provocação de uma atitude reflexiva acerca de todas as contradições que envolvem suas personagens. Contradições essas advindas do choque entre presente e passado de um contexto social em rápida transformação. O humor, no sentido pirandelliano, torna-se

um recurso argumentativo para a crítica do momento histórico-social de produção das obras em questão. O discurso verbal é claramente não autossuficiente, “[...] nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação [...] diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação.” (BAHKTIN, 1976, p. 5), assim, é impossível dissociar a obra de seu contexto social de produção. A relação entre sujeito risível e objeto nas obras é tocada pelo *humor*, ao passo que a relação do enunciador com o contexto abordado nas obras passa pela sátira, em atitude clara de reflexão e análise de comportamentos e valores sociais.

Constatamos em nossa análise que o riso que permeia as narrativas em questão é satírico; e, ao mesmo tempo, leva ao compadecimento pelo *humor*, pela reflexão engendrada pelas ações ridículas, em total confronto com as normas sociais das respectivas épocas desses heróis. Trata-se de riso reflexivo, em que a derrisão cede lugar à adesão. O riso liga-se ao social e, se essas obras satirizam os falsos valores do passado, por outro lado, criticam os valores degradantes da sociedade emergente. Aqui o riso e a loucura são os canais que possibilitam o desnudamento das máculas da sociedade.

Referências bibliográficas:

- BAKHTIN, Michael. **Discurso na vida e discurso na arte.** (Texto completo com base na tradução inglesa de I. R. Titunik, *Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics*, publicada em V. N. Voloshinov, *Freudismo*, New York. Academic Press, 1976. Tradução, exclusivamente para uso didático e acadêmico, de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza).
- BERGSON, H. **O riso: Ensaio sobre a significação da comicidade.** Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BERNARDINI, A. F. Introdução. In: PIRANDELLO, L. **O humorismo.** Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Contexto, 1996. p. 9-15.
- CERVANTES, Miguel. **Dom Quixote de la Mancha.** Trad. Viscondes de Castilho e Azevedo. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2005. 2 v.
- HANSEN, J. A. Conferência. Arguição apresentada no V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. FCL/UNESP, 24 nov. 2004. 9 fls.
- LUKÁCS, Georg. **Teoria do Romance.** Lisboa: Presença, 1933.
- MINOIS, Georges. **História do riso e do Escárnio.** São Paulo: UNESP, 2003.
- PIRANDELLO, L. **O Humorismo.** São Paulo: Contexto, 1996.
- REGO, José Lins do. **Fogo Morto.** São Paulo: Klick, 1997.

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO PERANTE OS CURSOS DE EAD: A EXPERIÊNCIA DA UNITINS

Rodrigo Barbosa Silva¹
Willany Palhares Leal²
Alcides do Nascimento Moreira³

Resumo

O artigo apresenta a relevância dos trabalhos da CPA da UNITINS, em especial, dos relatórios de autoavaliação, que sustentaram as discussões da comunidade acadêmica em prol da reestruturação pedagógica e reconfiguração política da instituição promovida pela equipe gestora. A metodologia utilizada pauta-se na análise de documentos institucionais, preceitos legais, de âmbitos federal e estadual, e relatos orais dos sujeitos que participaram do processo histórico de defesa da universidade pública estadual, gratuita e de qualidade. Os resultados obtidos mostraram que os relatórios avaliativos institucionais, quando elaborados de modo autônomo pela CPA, partindo das ações dialógicas empregadas neste processo, tornam-se instrumentos de poder em prol da transformação político-institucional necessária para a efetivação de um ambiente acadêmico democrático. A avaliação institucional realizada na UNITINS, por meio da atuação de sua CPA, nestes últimos anos, caracterizou-se como um processo importante de readequação da estrutura política, administrativa e pedagógica, seguindo as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores da EaD no país, além de possibilitar o redimensionamento dos mecanismos de acompanhamento da vida acadêmica e das interfaces do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão em todas as instâncias da instituição, especificamente como uma análise do processo de reestruturação da universidade e da reorganização dos diferentes setores institucionais.

Palavras-chave: Educação a Distância, Avaliação Institucional, CPA.

Resumen

El artículo presenta la relevancia de los labores de la CPA (Comissão Própria de Avaliação, por su sigla en portugués) de UNITINS, especialmente, de los informes de autoevaluación, que han sostenido las discusiones de la comunidad académica en pro de la reestructuración pedagógica y reconfiguración política de la institución promovida por el equipo gestor. La metodología utilizada se orienta en el análisis de documentos institucionales, preceptos legales de los ámbitos federal y estatal y relatos orales de los sujetos que han participado del proceso histórico de defensa de la universidad pública estatal, gratuita y de calidad. Los resultados obtenidos han mostrado que los informes evaluativos institucionales, cuando elaborados de modo autónomo por la CPA, partiendo de las acciones dialógicas empleadas en este proceso, se tornan instrumentos de poder en pro de la transformación político-

1. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999), mestrado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (2012). Professor da Fundação Universidade do Tocantins - Unitins.

2. Doutora em Sociologia em (2013), mestre em educação em (1995) na UnB, professora da Fundação Universidade do Tocantins - Unitins.

3. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, Pós-graduado em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas; Política e Estratégia Nacional; Administração Pública; Gestão Escolar e Metodologia do Ensino de História e Geografia. Possui Licenciatura plena em História pela Universidade do Tocantins (1996), professor da Fundação Universidade do Tocantins - Unitins.

institucional necesaria para la efectuación de un ambiente académico democrático. La evaluación institucional realizada en UNITINS a través de la actuación de su CPA, en estos últimos años, se ha caracterizado como un proceso importante de readecuación de la estructura política, administrativa y pedagógica, siguiendo las directrices establecidas por los órganos reguladores de EaD (Educación a Distancia) en el país, además de posibilitar el redimensionamiento de los mecanismos de seguimiento de la vida académica y de las interfaces de la enseñanza, de la investigación, de la extensión y de la gestión en todas las instancias de la institución, específicamente como un análisis del proceso de reestructuración de la universidad y de reorganización de los distintos sectores institucionales.

Palabras-clave: Educación a Distancia; Evaluación Institucional; CPA.

Introdução

Para compreender os acontecimentos recentes vivenciados pela comunidade acadêmica da Fundação Universitária do Tocantins – UNITINS é necessário saber um pouco do seu processo histórico. Nascida a partir da criação do Estado do Tocantins, por meio da Constituição Federal de 1988, a UNITINS surge no cenário das instituições de educação superior no Brasil com o objetivo de ser a precursora da expansão e interiorização da educação superior no Brasil, de tal forma a democratizar a formação superior à população do mais novo Estado da Federação, teve abrangência geográfica de Norte a Sul do Estado, organizada em um sistema multicampi nos municípios de Araguaína, Arraias, Colinas, Guaraí, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional, Paraíso e Tocantinópolis.

Diante do rápido processo de expansão efetivado na década de 1990, a UNITINS chegou a contar em sua estrutura com 25 cursos de graduação. Uma universidade criada com a “cara do Tocantins”, sua descentralização se justificava na medida em que tinha como missão produzir e socializar cooperativamente conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais para contribuição do desenvolvimento das múltiplas comunidades distribuídas nos espaços tocantinenses.

No ano 2000, a UNITINS passou por uma grande reestruturação político-estrutural devido a criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Seu patrimônio, em quase sua totalidade, estudantes e cursos regulares foram transferidos para a recém-criada universidade. Desse modo, a UNITINS teve de se reinventar, considerando que a sua existência como instituição de ensino superior, face a este novo cenário, dependia de se estabelecer uma nova configuração administrativo-pedagógica. E assim, inicia-se a sua trajetória na modalidade de ensino a distância.

Com a carência de professores para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental no

Tocantins, a UNITINS ofertou o curso Normal Superior, em parceria com a EADCON – Sociedade Civil de Educação Continuada Ltda., para, aproximadamente, nove mil estudantes, haja vista que a IES se configurava como uma instituição pública de direito privado, mantida por entidades públicas e particulares, com o apoio do governo do Estado.

A UNITINS e expansão da EAD

Com o relativo sucesso que se efetivou pela experiência da EAD realizado pela UNITINS no território tocantinense, a universidade foi credenciada pelo Ministério da Educação – MEC, pelo prazo de cinco anos, para oferta de curso de graduação a distância em nível nacional (BRASIL 2004). A autorização inicial previa a oferta do curso Normal Superior com seis mil vagas, o que contribuiria para a política de formação de professores para a educação básica, conforme determinava o Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Diante do referido credenciamento, e valendo-se das prerrogativas de sua autonomia universitária, protegida pelo artigo 207 da Constituição Federal, a UNITINS empreendeu um modo de ser institucional o qual a liberdade para se autodeterminar possibilitou a criação e organização de novos cursos de educação superior em consonância com o artigo 53 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Desse modo, a partir de Resoluções do Conselho Curador da universidade, foram criados e implantados, na modalidade EAD, os seguintes cursos: licenciatura em Pedagogia, Letras e Matemática; bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Serviço Social, bem como os cursos tecnológicos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Fundamentos Jurídicos, todos com abrangência nacional. À época, a UNITINS havia credenciado 257 polos de apoio presencial junto a, então, Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC. A expansão de matrícula foi tão assustadora que, no ano de

2008, a parceria UNITINS/EADCON ultrapassou aos cem mil estudantes vinculados nos referidos cursos.

O modelo pedagógico estabelecido para o processo de ensino e aprendizagem dos cursos a distância da UNITINS se estruturava em três plataformas midiáticas: cadernos impressos de conteúdos, programas televisivos ao vivo e objetos virtuais disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA/UNITINS. Vale ressaltar que essas diferentes mídias eram produzidas, geradas e transmitidas pelos técnicos e professores da universidade sediados na cidade de Palmas/TO, sede da IES. Entretanto, apesar dos esforços empreendidos no processo de produção dessas diferentes mídias, começaram aparecer questionamentos quanto a qualidade do processo pedagógico devido ao grande número de reclamações que apontavam irregularidades e fragilidades administrativas no que dizia respeito, principalmente, ao controle acadêmico e às estruturas dos espaços presenciais utilizados pelos milhares de estudantes, fruto de uma suposta política de democratização do ensino superior empreendida pela universidade e propagada por seus gestores à época. Contudo, a comunidade acadêmica que vivenciava o modelo administrativo-pedagógico da IES sabia bem que, na verdade, o que se construía no contexto institucional era a mercantilização da educação superior, não preocupada com a qualidade geral do processo pedagógico de ensino e aprendizagem. Começava, assim, o tenso período de agitação institucional com o surgimento de dúvidas quanto às características e eficácia do modelo de Educação a Distância ofertado pela UNITINS.

As indefinições institucionais

Oficialmente, a UNITINS foi notificada quanto às suas condições de oferta de cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância por meio da Nota Técnica nº 037/2008 encaminhada em outubro do referido ano pela SEED/MEC. Nela, entre os diversos apontamentos de irregularidades, pode-se

destacar, inicialmente, a ilegalidade presente quanto às atribuições previstas para cada uma das instituições parceiras no sistema EADCON/UNITINS. Além disso, o fato da existência de quase 1.300 (um mil e trezentos) “centros associados”, instalações terceirizadas que divergiam das funções e finalidades dos polos de apoio presencial, e estes últimos também sem infraestrutura adequada para oferta e desenvolvimento de cursos superiores, isto é, locais de atendimento a estudantes sem o devido credenciamento e/ou em condições de atendimento problemáticas, sem biblioteca, sem laboratório de informática e sem coordenadores e tutores presenciais com formação adequada na área de conhecimento dos cursos ofertados pela universidade. Por último, o reduzido número de professores para o grande quantitativo de estudantes matriculados, precarizando o acompanhamento acadêmico e não acompanhando do padrão de qualidade para a Educação Superior a Distância publicado pelo MEC (BRASIL, 2007).

Diante do lamentável quadro explicitado acima, teve início uma série de (i) mobilizações que definiria o futuro da UNITINS no âmbito da oferta de cursos superiores a distância. Processos judiciais foram abertos por estudantes de diferentes unidades da Federação. Notas técnicas expedidas pelo MEC. Imposições de medidas cautelares deferidas por diferentes magistrados. Recomendações propostas pelo Ministério Público Federal. Movimentos constituídos por funcionários técnico-administrativos, professores, estudantes e comunidade externa para repensar o papel da universidade no contexto da sociedade tocantinense. Reuniões realizadas entre gestores do MEC, da UNITINS e da EADCON na tentativa de encontrar caminhos para efetivação do saneamento proposto pelo Ministério da Educação. Trocas de Reitores. Manutenção do instrumento contratual de prestação de serviços educacionais entre a EADCON e a UNITINS que previa a cobrança de mensalidades, afrontando a Constituição Federal. Falta de definição política do governo do Estado do Tocantins, representado pelo Conselho Curador da IES, frente ao turbilhão

de problemas vivenciados no cotidiano da comunidade acadêmica. Não abertura de novos processos seletivos para ingresso de estudantes. Não concordância e não assinatura do Termo de Saneamento de Deficiências proposto pelo MEC, entre outros pontos, culminaram com o descredenciamento da universidade para a oferta de ensino a distância, decorrido pouco mais de um ano do recebimento da primeira notificação de deficiências (BRASIL, 2009b).

O descredenciamento e o TAC

Diante do perturbado quadro administrativo-pedagógico, foram muitas idas e vindas institucionais frente aos apontamentos do Ministério de Educação, a partir das precariedades supracitadas. Sendo assim, processos administrativos foram abertos como tentativas de solucionar as referidas pendências no modelo de educação a distância efetivado pela UNITINS. Neste contexto, o Ministério Público Federal ajuizou na Seção Judiciária do Estado do Tocantins uma ação de execução visando o cumprimento de obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC que pleiteava a exigência de um planejamento para o processo de transferência dos estudantes da universidade, contendo as seguintes obrigações:

1. Apresentação da lista com os dados dos estudantes regularmente matriculados, divididos em cada um dos cursos de graduação na modalidade a distância.
2. Publicação de edital específico de transferência, convocando as instituições interessadas em receber os estudantes a serem transferidos, dando-lhe ampla divulgação, com o envio de ofício a todos os estudantes da instituição.
3. Apresentação de opções para transferência a seus estudantes, conjuntamente com a divulgação de todas as informações sobre orientações e procedimentos a serem seguidos.
4. Expedição de toda documentação necessária para

efetivação de matrícula nas instituições recipiendárias, dos estudantes regularmente matriculados, observando-se as regras de equivalência e aceitação de estudos (BRASIL, 2009a).

Diante do exposto, o juiz da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, determinou o cumprimento das obrigações acima descritas, exceto a que trata sobre a expedição de toda documentação necessária para efetivação de matrícula nas instituições recipiendárias. Com isso, os estudantes que manifestaram interesse na transferência para outras IES puderam assim o fazer. Àqueles que optaram por continuar seus estudos na UNITINS, houve a garantia de que a universidade proporcionaria as condições necessárias para a integralização dos seus respectivos cursos, tanto é que houve a sinalização deste aspecto na portaria de descredenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade de ensino a distância:

Reconhecer exclusivamente para expedição e registro de diplomas o Curso de Licenciatura em Pedagogia; o Curso de Licenciatura em Letras; o Curso de Licenciatura em Matemática; o Curso de Bacharelado em Administração; o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis; o Curso de Bacharelado em Serviço Social; o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; o Curso de Tecnologia em Fundamentos Jurídicos; e o Curso Sequencial em Fundamentos e Práticas Judiciárias, realizados na modalidade de ensino a distância (BRASIL, 2009b, art. 2º).

Com a continuidade das atividades pedagógicas, mesmo com a portaria de descredenciamento expedida pelo MEC, a UNITINS firmou um novo termo de compromisso junto ao ministério para o saneamento das pendências acadêmicas que garantiriam a conclusão dos cursos aos estudantes regularmente matriculados. Desse modo, semestralmente, a universidade deve apresentar os números relativos aos estudantes que continuam matriculados e os

concluintes, além do quantitativo de diplomas expedidos. Para tanto, a universidade estruturou-se de modo a alcançar determinadas metas para a conclusão curricular destes estudantes por meio de diferentes programas: Dependência, Reingresso, Finalização e Integralização. O descumprimento do acordo firmado entre a UNITINS e o MEC, com a interveniência do Ministério Público Federal do Tocantins, resulta em pagamento de multa correspondente ao valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Diante deste compromisso, à UNITINS cabe efetivar tal processo até dezembro de 2013.

Diante deste cenário de crise, os diferentes setores da UNITINS se mobilizaram no sentido de promover mecanismos que garantiriam a continuidade dos trabalhos acadêmicos de forma a assegurar a legalidade e legitimidade dos processos ainda em curso. Neste contexto, a CPA exerceu um papel importante, pois buscou informações nas várias instâncias da universidade no sentido de orientar um posicionamento político-pedagógico de gestão que orientasse a universidade para a consolidação de sua missão institucional, “produzir, difundir e socializar cooperativamente conhecimentos científico, tecnológico e cultural para a contribuição do desenvolvimento e do progresso das múltiplas comunidades presentes nos espaços tocantinense e da Amazônia Legal” (UNITINS, 2012).

Um novo credenciamento para a EAD

As soluções apresentadas frente aos problemas destacados anteriormente foram mostrando a competência da UNITINS diante da implementação da política de Educação Superior no Brasil na modalidade a distância. Ficou claro que a maioria destes problemas não estavam relacionados ao trabalho didático-pedagógico construído por seus coordenadores, professores, tutores e corpo técnico envolvidos no processo de

ensino. A questão única estava na forma como a UNITINS estabeleceu suas parcerias e conduziu as políticas educacionais na modalidade a distância, que entraram em confronto com as diretrizes estabelecidas pelo MEC.

Mesmo diante do cenário apresentado anteriormente, o MEC reconheceu o *know how* do trabalho realizado pela UNITINS no contexto da educação a distância no Brasil. Prova disso foi a integração da universidade ao conjunto de Instituições de Ensino Superior públicas do Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil, fato ocorrido poucos meses após o seu descredenciamento no modelo ora realizado (BRASIL, 2010).

A UAB foi criada pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação. Trata-se de um projeto direcionado à articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância visando a sistematizar as ações, os programas, os projetos, as atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil. O Sistema Universidade Aberta do Brasil é uma parceria entre consórcios públicos - Fórum das Estatais e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES e a participação das universidades públicas e de demais organizações interessadas.

No Estado do Tocantins, a UNITINS atua desde o ano de 2012 nesse projeto, atendendo os municípios de Alvorada, Ananás, Araguacema, Araguatins, Cristalândia, Mateiros, Nova Olinda, Palmas e Porto Nacional, com os cursos de Pedagogia, Letras (Port/Esp), Computação, Administração Pública, Matemática. A figura a seguir apresenta a configuração atual da UNITINS no Sistema UAB com o atendimento para 1.590 vagas.

POLOS DE OFERTA

2012

- PALMAS
 - CRISTALÂNDIA
 - ARAGUACEMA
- TOTAL: 300 VAGAS**

2013

- ALVORADA
 - ANANÁS
 - ARAGUACEMA
 - ARAGUATINS
 - CRISTALÂNDIA
 - MATEIROS
 - NOVA OLINDA
 - PALMAS
 - PORTO NACIONAL
- TOTAL: 1.290 VAGAS (2013+2012)**



A entrada da UNITINS no Sistema UAB vem demonstrar a sua importância na contribuição para o acesso e democratização da Educação Superior no Brasil, cumprindo, assim, o seu papel de forma ética e transparente, aproximando a academia com as comunidades dos diferentes municípios do Estado do Tocantins. Para tanto, o trabalho da CPA tem contribuído para que a universidade se posicione clara e responsabilmente com relação ao estabelecimento de suas metas, compatíveis com o desenvolvimento humano e com a qualidade de vida de sua população, respeitando a diversidade, investindo na qualidade da educação a distância e na universalização do acesso ao conhecimento. Com essa concepção, a UNITINS tende a demonstrar sua responsabilidade social traduzida na forma como ela conduz suas atividades, tornando-se corresponsável pelo desenvolvimento da sociedade tocantinense.

Considerações finais

A CPA, concebendo a avaliação institucional como um processo sistemático na busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da UNITINS, encara os resultados avaliativos como forma de promover permanentemente a autoconsciência universitária, subsidiando o processo de tomada de decisão por parte dos seus gestores. Assim, a avaliação institucional na UNITINS está voltada para nortear os caminhos da IES no sentido de alcançar seus objetivos destacados nos seus documentos oficiais (PDI, PPI, PPCs etc.).

O trabalho da CPA durante os últimos anos no contexto dos processos de credenciamento e reconhecimentos da UNITINS pelo MEC para a oferta de cursos a distância tem apresentado relevância no sentido de apontar diretrizes à

gestão da universidade para que esta possa implementar políticas educacionais que sejam condizentes com sua missão e sua função social no Estado do Tocantins enquanto instituição pública.

Referências bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Credenciamento da UNITINS para a oferta de cursos de graduação a distância**. Brasília: Ministério da Educação, Portaria nº 2.145, de 16 de julho de 2004.

_____. **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

_____. **Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre UNITINS e MEC**. Palmas: Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Tocantins, 28 jul. 2009a.

_____. **Descredenciamento da UNITINS para**

a oferta de cursos de graduação a distância. Brasília: Ministério da Educação, Portaria nº 44, de 18 de agosto de 2009b.

_____. **Integração da UNITINS ao Sistema UAB**. Brasília: Ministério da Educação, Portaria nº 837, de 24 de junho de 2010.

CASTANHEIRA, Ana Maria; COELHO, Abílio Ribeiro. **Avaliação institucional: ações consolidadas na graduação**. São Paulo: Mackenzie, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Cortez, 1996.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOCANTINS. **Estatuto Constitutivo da Fundação Universidade do Tocantins**. Palmas: DOE n. 1.936, 8 jun. 2005.

UNITINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. Palmas: UNITINS, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

A TECNOLOGIA COMO EPISTEMOLOGIA DA TÉCNICA: UM ESTUDO A PARTIR DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

*Pensar o mundo constitui
a técnica primordial.
Álvaro Vieira Pinto*

Cristian Cipriani¹
Edivaldo José Bortoleto²

Resumo

Diante do largo emprego na atualidade, o termo tecnologia tem se tornado ao mesmo tempo uma noção essencial e confusa. Procurando corroborar para um melhor entendimento do conceito, a partir das reflexões de Álvaro Vieira Pinto, propomo-nos neste trabalho apresentar a tecnologia enquanto epistemologia da técnica. Assim, infere-se o conceito de técnica, sua conexão com as máquinas e destas com a tecnologia. Sem pretensão de esgotar o assunto, buscamos nas considerações finais refletir sobre a importância do conhecimento teórico do objeto.

Palavras-chave: Álvaro Vieira Pinto, técnica, fundamentos da máquina, tecnologia.

1. Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Unochapecó. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Bolsista Fapesc/Capes/Unochapecó. Correio eletrônico: cristiancipriani87@gmail.com

2. Graduação em Filosofia-Licenciatura Plena pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1983), Mestrado em Filosofia da Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1993), Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e Doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2010), professor no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da UNOCHAPECO Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Santa Catarina.

Considerações preliminares

Atualmente, ao abrirmos um jornal, ligarmos a TV ou manusearmos um tablete, deparamo-nos constantemente com a palavra tecnologia. Esta, pelo amplo uso, tem sido fonte de estudos em diversos campos epistemológicos, tais quais: educação, comunicação e saúde. Também, encontra aplicação em revistas especializadas sobre computadores, videogames ou artefatos dentários, bem como em anúncios publicitários de shampoos anti-caspa, por exemplo. Mas diante de tantos empregos, ao menos sabemos o que é tecnologia?

Perspectivando uma resposta, busca-se na obra de Álvaro Vieira Pinto (2005) os conceitos necessários para servir de fundamento para este trabalho, pois na direção de nossos questionamentos, reconhece não só a importância do termo na compreensão dos problemas da realidade atual, mas também entende que este agigantamento decorre justamente do largo e indiscriminado uso, que o tornou ao mesmo tempo uma noção essencial e confusa, mesmo que não exista um conteúdo inequívoco para defini-la.

Nessa direção, deparamo-nos com quatro acepções mais gerais, que segundo Vieira Pinto (2005), são delimitadoras para deslindar o conceito em questão, tais como: a) A tecnologia como epistemologia da técnica; b) Tecnologia equivalente à técnica; c) Tecnologia como o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade; e d) Tecnologia enquanto ideologização da técnica.

Destarte, nos manteremos pelos limites impostos neste ensaio na questão da tecnologia enquanto epistemologia da técnica, ou seja, a técnica enquanto objeto de estudo da filosofia do conhecimento. Dessa maneira,

A técnica, na qualidade de ato produtivo, dá origem a considerações teóricas que justificam a instituição de um setor do conhecimento, tomando-a por objeto e sobre ela edificando as reflexões sugeridas pela consciência que reflete criticamente o estado do processo objetivo, chegando ao nível da teorização. Há sem dúvida uma ciência da técnica, enquanto fato concreto e por isso objeto de indagação epistemológica. Tal ciência admite ser chamada de tecnologia (VIEIRA PINTO, 2005, p.220).

Assim, dentro da teoria geral da técnica, cabe também o estudo da “noção de artes, habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa” (VIEIRA PINTO, 2005, p.219). No desenrolar deste trabalho, nos dedicaremos a esquadrihar um conceito de técnica que julgamos adequado, antes porém, buscamos compreender os seus alicerces, normalmente cunhados pelos dados imediatos, ou seja, pelos maquinários e artefatos, mas que ao nosso ver, devem ser expostos somente a partir do animal em vias de “hominização”.

Em vista disso, ao enveredarmos por este caminho, há também a indispensabilidade de tratar sobre o processo da antropogênese³, pois a técnica é coetânea ao homem, mas não existe sem ele. Ademais, é justamente por esse motivo que não a percebemos como um *ente* ou um substantivo, mas sim, a tomamos neste trabalho como um adjetivo para todas ações de produção, diretas ou não, na mediatização das finalidades contra as resistências da natureza. Portanto, entendemos que o estudo da técnica é essencial não só por antever a tecnologia, em todas as quatro concepções, mas a percepção teórica correta do objeto pelo homem “liberta-o da servidão” (VIEIRA PINTO, 2005, p.170).

3. Segundo o dicionário Aurélio, o verbete refere-se ao “estudo do aparecimento e desenvolvimento da espécie humana”; Disponível em: <http://www.dicionarioaurelio.com/Antropogenese.html>. Acesso em: 17 de jul. 2014;

A questão da Técnica

O conceito de técnica tem se demonstrando ao longo do processo histórico como um impulsor de escritos epistemológicos e filosóficos, passando de Heródoto à Escola de Frankfurt, imiscuindo-se em Platão, Aristóteles, Kant e Heidegger entre outros, mas, comumente cunhada como “extensão do braço do homem”⁴ ou referente à um “saber fazer prático”⁵. Não que essas definições estejam longe de relacionar-se ao termo, muito menos que não sejam válidas para designar ações compreendidas à técnica, porém, neste ensaio busca-se outro caminho, ou melhor, um sentido mais ‘abrangente’ para o conceito.

Em vista disso, enveredar pela trilha concebida por Vieira Pinto não significa virar as costas para outras visões, porque se assim fizéssemos, obstruiríamos o movimento dialético por ele intentado, voltaríamos à uma óptica simplista do termo e ignoraríamos o diálogo para chegar em uma concepção digna da “consciência crítica”⁶. Partir dos escritos por ele propostos permite perceber a técnica –consequentemente tecnologia – enquanto qualidade de um ato consciente, *imane*nte ao ser humano e acontecendo pela necessidade de *produzir* a sua existência, ou seja, pela “realidade do homem no mundo” (VIEIRA PINTO, 2005, p.154).

Logo, é necessário ir além do braço humano, do puro ferro ou dos micros chips para adentrar no âmago da categoria em questão, sendo fundamental esquadrihar como justo ponto de partida o transcurso da “antropogênese”, processo simultâneo que ocorre por vias inseparáveis, culminando na “hominização” e consequentemente na eclosão da técnica.

Nessa direção, o ciclo evolutivo é

inaugurado pelo processo biológico, que segundo Vieira Pinto (2005, p.56), conferiu ao ser humano terminações nervosas de complexidade superior inéditas na série animal, permitindo a este conceber “[...] ideias abstratas das coisas, com caráter suficientemente geral para dar origem aos dois desenvolvimentos simultâneos derivados dessa função primigênia do homem, a saber, a linguagem [...] e o projeto”. Portanto, é a partir deste estágio, ao contrário dos animais irracionais que buscam na adaptação biológica a sobrevivência, que o homem enquanto ser autônomo, dotado de recursos intelectuais, sente-se conscientemente capacitado à criar ideal ou materialmente sua existência, transformando o mundo através de suas faculdades.

Entende-se como transformar, a ação humana de produzir meios que interfiram no mundo objetivo, isto é, ao invés de adaptar-se a ele, antes o adapta. Todavia, essa competência está vinculada a de projetar, que “[...] significa o relacionamento da ação a uma finalidade, em vista da qual são preparados e dispostos os meios necessários e convenientes” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 59). Interpreta-se dessa maneira que o ato de produzir é um ato intencional e lúcido, no qual o ser humano encontra meios para ultrapassar o paradoxo natural em busca de sua sobrevivência (finalidade). Tomamos dentre muitos, o exemplo da colheita de laranjas: o ato consciente de plantar laranjas manualmente e colhe-las por intermédio de um saco de vime amarrado em uma vareta, caracteriza uma técnica, do mesmo modo que se fosse feito com uma plantadeira e colheitadeira automática. No entanto, os meios utilizados para tais ações é os que as tornam diferentes, mas ambos destinam-se a mesma finalidade, produzir a existência. Portanto, pode-se afirmar que a ação consciente de produzir meios à determinados

4. ADORNO, 1995, p. 132;

5. Conforme definição proposta por Heródoto. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~hans/mh/escrTec.html>. Acesso em 15 de jul. 2014;

6. A consciência crítica é, por essência, aquela que tem clara consciência dos fatores e condições que a determinam” (VIEIRA PINTO, 1960, p.83) . “A consciência crítica, quando reflete sobre si (sobre seu conteúdo), torna-se verdadeiramente autoconsciência, não pelo simples fato de chegar a ser objeto para si, e sim pelo fato de perceber seu conteúdo acompanhado da representação de seus determinantes objetivos. Estes pertencem ao mundo real, material, histórico, social, nacional, no qual se encontra” (VIEIRA PINTO, 1987, p.40);

fins é, desse modo, o que chamamos: técnica.

Antes de prosseguir, julgamos relevante ressaltar que a técnica só emerge com animal já “hominizado”⁷ e mesmo tendo encontrado a definição do conceito, o transcurso da antropogênese continua tendo caráter essencial para compreendê-lo, visto que são episódios sincrônicos, separados por nós apenas por finalidades didáticas e textuais.

Isto posto, buscamos na cultura a continuação do ciclo, pois para Vieira Pinto (2005), esta encontra sua primeira manifestação na fabricação consciente de um artefato para o exercício da produção de bens alimentares, entre outros, necessários à conservação da vida. Como partimos do princípio que a técnica emerge primordialmente com o homem e se caracteriza por toda atividade racional produtiva, ao fabricar um instrumento como meio à determinada finalidade, nesse caso o de se alimentar, o ser humano também se “hominiza”, ou seja, a técnica também está imbricada na cultura, como a cultura está intrínseca na “antropogênese”, em outras palavras, “a cultura não precede a formação do homem nem sucede a ela, porque só existe e se expande ao longo dessa mesma formação, da qual é, e sempre foi, coetânea” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 189). A importância de apresentarmos o aspecto cultural não se restringe à sua ligação no transcurso antropogenético em si, mas também ao salto qualitativo que rende à este. Vieira Pinto (2005, p. 189), entende que

Na fase pré-hominídea não há cultura, apenas evolução biológica. Iniciado, porém, o processo de antropogênese, predominam a princípio as transformações orgânicas sobre as manifestações culturais, sendo as técnicas ainda extremamente elementares. Aos poucos, vai ocorrendo a inversão do valor e da importância relativos dos dois aspectos, até que, definitivamente

instalada a primeira espécie hominídea em seu caráter social, o aspecto cultural sobrepujará larga e irreversivelmente as variações corpóreas e se apresentará em forma de característica qualificadora do ser humanizado.

Foi justamente o salto cultural enquanto atos produtores eficazes à sobrevivência, aqui denominados de técnica, que possibilitaram e possibilitam a crescente ampliação da produção e a continuação do processo antropogenético. Ao passo que desenvolvem-se, emergem com eles novas culturas, ou seja, maneiras qualitativamente superiores de produzir a existência. Se a princípio eram ações diretas, a ulterior invenção de melhores artefatos rendeu à esses atos maior eficiência, contribuindo também à prosperidade biológica, sejam essas pela melhor nutrição ou garantia de abrigo, acarretando em um ser mais “humanizado” (VIEIRA PINTO, 2005).

Sem perder de vista o que tratamos anteriormente, cabe ressaltar que o desenvolvimento fisiológico nervoso central conferiu duas aptidões ao ser em via de “hominização”, ambas indispensáveis ao ciclo da antropogênese, a saber: a faculdade de projetar e a linguagem (*ibidem*). Enquanto a primeira já foi abordada neste ensaio e demonstrou-se essencial à formação do homem, - inclusive, possibilitando ações materiais para produzir a sua existência - a linguagem aparece com caráter de segundo sistema de “[...] transmissão de conhecimentos e de condutas eficazes, isto é, de técnicas, a cultura”⁸, ou seja, decodificando o processo e garantindo-lhe a continuidade. Nessa direção, Vargas (1999, p.9), entende que

É a linguagem que, com o poder simbólico das palavras, através de denotações e conotações, possibilita, por meio das imagens mentais suscitadas pelas palavras, como símbolos de coisas e eventos,

7. Mas o homem também avança no ciclo evolutivo pela técnica.

8. VIEIRA PINTO, 2005, p. 155

a compreensão, o conhecimento e o aperfeiçoamento das coisas e eventos percebidos, permitindo ao homem a intenção de transformá-los. Além disso, a linguagem é meio de comunicação que permite o aprendizado e o adestramento. Portanto, a técnica – que nasceu com a humanidade – não teria esse peculiar caráter de progressividade se não fosse dado ao homem o dom da linguagem.

Mas a linguagem que viabiliza o crescimento cultural acaba por ser intensamente influenciada por ele, visto que esta transformou-se em manifestação da realidade e da atividade do homem enquanto ser social⁹. Portanto, a progressiva expansão dos artefatos de comunicação e das novas linguagens encontram aqui suas explicações, pois caracterizam nada mais que o desenvolvimento de novas técnicas para produzir meios à finalidades hoje julgadas relevantes, permitindo novas formas culturais, bem como distintas maneiras de relacionamento social – a Internet, por exemplo, possibilitou novas formas de trabalhar, aprender, viver e amar.⁷

Se hoje novas técnicas comunicacionais refletem a necessidade da amplitude das relações sociais, desde os primórdios, nosso transcurso “antropogenético” é viabilizado, segundo Vieira Pinto (2005), por essas vias. As relações sociais potencializaram/potencializam a linguagem articulada, tal como por intermédio delas que as técnicas são criadas e expandidas⁸, do mesmo modo que o homem como conhecemos teria aparecido e se desenvolvido, visto que,

O que caracteriza, porém, essas qualificações e que não teriam podido brotar nem se desenvolver se o animal em via

de hominização não houvesse adquirido a condição de ente socializado, isto é, que encontra nas relações sociais de produção a possibilidade de executar sua crescente aptidão para produção econômica, que dará base à sua existência, ao mesmo tempo que vai progressiva e ininterruptamente cada vez mais distanciado do restante do mundo zoológico irracional (VIEIRA PINTO, 2005, p.188).

Além disso, Vieira Pinto (2005) infere que se o animal anterior ao homem dependia da relação direta com a natureza na busca pela sobrevivência, inclusive obedecendo suas leis e determinações, o ser já “hominizado” não lida mais diretamente com elas, muito menos com o mundo cru, entretanto, vê-se agora em um complexo movimento dialético interpolado pela organização social, no qual, a mediação com o mundo material dá-se por suas leis. Nessa direção, “estas começam ter vigência quando se instala, para o novo ser, a possibilidade, e logo a seguir, a indispensabilidade do trabalho, que será o principal fator na formação do homem, constituindo a base da cultura e da linguagem” (p. 75). Assim sendo, ficamos impossibilitados de apresentar a técnica fora das relações sociais e especialmente, do trabalho, habilidade pela qual o ‘homem se faz homem’.

À vista disso, o conceito de técnica não deve reduzir-se ao instrumento imediato ou a uma maneira prática de executar uma tarefa, repetimos: não que essas definições não façam parte da amplitude do termo, mas por si só não a caracterizam. Em nossa concepção, a técnica adjetiva atos produtivos – ideais ou

9. Ibidem;

10. Nosso pensamento encontra ilustração no seguinte trecho da obra “ O Conceito de Tecnologia, v.1,” de Álvaro Vieira Pinto, 2005, p.191, quando infere que “Sendo infundável o processo, seu desenrolar, que, apreciado exteriormente, aparece como o progresso técnico da humanidade, quando visto em profundidade mede em realidade o grau de aperfeiçoamento da essência humana, revelado pela consciência cada vez mais nítida e operante de seus poderes e das exigências de construir formas de convivência social correspondentes à melhor compreensão que os povos começam a ter de si próprios.”

11. Refletindo com base nos estudos de Vieira Pinto, as relações sociais não só viabilizam o desenvolvimento da cultura, que se mostra fundamental ao processo da antropogênese, como também permitem a incorporação de condutas eficazes pelos indivíduos, sendo por essa via que se disseminam, permitindo assim, a continuação e o desenvolvimento do transcurso;

materiais - realizados pelo homem, o qual, busca meios para produzir socialmente a sua existência, uma vez que a técnica só existe e se desenvolve - coetaneamente - com o animal já "hominizado" e isto indiscutivelmente perpassa pelo - amplo, simultâneo e infundável- processo de "antropogênese" imbricado na consciência do trabalho. Em suma, a técnica é um ato produtivo iniciado no primado do pensamento, no qual, o homem projeta a possibilidade de combinar os objetos do mundo físico afim de executar atividades úteis, mas que necessariamente só se faz e prossegue mediante a cooperação social (VIEIRA PINTO, 2005).

No entanto, se a técnica representa atos humanos como meios à determinadas finalidades, os artefatos por eles criados, sejam estes simples ou sofisticados como uma máquina contemporânea, responsáveis por produzir outras ferramentas, correspondem a quê? Na sessão seguinte iremos esquadrihar uma resposta para esta questão, procurando refletir sobre os 'Fundamentos da Máquina'.

Das Técnicas aos fundamentos da Máquina

A complexidade do termo tecnologia normalmente termina por designar uma máquina, por exemplo, um computador, um tomógrafo ou um perfurador de petróleo. Significâncias estas que não fogem deste estudo, menos ainda da palavra. Porém, para compreendermos seus fundamentos e das aparelhagens que as antecederam, precisamos ter presente em nossas concepções que são criações humanas. Destarte, as faces dos maquinários devem voltar-se ao homem, porque " a máquina nunca é dada, é feita." (VIEIRA PINTO, 2005, p.73).

O ser humano, por sua vez, só cria e inova

pela necessidade perdurável de resolver suas contradições com a realidade, no entanto, são as vias das relações sociais que oferecem a ele dois aspectos fundamentais para a construção da máquina, a saber: a) a transmissão e acumulação do conhecimento, possibilitando a compreensão mais aguçada dos fenômenos naturais, superior ao tempo anterior graças as possibilidades técnicas desenvolvidas pelos predecessores, chegando ao ponto da cientificidade⁹ do conhecimento. A incorporação da nova máquina nos fazeres diários e no acervo das utilidades comuns; b) a crescente exigência de avanço nos modos de produzir, tendo por finalidade a melhoria da vida humana e a necessidade da poupança de esforços¹⁰ (*ibidem*).

Com base na primeira proposição supõe-se um ponto de partida para máquina, que segundo Vieira Pinto (2005, p. 108), encontra suas origens nas ferramentas, que por sua vez vinculam-se na gênese dos utensílios. No entanto, a diferenciação primordial entre as duas reside na aplicação. Enquanto a segunda é utilizada ocasionalmente, a primeira é fabricada para vantagem individual, contudo, "o processo de invenção dela só pode prosseguir se a ferramenta for entregue à sociedade com o caráter geral e coletivo para criação de bens".

Assim, a ferramenta que a priori caracterizava-se pelo rendimento limitado, porquanto os efeitos mecânicos iniciais produzidos e os únicos possíveis, tinham como fonte de energia imediata o trabalho muscular do homem. Com a continua progressão do conhecimento social, que possibilitou o domínio de novas fontes de energia, as ferramentas passaram a lograr maior rendimento e potência, por consequência libertando o ser humano do esforço muscular como força motriz. No entanto, mesmo movidas pela eletricidade, quem ainda as comanda é o homem (VIEIRA PINTO, 2005). Nessa direção, continua

9. Vieira Pinto (2005), entende que a base do desenvolvimento tecnológico esta no conhecimento científico;

10. As máquinas não encerram seu papel ao libertarem o homem do esforço muscular, mas exatamente acarretam para ele a necessidade de mais intenso e difícil esforço intelectual para apoderar-se das possibilidades de ação útil nelas contidas e dar-lhes prosseguimento na produção e outras ainda mais eficientes. (VIEIRA PINTO, 2005, p.81)

sendo uma ferramenta e habitualmente não se inclui no conceito tecnológico vulgar de máquina, embora, pelo conceito crítico acima exposto, na realidade o seja, pois não é menos um instrumento material de domínio da natureza pelo homem. Não importa que se trate de uma máquina destinada ao manuseio humano.” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 108).

A vista disso, o autor, partindo de Charles Babbage, expõe a existência de duas classificações para os maquinários, tais quais: a) As de segunda ordem, no qual encontram-se as máquinas mecânicas. Estas, tem como característica primordial a reunião e conjugação de ferramentas simples postas em funcionamento por um único motor, tendo como exemplo mais primitivo, os teares manuais e entre outros aparatos/máquinas movidos a mão; b) As de terceira ordem, ‘automáticas’, difundidas a partir do conhecimento proporcionado pelas máquinas mecânicas, em que o homem descobre outras forças da natureza - como: radiação, reações químicas etc - e se vale delas para fabricar outros tipos de aparelhos técnicos (VIEIRA PINTO, 2005).

Acreditamos ter chegado ao ponto para responder a questão proposta, bem como deslindar a adjetivação de tecnologia incorporada pelas máquinas, mas ainda julgamos necessário fazer antes, alguns apontamentos. Assim sendo, compreendemos que as máquinas contemporâneas, por mais estonteantes que pareçam, nada mais são do que a expressão das necessidades sociais atuais, porque “os homens nada criam, nada inventam nem fabricam que não seja expressão das suas necessidades, tendo de resolver as contradições com a realidade (VIEIRA PINTO, 2005, p.49).

Sendo assim, pode-se inferir que as aparelhagens são manifestações da ação inventiva do ser humano, pois de acordo com Vieira Pinto (2005), desde suas primeiras realizações, a máquina compendia os esforços do homem em descobrir meios para superar as resistências propostas pela natureza às suas

ações. Para comprovarmos este argumento basta voltar aos maquinários de terceira ordem, no qual, através da melhor compreensão do mundo proporcionada pelas máquinas mecânicas, o homem descobre novas forças da natureza, possibilitando assim, fabricar novos meios à sua existência.

Todavia, mesmo viabilizando a fabricação de novos meios para existência humana, a máquina em si não se caracteriza como “portadora” da técnica, pois esta só é imanente ao homem. O que cabe a máquina, para Vieira Pinto (2005), é a corporificação de uma técnica. Em outras palavras, a máquina só produz porque foi concebida para aquele modo de produzir, que ela enquanto criação humana, não pode espontaneamente modificar, ou só modifica dentro dos limites previstos em sua construção (*ibidem*).

Mas para adentrarmos no âmago dos fundamentos da categoria aqui apresentada, faz-se mister apontar dois aspectos, são eles: o aspecto estático e o aspecto dinâmico. No que refere-se ao aspecto estático, a máquina constitui-se em um corpo como outro qualquer, inerte, uma imagem sugestiva nos maquinismos, tais como: peças, veículos jogados fora, em suma, ferro velho. Já dinamicamente, a máquina codifica um programa de ação do homem. Supõe-se portanto, adequação dos maquinários às possibilidades de transformação da natureza e resistência dos corpos sobre os quais vai agir (*ibidem*). É por este aspecto dinâmico que “a máquina resume e prefigura uma sucessão de atos, que por levarem ao fim pretendido, explicam a forma a ela atribuída e as funções que deve exercer. A sucessão de atos representa a técnica de produção que tal máquina é capaz de realizar ” (VIEIRA PINTO, 2005, p.135).

Esses aspectos, segundo Vieira Pinto (2005), carregam consigo a chave primordial da máquina, pois somente trabalhando de forma útil é que os maquinários convertem-se em instrumentos de modificação do mundo, desempenhando um papel ativo na produção da realidade, assim, em ação as aparelhagens supõe

duas condições imperiosas para nós, uma vez que,

Em primeiro lugar, a racionalidade nela contida, porquanto ao operar com êxito confirma coincidir com as exigências da razão objetiva inerente aos seres e fenômenos; em seguida, o papel do homem, a ela indissoluvelmente associado, como criador que transfere para ela as determinações racionais aprendidas do mundo e concebidas em pensamento no ato de imaginá-las, sendo ainda o dirigente que aplicará, dando-lhe um destino e recolhendo os resultados da ação mecanizada (VIEIRA PINTO, 2005, p. 136).

Portanto, a máquina está em dependência com a técnica, visto que a partir dela o homem apodera-se subjetivamente das conexões lógicas existentes entre os corpos e os fatos da realidade - do mundo objetivo -, as transferindo para suas invenções e construções, adjetivadas como máquinas, à custa das quais vai alterar a natureza com uma capacidade qualitativa e quantitativamente superior, reverberando em inovações as 'cobranças' da sociedade que está circunscrito (VIEIRA PINTO, 2005). Em outras palavras, os maquinários são uma criação pela qual o homem potencializará suas ações técnicas, entretanto, ambas são resultante da antropogênese e da infindável necessidade humana de produzir sua realidade. Assim,

A tecnologia de cada fase histórica permite a ampliação da capacidade humana de domínio da natureza, com as correlatas elaborações teóricas, apenas até certo ponto. Fica assim traçada a área de expansão do conhecimento e de produção de utensílios, máquinas e objetos possibilitados pela técnica do período em apreço, sempre em evolução (VIEIRA PINTO, 2005, p.68)

Nessa direção, só podemos pensar a tecnologia ligada ao desenvolvimento do

conhecimento e das condutas produtivas anteriores, isto é, da técnica. É por esta via que as máquinas são criadas, tendo como intuito potencializar a produção da existência humana e da superação do paradoxo natural. Mas um maquinário contemporâneo precisa ter na gênese uma máquina anterior, ou seja, sua invenção só foi possível a partir do melhor entendimento e domínio humano dos fenômenos do mundo, que acarretaram conseqüentemente, formas superiores de produzir métodos e artefatos, portanto, tecnologia. Em outras palavras, estudos avançados sobre a técnica coetânea permitirão a criação de novas aparelhagens, que possibilitarão novas visões de mundo, assim, proporcionando técnicas mais avançadas, que findarão na produção de novos métodos e artefatos '*ad infinitum*'.

Á vista disso, tanto os computadores, como os tomógrafos ou os perfuradores de petróleo citados no início dessa sessão, podem ser entendidas como tecnologia, pois, além de ilustrarem a evolução das técnicas anteriores, corporificam as técnicas pensadas pelas necessidades sociais da atualidade, viabilizando maneiras superiores de produzir a existência e de compreender o mundo, aduzindo novas técnicas.

Considerações Finais

Ao propormos como objetivo para este trabalho a discussão em torno da tecnologia enquanto epistemologia da técnica, partimos da premissa que o conhecimento teórico do objeto liberta o ser humano de servi-lo (VIEIRA PINTO, 2005). Emana liberdade porque ao conhecermos o conceito real de técnica, bem como seus alicerces e fundamentos, nos reconhecemos como parte da criação humana, pois, passamos a entendê-la como um ato produtivo existencial, imanente a todo e qualquer homem que fez/fará parte do infinito transcurso da antropogênese.

Liberta, porque nos oferece melhor compreensão sobre os maquinários que circundam nossos dias, deixando a visão

pessimista de lado, percebendo que nada mais são se não expressões das nossas necessidades, isto é, ferramentas pelas quais produziremos melhores condições de vida e de compreensão do mundo. Eis, um motivo pelo qual a educação não deve simplesmente bloquear a entrada das técnicas corporificadas pelas máquinas, visto que uma está intrínseca na outra e ambas emergem com o trabalho.

A acumulação deste trabalho cria o mundo dos artefatos, a necessidade da conservação das técnicas que se devem transmitir a todos os membros de uma comunidade em idades fisiológicas diferentes e de uma geração a outra. Esta transmissão é a educação em seu significado original social. Em segundo lugar, a posse desta educação é uma exigência vital, isto é, a participação de cada um no trabalho coletivo é condição de sobrevivência pessoal. (VIEIRA PINTO, 1987, p. 50)

Liberta, porque compreender o significado das ferramentas enquanto atos produtivos e passá-los adiante, garante a continuidade do processo, bem como o progresso de novas formas de produção de métodos e artefatos, ou seja, de tecnologia. Libertada, porque potencializa a sobrevivência social e pessoal. Liberta, porque percebemos a tecnologia vinculada a nós, ou seja, destinada única e exclusivamente a nos

servir. Liberta, porque só é inerente à atividade humana, destina a produzir modos e artefatos mais qualificados a partir de conhecimentos anteriores.

Por fim, liberta, porque “Não sois máquina! Homens é que sois!” (CHARLES CHAPLIN).

Referências

ADORNO, Theodor, W. **Educação após Auschwitz**. In: ADORNO, Theodor, W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CHAPLIN, Charles. **O grande ditador**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-IV4t5onobY>. Acesso em: 15 de jul. 2014.

VARGAS, Milton. **Prefácio**. In: GRISPUN, Mírian, P.S, Zipping (org). *Educação Tecnológica: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1999.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e Realidade Nacional: A Consciência Ingênua**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1987.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia, v.1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ATUAÇÃO DOCENTE NA SALA DE AULA COM A LÍNGUA PORTUGUESA: ENSINO DA GRAMÁTICA

Denise Sodré Dorjó¹

Resumo

Este artigo traz uma discussão sobre a prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa e o enfoque dado ao ensino da gramática em sala de aula. Surgiu da observação realizada em sala de aula, aulas de Língua Portuguesa nos últimos anos do Ensino Fundamental e em turmas do Ensino Médio, onde muitos docentes ainda fazem uso somente do livro didático escolhido pela escola, seguem-no do primeiro ao último capítulo. Até mesmo as atividades propostas para os alunos são as que no livro estão dispostas, sem uma análise prévia que possa classificá-las, como significativas ou reprodutivas. A maioria dos professores têm medo de ousar, de criar seu próprio material didático, de utilizar os textos produzidos no discurso do dia a dia, tornando-os objetos de análise para poder apresentar a língua em situações sociais de uso, uma língua viva, com as interferências de variáveis comuns na estrutura do texto que nem sempre a gramática normativa consegue explicar.

Palavras-chave: prática pedagógica, Língua Portuguesa, gramática normativa

Abstract

This article brings a discussion about the pedagogical practice of the Portuguese language teacher and the focus given to the teaching of grammar in the classroom. Arose from the observation made in the classroom, Portuguese language lessons in recent years of elementary school and middle school classes, where many teachers still make use only of the textbook chosen by school, follow from the first to the last chapter. Even the proposed activities for students are the ones in the book are willing, without a prior analysis that can classify them as significant or reproducible. Most teachers are afraid to dare, to create your own didactic material, using the texts produced in day-to-day speech, making them objects of analysis in order to present the language in social situations of use, a living language, with the interference of common variables in the structure of the text which is not always the normative grammar can explain.

Keywords: pedagogical practice, Portuguese Language, normative grammar

1. Graduada em Letras - Português/Inglês pela Faculdade de Filosof. Ciências Letras de BH (1997). Especialista, na área da Educação, em Processo Ensino-aprendizagem. União das Faculdades Clarentianas de S.P (1999). Mestrado em Linguística Portuguesa. Universidad Autónoma de Asunción (2009).

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir o ensino da gramática nas aulas de Língua Portuguesa na educação básica. Surgiu da inquietação do pesquisador ao observar vários docentes em ação de ensinar nas aulas de Língua Portuguesa nos últimos anos do Ensino Fundamental e Médio em escolas estaduais. Em pleno século XXI, percebe-se que grande parte dos professores, ainda, planejam suas aulas utilizando somente o livro didático, adotado pela escola, como base do trabalho pedagógico, em sua maioria, com a visão clássica do ensino da gramática normativa, ou seja, ler conceitos e decorar. Querem ensinar aos alunos a falar e produzir textos utilizando a norma culta, com frases soltas e descontextualizadas, apresentadas com estruturas pré-concebidas de enunciados para esse trabalho, também. Os textos apresentados, muitas vezes, são um pretexto para apresentar a classificação mais pormenorizada com a terminologia tradicional, classificando estrutural e formalmente os termos. Não se percebe um trabalho de análise sobre os textos apresentados nos livros didáticos, são utilizados sem nenhuma reflexão, como se houvesse apenas uma forma de produzir um texto utilizando somente as estruturas que são apresentadas pela gramática normativa.

Lembra-se que a gramática normativa foi concebida para apresentar padrão linguístico uniforme, com regras rigorosas que distinguem a modalidade com maior formalidade da língua, a norma culta. Assim, essa gramática evidencia padrões linguísticos modulares, como a escolha apropriada do léxico, o uso correto da pontuação, da concordância, da regência, de colocação pronominal e, ainda, capacidade de organização das ideias.

Travaglia (2001, p.30) descreve a gramática normativa como

aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseia-se, em geral,

mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita.

Essa concepção de gramática reconhece apenas uma forma para realização da língua, dita o correto e o incorreto em relação ao uso da língua. Nas palavras de Possenti (2005, p.64) “a Gramática Normativa: é aquela que prescreve as regras, as normas gramaticais de uma língua.”

Na verdade, o ensino tradicional de regras para orientar e regular a língua, conforme prescreve a gramática normativa, com métodos apenas teóricos, por meio do ensino de nomenclaturas e classificações gramaticais nem sempre consegue responder aos questionamentos que surgem em situações reais de uso da língua.

Acrescenta-se que o que foge ao tradicional, pela gramática normativa, ao sistema convencionado de regras e princípios independentes do uso linguístico, é considerado pelos gramáticos tradicionais como recursos de estilo.

Não resta dúvida que qualquer estudioso da língua compreende a fragilidade em afirmar que a língua apresenta apenas uma alternativa possível para qualquer frase básica e qualquer outra estrutura seja um recurso estilístico. Fundamenta-se nas palavras de Bakhtin (1981, p.123) quando afirma que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social de intenção verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua [...]

A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros

tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção.

Desse modo, mediante as palavras de Bakhtin, o uso real da língua acontece em situações de discurso, podendo ser ele oral e escrito. Portanto, o trabalho com a gramática deve basear-se em textos. Assim, a sala de aula deve ser um espaço em que textos sejam manipulados por nossos alunos em diversas situações. Podem esses alunos montar e desmontar tais textos, como se fossem quebra-cabeças, que se encaixam conforme as partes foram divididas, conforme a necessidade da situação comunicativa.

Não será demais afirmar que o aluno não precisa aprender a Língua Portuguesa, pois ele já a conhece e é por meio dela que vem interagindo com as pessoas no seu convívio social. Então, o papel do professor é, em sua prática, pedagógica apresentar a teoria gramatical de modo que leve o aluno a compreender que não é decorando teorias e nomenclaturas que vai adquirir competência de falar, ler e escrever de acordo às necessidades de cada situação comunicativa real. Outros conhecimentos devem ser construídos para que o aluno possa ser eficaz comunicativamente. Assim, junto ao conhecimento gramatical deve trabalhar com a língua de modo a mostrar ao estudante que há várias formas de utilizá-la, que podemos manipulá-la, que recursos temos à disposição para estruturar um enunciado. Nesse sentido, o docente pode fazer da sala de aula um laboratório, onde atuam vários cientistas da língua, sedentos por descobertas, e o professor oportuniza o contato, a manipulação e a pesquisa com usos das diversas manifestações da linguagem. E, como resultado final, terá um sujeito competente para gerar sentidos para o que lê e ouve e para produzir textos, orais e escritos, com significados.

O fato é que a curiosidade desperta o saber, e quanto mais o aluno for pesquisador da língua, quanto mais observar, analisar e refletir,

descobrirá as várias possibilidades de uso das palavras, o poder que tem uma pontuação para estabelecer sentido, a variedade de funções que uma palavra pode assumir e outras situações concretas mais interessantes de uso da língua.

No dia a dia da sala de aula, o trabalho do professor determina, e muito, que tipo de aprendizagem será construído. Se o objetivo do ensino é que os alunos atribuam significados à sua aprendizagem, o professor deve tornar a sala de aula um espaço aberto para pesquisa, para interação ativa do aluno com a realidade, com o convívio com a língua nas várias realizações de textos que circulam em sociedade.

Na prática pedagógica, não se pode fazer das aulas um momento de dar nomes às palavras, ou seja, classificá-las simplesmente quanto à morfologia, como substantivos, adjetivos, verbos, etc., e quanto à sintaxe, como sujeito, predicado, adjuntos, complementos, etc. Precisa-se ir além, buscar significação, pesquisar, analisar e descobrir por que as palavras estão ali, qual é o seu papel naquele exato lugar do texto.

O Professor e as Aulas de Língua Portuguesa

Algumas explicações fechadas, sem reflexão e análise, podem deixar o professor sem respostas, quando algum aluno curioso busca responder suas inquietações sobre as explicações do professor à frente da turma. Como por exemplo, uma explicação sobre oração sem sujeito. A bem ver, se o próprio professor classifica o sujeito como termo essencial da oração, contradiz-se quando afirma ser sem sujeito a oração “choveu ontem torrencialmente em todo o sul do Brasil”. É óbvio que com essas explicações tão comuns observadas na sala de aula, qualquer aluno possa detestar as aulas de Língua Portuguesa, já que o próprio professor deixa o aluno confuso. Ao se entender o significado da palavra “essencial” como indispensável, com certeza, surgirá a pergunta: qual a justificativa para se poder

construir uma oração sem sujeito?

O fato é que o professor poderia explicar de forma que o sujeito é um termo essencial e que em nossa língua não há orações que não tenham sujeito. O que ocorre é que em algumas construções o sujeito é muito evidente, mesmo que não esteja expresso, todos sabem quem é, “quem chove é a chuva”, por isso não virá explícito, já que os falantes da língua portuguesa sabem quem é que chove “a chuva”, não fará falta para a compreensão do enunciado. Assim, uma explicação simples como: na construção do enunciado houve uma omissão do sujeito para que a frase fique mais elegante, ou seja, a não explicitação do sujeito dá-se, não devido ao fato de ele não existir, mas ao fato de ele ser demasiadamente óbvio e redundante, “A chuva choveu ontem torrencialmente em todo o sul do Brasil”.

Destarte, essa explicação também pode ser questionada quando se estrutura o enunciado da seguinte forma: “Faz muito calor em São Paulo.” É claro que será difícil convencer o aluno atento que é uma oração sem sujeito e que o sujeito é óbvio. O que justifica as palavras de Perini, quando afirma que trabalhar com a língua é o mesmo que manejar um material potencialmente explosivo, deve-se ter cautela, muito cuidado com a explicação.

Segundo Perini (2000, p. 95), outras situações trazem conflito para explicações fechadas como apresenta a gramática normativa. Destaque dado pelo autor à estrutura: “um velho palhaço”. É difícil apontar a função da palavra “velho”, já que o enunciado dissociado de contexto pode ter dois sentidos: quando assume o sentido encontrado no dicionário: um homem velho; idoso; ou seja, palhaço que é velho, idoso ou no sentido de um velho brincalhão e engraçado. Nesse enunciado, percebe-se a enorme dificuldade para classificar palavras, termos, de acordo com a gramática normativa, se velho e palhaço são adjetivos ou substantivos.

Ora, com certeza, não se conseguiria uma resposta taxativa, já que em muitos casos poderia

o enunciado aceitar duas interpretações. Esse é um exemplo simples de uma prática docente que apresenta o estudo da sintaxe e da semântica como um fim em si mesmas.

Isso pode ser ratificado com o seguinte enunciado: _ Vi o cavalo do seu marido na praça domingo. Diante desse enunciado, quem não conhece bem a situação terá dúvidas em afirmar se a mulher está falando sobre o animal mamífero, da ordem dos perissodátilos que pertence ao marido da amiga, ou se está falando do próprio marido, chamando-o de animal, estúpido, grosseiro.

E então? Será que trabalhar a gramática em si, como ditadora de regras e normas, como se a língua fosse algo estático, que existe uma estrutura pré-determinada, pronta e acabada, que todos os enunciados são estruturados da mesma forma, não deixaria o professor em “maus lençóis” diante de uma turma mais atenta?

O certo é que fatos como esses fazem com que se perceba a necessidade de se refletir sobre qual é o nosso objetivo com o ensino da gramática na sala de aula, qual a concepção de prática pedagógica, qual o conhecimento que o professor tem da língua, se ele é um pesquisador e se há o planejamento de uma prática pedagógica articulando a sintaxe e a semântica com a escrita e a interpretação de sentidos produzidos.

A bem ver diante do conflito sobre como ensinar a gramática, muitos professores se sentem tentados a deixá-la de lado, mas sabe-se que se o aluno tem a necessidade de conhecer as diversas manifestações da língua, ele precisa entrar em contato com a norma padrão e saber usá-la quando a situação comunicativa exigir. Desse modo, as atividades propostas devem ser de análise sobre como a língua é estruturada em determinado enunciado, quais os fatores que influenciaram tal estrutura e escolhas. Surge, então, a compreensão de que língua é utilizada nas dimensões fonética, morfosintática, semântica e estilística para construir sentido. Isso levará o aluno a compreender que a gramática normativa não responde a todos os nossos questionamentos em relação ao uso da linguagem em textos reais

que circulam na sociedade, que estudar a língua vai muito além de conhecer as regras impostas pela gramática normativa.

Nesse cenário, crê-se que o professor de línguas deve pensar em uma prática pedagógica em que a língua seja objeto de reflexão, tendo como base a concepção de língua como lugar de interação, em que o indivíduo, além exteriorizar o pensamento, realiza ações e interage com o interlocutor. Nessa concepção, para Koch(2001,p.17)

a compreensão deixa de ser entendida como a simples "captação" de uma representação mental, ou como a mera decodificação da mensagem resultante da codificação feita por um dado emissor. Ela é, isto sim, uma atividade interativa exigente e complexa de produção de sentidos, que se realiza com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e no seu modo de estruturação, requerendo um vasto conjunto de saberes, inclusive sobre a sua (re) construção, no interior do evento comunicativo.

Adotando essa concepção, os conhecimentos gramaticais devem ser apresentados de forma mais reflexiva, com atividades contextualizadas, que proporcione ao aluno conhecer as variedades da língua por meio de leitura e produção de textos, construindo seu próprio conhecimento linguístico.

Considerando o quanto o contato com a norma-padrão é importante, não podemos excluir das aulas o ensino das normas gramaticais, mas o quê da questão está em como praticar esse ensino.

Nesse cenário, o professor deixa de ensinar as formas gramaticais como um fim em si mesmas, visto que essa prática de ensino apenas produz reconhecimento sem o conhecimento. Corroborando com essa ideia, Batista (2001, p.108) quando afirma que o aluno

aprende a reconhecer a existência

da linguagem legítima, mas, tendo acesso apenas aos saberes transmitidos pela gramática normativa, submetidos apenas a uma ação corretiva, e não tendo sido familiarizado, em sua socialização primária, com as formas legítimas de relação e de uso da língua, assim como da leitura e da escrita, não aprende efetivamente a dominar o uso da língua que a escola lhe acena. E o resultado de tudo isso é, como já apontou Possenti (1989), o aumento do silêncio dos sujeitos que vivem esse ensino, já que submetidos - professor e alunos - ao peso dessa outra língua, o Português que se ensina.

Com certeza, a aula de Português em que o professor pratica o ensino tradicional, com base na gramática normativa, em que um conjunto de regras, define o que se deve ou não dizer ou escrever, em que a língua é entendida como um sistema autônomo de códigos sem nenhuma relação com as situações comunicativas concretas não possibilita ao aluno desenvolver saberes para usar a língua conforme a situação social vivenciada.

Cabe ao professor de Língua Portuguesa criar situações para a análise do uso da linguagem que não é estática, é uma prática social e como tal está sempre em mutação, já que é construída por pessoas no momento do discurso por meio de textos orais e escritos, e mesmo que seja preciso seguir padrões é uma prática dinâmica que é influenciada por vários fatores, como: cultural, idade, grau de escolaridade e outros.

Segundo Mussalim e Bentes (2004, p. 241),

A linguagem e a língua são objetos complexos, que admitem muitos olhares diferentes, sem que um necessariamente elimine o outro. Ao buscar e promover essa pluralidade de olhares, estaremos, principalmente, contribuindo para uma compreensão melhor desses objetos.

Salienta-se que é o professor responsável por oportunizar o contato, a manipulação e a

pesquisa com usos das diversas manifestações da linguagem. Nesse sentido, o signo verbal interessa quando a ele é atribuído sentido, significado que varia em função dos diferentes sentidos que um mesmo enunciado assume nas formações discursivas diversas, quando se materializa nas práticas comunicativas sociais.

Para preencher o vácuo em relação ao ensino da gramática, o professor deve pensar em metodologias que levem o aluno a dialogar com os conteúdos, fazendo-o refletir e encontrar as próprias respostas. Ou seja, por que usar? Como usar? O que se pode usar? Quando não se pode usar? O que interfere na relação de sentido e o que atribui sentido? E outros questionamentos mais.

A prática pedagógica do professor de língua portuguesa exige conhecimentos teóricos específicos, além da compreensão da complexidade do processo de ensino-aprendizagem de objetos tão complexos como a língua e linguagem, bem como o entendimento de que é necessário olhá-la com atenção, atitude investigativa e reflexiva. Ainda, ter em mente a necessidade de construção de uma prática planejada, de modo a contextualizar os conteúdos linguísticos para possibilitar a própria compreensão da linguagem como prática social.

O professor e o conhecimento gramatical: aulas mais significativas

A língua é viva e, no seu uso diário, as pessoas a estruturam de acordo com a necessidade do uso na situação de comunicação. Por isso, é importante que o professor conheça bem as regras gramaticais, as nomenclaturas e, até mesmo, as particularidades, ou seja, o uso em formas diversas que, na maioria das vezes, não se encontra explicações nas gramáticas normativas. Eis, então, a necessidade de o professor ser um pesquisador da língua para que não tenha dificuldade e possa auxiliar o aluno a

compreender que as regras não são absolutas, mas que elas servem para sistematizar a língua.

Sustenta-se a ideia de que existe um lugar para o ensino da gramática na Educação Básica, o que deve mudar é a maneira de trabalhar, são as metodologias que o professor utiliza. Para Perini (2000, p.31)

Se acrescentarmos que a linguagem, em todos os seus aspectos, permeia a vida social a todo momento, sendo um fenômeno altamente importante na vida das pessoas, veremos com clareza que a gramática oferece um campo privilegiado para o exercício da pesquisa. O estudo da gramática pode ser um instrumento para exercitar o raciocínio e a observação; pode dar a oportunidade de formular e testar hipóteses; e pode levar à descoberta de fatias dessa admirável e complexa estrutura que é uma língua natural.

Isso exige um grande conhecimento gramatical, conhecimento sobre o objeto de ensino e, ainda, conhecimento sobre o processo de organização de sua prática. Tem-se, assim, bem claro, a noção de que o professor de Língua Portuguesa deve contar com uma fundamentação teórica consistente e bem sedimentada, a começar pelos seus conceitos, já que o docente deve estar preparado para as possíveis dúvidas. Precisa saber explicar para os alunos o porquê de tal função morfológica, qual o papel daquele termo ali, o que justifica tal vírgula, etc. Nessa perspectiva, é fundamental que o docente domine a linguagem oral e escrita, seja curioso, busque compreender a língua como um espaço de acontecimentos relacionados aos participantes e à situação de uso e que pense na língua sempre em situações reais de produção do discurso.

A prática pedagógica em relação ao ensino da gramática precisa ser redimensionada. Vygotsky (2000, p. 104) afirma que

A experiência prática mostra também que o ensino direto de conceitos é impossível e

infrutífero. Um professor que tenta fazer isso geralmente não obtém resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras [pelos alunos], semelhantes às de um papagaio, que simula um conhecimento de conceitos correspondentes, mas que na realidade oculta um vácuo.

O planejamento das atividades de análise gramatical deve estar atrelado a textos como unidades de sentido, as formas reais de uso da língua: a leitura e a escrita.

Como bem se observa, as explicações sobre os sinais de pontuação, quase sempre enfatizam apenas a marca de pausas e que o ponto de exclamação e o ponto de interrogação servem para marcar a melodia de uma frase e que esses sinais de pontuação estão ligados à organização sintática dos termos na frase. Isso é verdade, mas, ainda, mais importante é apresentá-los como relacionados diretamente à significação, ao sentido.

Quando, pois, a professor apresentou o texto “Maria, a menina chegou” para explicar que a vírgula era utilizada para separar vocativo. Ora, perdeu a oportunidade de utilizando a mesma sequência de palavras, apresentar a importância da vírgula para estabelecer sentido. Como a seguir.

- Maria, a menina chegou!
- Maria, a menina, chegou!

As frases são constituídas pelas mesmas palavras, escritas na mesma ordem, mas têm significados diferentes. E o que causou essa alteração semântica (significado)? Foi o emprego da vírgula, não foi? No primeiro enunciado “Maria, a menina chegou!”, estamos chamando Maria e informando que a menina chegou. Maria e menina são duas pessoas distintas. Na segunda construção, quando se utiliza duas vírgulas estamos informando que Maria chegou e que ela é uma menina. Nesse segundo enunciado, “Maria ” e “menina” são a mesma pessoa.

Desse modo, o professor possibilita ao aluno perceber quanto a utilização da pontuação é importante para dar significação a um enunciado, a um texto.

Pois bem, o professor, deve sempre refletir sobre sua prática, pois ao ministrar suas aulas prescrevendo regras da gramática normativa, sem oportunizar a análise da língua em uso, corre o risco de podar o conhecimento de seu aluno, de silenciá-lo, já que nas aulas é submetido apenas a ações corretivas subordinadas à gramática normativa. Ora, a escola deve apresentar a língua e suas várias construções, por isso é importante analisar nessas construções o que interfere no sentido que se quer dar ao enunciado, dessa forma possibilitar ao aluno dominar o uso da linguagem.

No cotidiano das aulas, pode-se observar que o trabalho do professor determina, e muito, que tipo de aprendizagem será construído. Se o objetivo do ensino é que os alunos atribuam significados à sua aprendizagem, o professor deve tornar a sala de aula um espaço aberto para pesquisa, de interação ativa do aluno com aluno, aluno com a realidade. As atividades devem aparecer como desafios, devem provocar conflito cognoscitivo e promover a atividade mental do aluno necessária para a relação entre os novos conhecimentos linguísticos e conteúdos já apreendidos.

O professor deve estar sempre refletindo, analisando que tipo de atividade deve trabalhar, já que nossas escolhas didáticas devem ser justificadas, revista e repensadas sempre que necessário. E quando escolhemos uma atividade em detrimento de outra, é fundamental pensar no processo de aprendizagem, em oportunizar ao aluno um papel ativo em sua realização.

Esta preocupação do docente em assumir posturas mais investigativas, nos processos educacionais, é recente. Por isso, ainda temos que nos convencer e convencer aos nossos colegas de profissão o quanto é importante e necessário ser um pesquisador da nossa própria prática.

Processo dinâmico de ensino-aprendizagem nas aulas de Língua Portuguesa

O que se disse até aqui é que a prática deve acontecer com o objetivo de que os alunos trabalhem os conteúdos, mas de forma que possibilite o desenvolvimento de habilidades, atitudes, conscientização crítica e competências relacionadas a aspectos da realidade em que estão inseridos. Nesse sentido, os conteúdos não serão eliminados, mas esses conteúdos serão meios para desenvolver a conscientização e ação nos alunos.

Precisa-se entender que o conhecimento, os conteúdos estão ligados a estâncias maiores, a do conhecimento como complexo, híbrido, integrado e que a educação e a forma como desenvolvemos o currículo são responsáveis por atender essa complexidade, articulando saberes globais com saberes específicos.

Assim, é na articulação do pedagógico com a totalidade do social que se realiza a dimensão política da educação, conforme explica Rodrigues (1985, p. 47)

(...) a escola vai cumprir a sua missão política não quando se elabora no seu interior um discurso sobre a política, mas quando através de sua prática educativa, puder preparar o cidadão para a vida da *polis*, para a vida política, isto é, para a compreensão da totalidade social onde ele está inserido.

Portanto, as reflexões sobre a prática docente, e planejamento da própria prática permite despertá-lo para pensar uma prática, não perfeita, mas que contribua para a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual do aluno, uma prática que não tenha uma ideia simplista, articuladora de saberes.

Diante desse cenário, é necessário se perguntar: Como trabalhar conteúdos gramaticais sem levar o aluno ao tédio?

Ora, todo conteúdo é significativo quando é apresentado ao aluno por meio de situações reais de uso, com práticas que envolvam os alunos, que os levem a levantar hipóteses e confirmá-las ou refutá-la. Esses são momentos reais de aprendizagem, em que as aulas, as atividades, se tornam desafios, fazem pensar, levam a entender o porquê de aprender tal conteúdo, para que será útil à vida.

O professor precisa entender que isso só é possível, se planejar aulas em que o aluno seja o cientista da língua, que busque, em situações reais de comunicação, o porquê de ser usado esse ou aquele termo. A essa luz, compreende-se que a curiosidade é a mola propulsora da busca do conhecimento. Assim estratégias bem elaboradas conseguem despertar e motivar os alunos a participarem das aulas de Língua Portuguesa.

Na realidade, quando se para observar a prática pedagógica, é possível visualizar uma inconsistência na maioria das atividades elaboradas nas aulas. Talvez esse seja o motivo de aulas que não tenham como resultado uma aprendizagem significativa. Essa constatação desperta a seguinte pergunta: por que, passando 12 (doze) anos na Educação Básica, tendo cinco aulas semanais de língua portuguesa, ao final, o aluno não adquire habilidade linguística suficiente para produzir bons textos orais e escritos, ler e compreender o que está escrito com as palavras explícitas e com o que está implícito?

Por outro lado, questiona-se a prática do professor e seu planejamento: Quais são os objetivos do professor ao planejar as aulas de Língua Portuguesa? Como são elaboradas as atividades dessas aulas? O que pode ser melhorado? O que é mais difícil: ensinar gramática, fazer o aluno ler ou fazê-lo escrever?

Diante de tantos questionamentos, uma coisa é certa: tudo para ser aprendido precisa ter sentido, logo o professor precisa buscar meios para tornar claro o sentido para os conteúdos a serem ensinados. O despertar do aluno é de responsabilidade do professor, é ele que planeja atividades produtivas e desafiadoras.

Para isso, não deve ficar preso ao livro didático, em atividades mecânicas, tais, como: retire do texto as conjunções. Essas atividades, em que as respostas são retiradas explicitamente dos textos, não mobilizam habilidades de análise e compreensão, e tão pouco levam à compreensão da relação estabelecida entre os termos, em determinada situação.

O planejamento do professor é de inteira responsabilidade dele, portanto está em suas mãos trabalhar o tradicional e deixar seu aluno queixar que aprender a Língua Portuguesa é muito difícil, ou quase impossível, ou criar situações que o leve a pensar que a língua ali está, e que não há nada para complicar, o quão é fascinante refletir sobre as infinitas possibilidades de uso, como é fantástica a mutação da língua para atender as demandas sociais.

Quando tal fato se verifica, compreende-se que o ensino de línguas deve ser estruturado a partir da concepção de que a comunicação é um instrumento indispensável na conjuntura sociopolítica e econômica atual para a formação profissional, acadêmica e pessoal das pessoas. Parte daí a importância de uma prática pedagógica que considere a necessidade de o aprendiz assumir o papel ativo na aquisição da linguagem e na tomada de decisão na sua aprendizagem.

Cabe ao professor, organizar suas aulas, com a concepção de linguagem como prática social, assumir uma visão ampla dos conteúdos que deve incluir no curso, ir além das habilidades tradicionais, como ouvir, falar, ler e compreender, e dos aspectos linguísticos e lexicais. Nesse contexto, deve ter como objetivo o desenvolvimento de habilidades para o uso da língua em situações reais de comunicação. Esse processo integra quatro componentes de competência comunicativa: competência linguística (conhecimento léxico-sistêmico e fonético-fonológico), competência textual (conhecimento sobre textualidade, continuidade temática, gêneros textuais, tipos de texto, etc.), competência sociolinguística (adequação

da linguagem às situações de interação) e competência estratégica que é uso consciente de estratégias para lidar com situações e contextos pouco conhecidos.

Nesse cenário, o professor deixa de ensinar as formas gramaticais como um fim em si mesmas, para apresentá-las ao aluno de forma que esse compreenda que elas são meios pelos quais é possível expressar propósitos comunicativos de acordo com o contexto das interações sociais.

Assim, ensinam-se as estruturas verbais para que o aluno possa usá-las para expressar suas intenções comunicativas. Nessa abordagem, a competência comunicativa é mais importante do que formas gramaticais destituídas de sentido e propósito comunicativo, já que repetir regras gramaticais não é indício de competência linguística desenvolvida, agora, saber usar as regras gramaticais, sim.

As práticas de ensino devem dar uma ênfase sociocognitiva e humanística à aprendizagem que valoriza a integração de forma e funções sociais da linguagem e, ainda, as necessidades e interesses do aluno e seu envolvimento cognitivo. Nesse processo de aprender, o aluno é sujeito e interlocutor nas atividades de aprendizagem, e, assim, pode refletir sobre os usos reais da língua nas práticas comunicativas do cotidiano.

Como se vê, o professor deve proporcionar ao aluno situações para aprender a encontrar as marcas explícitas que estão nos recursos de referência (lexicais e gramaticais), os conectivos para indicar a articulação de argumentos, os modalizadores, a escolha de palavras, etc. Esclarecido, assim, que a escrita deve ser abordada nas aulas de línguas como processo que toma a linguagem como sociointeracional, que considera a dimensão comunicativa do uso da linguagem nas interações sociais do dia a dia.

Nessa concepção, as práticas de ensino focam no uso real da língua, possibilitando ao aluno desenvolver as habilidades de produzir textos orais e escritos, ouvir e compreender os

textos orais e escritos do outro.

É nessa perspectiva que o professor deve planejar as suas aulas de Língua Portuguesa, aulas que provoquem reflexões, que levem o aluno a construir significado, em que ele interaja e interfira na produção de sentido do discurso socialmente construído.

Nesse novo cenário, para uma prática eficiente e eficaz, o docente necessita das seguintes habilidades/competências: possuir competência linguístico-comunicativa desenvolvida em língua portuguesa; planejar sua prática de modo a contextualizar os conteúdos para possibilitar a compreensão da linguagem como prática social; mediar o processo de aprendizagem de seus alunos com perguntas instigadoras, abrindo um canal de dúvidas e inquietações entre os alunos; conseguir passar de um exemplo para outros com facilidade, quando explica algo.

Corroborando com nossas ideias, Almeida Filho (2001, p.19) quando afirma que

Os professores de línguas precisam, entre outras coisas, produzir o seu ensino e buscar explicar por que procedem das maneiras como o fazem. Para dar conta desse duplo desafio, o movimento comunicativo tem sugerido alçarmos a posição mais alta, o nível de abstração das crenças e pressupostos guias. Isso equivale a elevar a abstração do nível do método (conjunto de conceitos nucleados sobre aspectos cruciais do aprender e ensinar uma nova língua). Note-se que o alçamento dessa abstração se dá para um patamar ainda mais acima de metodologia tomada como conjunto de idéias que justificam o ensinar de uma certa maneira, isto é, um método. A abordagem é mais ampla e abstrata do que a metodologia por se endereçar não só ao método mas às outras três dimensões de materialidade do ensino, a saber, a do planejamento após a determinação dos objetivos, a dos materiais (que se escolhem ou se produzem) e a do controle do

processo mediante avaliações.

Na perspectiva do autor, a concepção do professor sobre o que significa ensinar, o que ensinar, como ensinar, que material usar para ensinar, são frutos de experiências particulares e, também, da troca de experiências com outros professores, de estudos sobre teorias educacionais, de reflexões em materiais didáticos de outros autores.

Diante da afirmação do autor, podemos observar que não basta ao professor ver-se como possuidor de competências e habilidades para a prática, é necessário um estudo contínuo, pois o educador é um sujeito que toma sobre si a sua prática a partir dos seus conhecimentos e do saber fazer, já que por mais que se busque explicar como a língua se organiza e quais as razões, a danada, traiçoeira, sempre surpreende. É essa surpresa, essas novas descobertas que possibilitam assimilação e a transformação da informação em novos conhecimentos utilizáveis no ambiente social em que se vive.

Ainda no que se refere a aulas significativas, é necessário a compreensão de que nem sempre se encontra materiais prontos, textos e atividades que valorizem a língua como elemento de cultura e, ainda, que as situações apresentadas de uso da língua sejam reais, para que o aluno compreenda que a língua portuguesa faz parte do nosso cotidiano, e o ensino da norma considerada padrão não tem como objetivo mostrar que a língua que se fala normalmente é errada mas, sim, que é uma modalidade de uso em situações de interação verbal que exige mais formalidade.

Considerações finais

A observação atenta da prática de professores de língua portuguesa evidencia que a maioria desses tem medo de ousar, de criar seu próprio material didático, de utilizar os textos produzidos no discurso do dia a dia, tornando-os objetos de análise para poder apresentar a língua

em situações sociais de uso, com as interferências de variáveis comuns na estrutura do discurso.

Se por um lado, afirmam ter uma prática inovadora, por outro se observa que ainda fazem uso do livro didático adotado pela escola, seguem-no do primeiro ao último capítulo, fazem uso das atividades que ali estão dispostas, mesmo que sejam mecânicas, que para resolvê-las o aluno não necessite acionar conhecimentos e nem mobilizar habilidades linguísticas.

O certo é que a maioria das aulas observadas, o professor não abre espaço para a reflexão, talvez por não ter desenvolvido ainda a habilidade de pesquisar o seu objeto de trabalho, a língua portuguesa. Também, se percebe que muitos, seja por falta de tempo ou outro motivo qualquer, não acompanham as mudanças, poucos leem.

Ora, dar sentido para as aulas de língua portuguesa é criar um espaço de simulação de situações reais, em que o aluno conviva com os diversos gêneros textuais, descubra a sua eficácia e as situações em que se apresentam. E sem dúvida, entender que é necessário sustentar esse texto por uma gramática, a qual deve ser compreendida como um mecanismo aberto, versátil, que está a nosso dispor, para servir-nos individualmente conforme nossas necessidades. A análise das várias possibilidades de uso da língua permite perceber que a intenção de produção é responsável pela escolha das palavras, da estrutura, e até mesmo, pelo grau de formalidade do texto.

Assim, como estamos refletindo sobre a prática pedagógica, é necessário lembrar que o mundo muda, essas mudanças ocorrem rapidamente e, nós, também, precisamos pensar na prática numa perspectiva globalizante, ou seja, transformar os conteúdos das disciplinas em instrumentos para a compreensão da realidade e possíveis intervenções no contexto vivencial.

Uma boa aula não deve apresentar a resposta de imediato, deve deixar o aluno percorrer o caminho do entendimento em busca da resposta. Pode-se afirmar que é muito importante o trabalho

do professor na organização das aulas de Língua Portuguesa. Para finalizar, destacamos como é importante que o professor de Língua Portuguesa tenha conhecimentos científicos que auxiliem na transposição dos conteúdos para situações concretas do cotidiano, já que o processo de ensino/aprendizagem deve acontecer por meio de propostas interativas de linguagem, centradas no desenvolvimento e domínio das várias formas de utilização da língua em diversas esferas sociais.

Referências

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **O ensino de línguas no Brasil de 1979. E agora?** Revista Brasileira de Linguística Aplicada. v.1, n.1. , 2001.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: HICITEC, 1981.

BATISTA, Antônio Augusto G. **Aula de português - discurso e saberes escolares.**São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MUSSULIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto.** 5.ed. São Paulo:Cortez, 2006

PERINI, Mario A. Gramática descritiva do português. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de leitura do Brasil, 2005.

RODRIGUES, N. Por uma escola nova: do transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1985.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** ed.7. São Paulo: Cortez, 2001
VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CLIENTE: ESTUDO DE CASO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PALMAS - TO

Thiago de Castro Formiga Júnior¹

Gisélia Rodrigues Pereira de Oliveira²

RESUMO

Este artigo teve como objetivo principal a análise do atendimento ao cliente que é oferecido pelo Cartório de Registro de Imóveis de Palmas/TO. Ele apresenta uma definição e breve história da qualidade voltada para prestação de serviços no atendimento ao cliente. Foi feita uma pesquisa de campo junto aos clientes através de um questionário com perguntas fechadas para levantar alguns dados. Essas informações obtidas serviram para a análise da satisfação dos clientes com relação ao atendimento. Através desse estudo foi possível conhecer o nível de satisfação dos clientes e identificar possíveis falhas que poderão ser avaliadas pela administração do Cartório a fim de qualificar-se nessa área. Concluiu-se que para alcançar a excelência no atendimento, a empresa deve estar disposta a adaptar ou até mesmo alterar alguns procedimentos a fim de atender as necessidades dos clientes, sempre com segurança em cada ato praticado.

Palavras-chave: atendimento, qualidade, satisfação.

ABSTRACT

This article was done with its focus on marketing and was aimed at analyzing the customer service that is offered by the Registry of Property of Palmas / TO. It presents a brief history of quality, oriented to the service delivery in customer service. We conducted a research with customers through a questionnaire with closed questions to get some data that were required for the analysis of customer satisfaction with respect to service. Through this study it was possible to know the level of customer satisfaction and identify possible faults that may be assessed by the administration of the Registry in order to attain qualification in this area. So to achieve excellence in customer service the company should be willing to adapt or even change some procedures to meet customer needs, always with safety in every act performed.

Keywords: service, quality, satisfaction.

1. Possui graduação em Administração com Habilitação em Marketing pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo (2006). Especialista em Marketing pela Faculdade Católica do Tocantins - E-mail: thiago.formiga@gmail.com

2. Bacharel em Administração pela Faculdade ITOP em Palmas - Tocantins - E-mail: giselia.rpo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Investir em atendimento é o grande diferencial de uma empresa. Ao contrário do que muitos pensam, nem sempre o ganho é a principal motivação de uma equipe. A oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional também entusiasma as pessoas. Os ganhos motivam, obviamente, mas são consequência. Os funcionários capacitados ganham mais e sentem-se mais satisfeitos. O resultado é que os clientes serão bem atendidos e fidelizados.

Com a grande concorrência entre as empresas, a possibilidade de perder clientes devido a erros no atendimento é impensável. Atender bem já não é simplesmente um diferencial competitivo, mas uma prática essencial para uma empresa não ser excluída do mercado por falta de clientela. Pesquisa divulgada em junho de 2012 pela revista Perfil Empresarial mostra que cliente insatisfeito com o atendimento contará para até vinte pessoas sobre sua má experiência. Custa pelo menos cinco vezes mais conseguir um cliente novo do que fidelizar um cliente antigo. Outra consequência danosa é a propaganda boca-a-boca desfavorável à empresa. Além de perder o cliente, a imagem fica negativa e em algumas situações até manchada no mercado. Se já é caro manter a publicidade normal, mais dispendioso ainda é mudar conceitos negativos do cliente em relação à empresa.

Um dos erros mais comuns do mau atendimento é o funcionário não conhecer bem os serviços que a empresa oferece, tanto em relação ao serviço que o cliente está buscando naquele momento, quanto a informações pertinentes às ações que dão continuidade ao atendimento das necessidades dos usuários. Portanto, é preciso ter profissionais especializados, colaboradores bem preparados e mais técnicos no atendimento.

Para que a empresa seja um modelo de excelência nessa área, há alguns requisitos. Entre eles, oferecer um ambiente agradável e com um *layout* que facilite o acesso. Os colaboradores devem ser capazes de indicar o serviço mais

adequado e que use o menor tempo possível para atender a necessidade específica de cada um. É importante criar novas possibilidades, inovar e transmitir confiança e credibilidade para atrair os clientes e principalmente fidelizá-los.

A gestão organizacional baseia-se no conjunto de estudos teóricos administrativos desenvolvidos para as áreas de planejamento, organização, implementação, avaliação e controle da combinação de circunstâncias num dado momento, buscando a eficiência dos processos, a eficácia das ações, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços e das atividades afins. Por fim, mas não por último, a qualidade de vida no ambiente empresarial.

Assim, a gestão da qualidade investe no bom funcionamento do ambiente organizacional, no aperfeiçoamento dos recursos técnico-operacionais, na expansão dos resultados, na profissionalização e qualificação da mão de obra e na real rentabilidade econômica do negócio. Um atendimento de qualidade, além de alcançar a satisfação do cliente, habilita a empresa a julgar, decidir e agir, ou provocar ação no tempo correto, corrigindo, qualificando e auditando o desempenho empresarial.

Portanto, a busca para maior eficácia na gestão administrativa envolve o constante aperfeiçoamento das práticas de trabalho, condições indispensáveis para prestar um serviço de qualidade aos usuários.

Apesar da atividade exercida pelo Cartório de Registro de imóveis ser de extrema importância, é desconhecida aos olhos da sociedade de uma forma geral. A qualidade no atendimento ao cliente é uma ferramenta importante para fidelização dos clientes, principalmente para empresas que atuam na área de prestação de serviços. A maneira que as informações são fornecidas de modo “técnico” precisa ser mais bem trabalhada, pois muitas vezes os clientes não ficam satisfeitos e até mesmo não conseguem entender se determinada informação corresponde ao que ele realmente

está buscando.

Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas/TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.575.812/0001-14, situada no Edifício Amazônia Center, 501 Sul, Lote 06, Conjunto 01, Avenida Teotônio Segurado, CEP 77.016-02, Telefone (63) 3236-4700.

A análise da gestão de qualidade no atendimento ao cliente consiste em um processo de trabalho, dinâmico e permanente. Busca efetuar diagnósticos situacionais das causas e estudar soluções integradas para os problemas administrativos para aperfeiçoar o clima e a estrutura organizacionais e os processos e os métodos de trabalho. O resultado que se espera é qualidade, agilidade e segurança nos serviços prestados aos usuários e satisfação tanto do cliente interno quanto do externo. Atender com qualidade significa acrescentar benefícios e superar as expectativas do cliente.

Diante da realidade atual, os cartórios extrajudiciais têm buscado adequar sua estrutura organizacional e seus processos internos no sentido de buscar melhores resultados, tendo em vista a legalidade e o cumprimento da lei de registros públicos dentre outras que regem a prestação de serviços de uma serventia. Os modelos de gestão organizacional aplicados em uma empresa privada podem perfeitamente ser adaptados e aplicados com sucesso na Serventia de Registro de Imóveis de Palmas/TO. A gestão organizacional pode estruturar os seus processos para uma realidade mais dinâmica, gerando satisfação e confiabilidade que são sinônimos de eficiência e eficácia nos serviços.

É preciso definir e implantar instrumentos mais eficazes de gerenciamento e controle que possam colaborar para a melhoria e desempenhos das atividades voltadas para a desburocratização dos procedimentos cartorários, podendo alcançar a satisfação do cliente interno e externo. A constante busca pela qualidade no atendimento é um diferencial para a fidelização e satisfação do cliente.

De acordo com esse espírito que foi aceito o desafio de transformar nossas experiências e estudos científicos em informações capazes de auxiliar gestores, consultores e outros interessados nos caminhos da transformação organizacional por meio da gestão.

Segundo Idalberto Chiavenato (1999, p. 327) "A análise organizacional mostra a capacidade interna, ou seja, o que a organização é capaz de fazer. A estratégia organizacional é a visão compartilhada que define qual é o futuro desejado".

A análise organizacional voltada para a qualidade no atendimento tem por finalidade buscar a localização das condições atuais e futuras, os recursos disponíveis e necessários, habilidades, identificando as capacidades e competências dentro da estrutura organizacional. A formulação da estratégia organizacional e o controle da qualidade têm por objetivo implantar ações adequadas para atingir determinados objetivos organizacionais sendo um deles a importância de oferecer um atendimento com qualidade aos clientes, esse processo trata-se de um complexo processo decisório podendo ser em longo prazo e envolvendo toda a organização.

Uma das etapas fundamentais para o sucesso de uma empresa é saber estruturar recursos físicos, financeiros e tecnológicos, pois são necessários para atingir os objetivos traçados no planejamento. De acordo com Idalberto Chiavenato (1999, p. 360) "Organizar significa agrupar, estruturar e integrar os recursos organizacionais, definir a estrutura de órgãos que deverão administrá-los, estabelecer a divisão do trabalho através da diferenciação, definir os níveis de autoridade e de responsabilidade. Uma coisa depende da outra: as organizações precisam ser organizadas para funcionar melhor e para organizar, deve-se ter uma organização que deva ser estruturada e moldada".

Podemos comparar a estrutura de uma empresa como uma espinha dorsal de tal maneira que suas atividades são divididas, organizadas e

coordenadas, pois é responsável pela sustentação e articulação de todos os departamentos da empresa, inclusive a constante avaliação do nível de satisfação dos clientes.

O que motivou a pesquisar a avaliação da qualidade no atendimento aos clientes foi expectativa de poder mensurar esses dados e após a devida análise, apresentar informações que permitam ao Cartório de Registro de Imóveis alcançarem a excelência no atendimento e conseguir garantir os anseios dos clientes. O Cartório de Registro de Imóveis, ao longo de sua história, talvez por ser o único que presta o serviço de registro na cidade de Palmas/TO, teve disseminada junto à comunidade uma imagem de empresa que deixa a desejar no atendimento que presta aos clientes. Diante disso, outro objetivo é para que com a análise dos dados apurados na pesquisa, possa conseguir juntamente com a sociedade provocar a mudança desta visão. Portanto, o interesse em conhecer qual o nível de satisfação dos clientes que utilizam os serviços oferecidos pelo Cartório de Registro de Imóveis é o que justifica este estudo. Um dos principais atributos que distinguem “empresas inovadoras e excelentes” é ficarem próxima dos clientes, buscando sempre oferecer um serviço de qualidade, credibilidade e confiança. Segundo Peters e Waterman no best-seller *In search of excellence* (2001, p. 48) “Essas empresas aprendem com as pessoas que atendem. Elas oferecem qualidade, atendimento e confiabilidade incomparáveis. Todos participam. Muitas empresas inovadoras obtiveram as melhores ideias de produtos junto aos clientes. Isso ocorre quando se ouve com atenção e regularidade”.

As empresas de prestação de serviços devem estar atentas ao que os clientes estão exigindo, pois a construção de uma relação sólida baseada em confiança fideliza o cliente.

História

O início da construção de Palmas, capital do Estado do Tocantins, se deu no dia 20 de maio de 1989. Entretanto a criação da mais nova capital planejada do Brasil só foi possível com a

transferência da sede do município de Taquaruçu do Porto, seu prefeito, Felelon Barbosa Sales e os nove vereadores para Palmas em 1º de janeiro de 1990, que assumiram o Governo Municipal.

Dentro deste contexto histórico foi implantado a serventia de registro de imóveis de Palmas, que, inicialmente funcionou em Taquaralto em uma pequena casa.

Muitas eram as dificuldades encontradas, pois não havia água encanada. Para suprir as necessidades desse precioso bem natural, era necessário carregá-la através de longas distâncias servindo-se de latas para o referido transporte.

Outras dificuldades como a energia elétrica deficiente, a poeira excessiva na época da seca e também com a lama em abundância na época das chuvas eram muito sentidas. Com o ritmo acelerado de crescimento da capital, foi construída a prefeitura municipal.

Ainda sem espaço físico próprio para desenvolver suas atividades, que se fazia de suma importância para a implantação da nova capital e para facilitar a vida das pessoas que necessitavam dos serviços extrajudiciais, as instalações da serventia de imóveis foram transportadas de Taquaralto para uma pequena sala localizada na prefeitura, fato corriqueiro até hoje em vários municípios do Estado do Tocantins.

A partir daí, começou a construção de um espaço onde seria a sede provisória da serventia de imóveis e o abrigo para funcionários que não tinham condições ou oportunidades de já morar e trabalhar na capital. O referido espaço foi construído na quadra 504 Sul, onde funcionou por diversos anos. Em seguida passou a funcionar em novo endereço na quadra 108 Sul, e atualmente funciona na quadra 501 Sul, em um prédio com modernas instalações, tudo com o objetivo de prestar um serviço de qualidade aos usuários.

O serviço prestado pela Serventia de Registro de Imóveis é de extrema relevância, pois garante o direito de propriedade, previne litígios, oferece publicidade, autenticidade e eficácia aos atos jurídicos e assim garante a segurança das

relações jurídicas entre os indivíduos.

Qualidade História e Evolução

nos séculos XVIII e XIX, a concepção do que vinha a ser qualidade bem como seus controles diferia muito da qualidade tal como a conhecemos hoje. Quase tudo era fabricado por artesãos e artífices habilitados ou por trabalhadores experientes e aprendizes sob a supervisão dos mestres de ofício. Com a expansão do comércio e o aumento da tecnologia, conceitos e ferramentas adicionais foram criadas a fim de assistir o gerenciamento para a qualidade: verificações por amostragem, garantias de qualidade nos contratos de venda.

De acordo com Tribus, (1997, p. 61) a Qualidade Total pode ser definida da seguinte maneira “Qualidade é o que faz possível para o seu consumidor ter um caso de amor com seu produto ou serviço. Dizer pequenas mentiras, baixar os preços, acrescentar novas características pode criar um apaixonado temporário. Amor é sempre inconstante. Assim é necessário manter-se sempre perto de quem se quer lealdade. Deve-se estar sempre alerta, sempre procurando o que satisfaça seus consumidores. O namoro nunca está acabado, melhoria contínua é necessária para manter consumidores leais”.

Após a segunda Guerra Mundial, os japoneses partiram em direção à busca de metas nacionais por meio do comércio e não dos meios militares. No período de 1946-1950, houve uma tentativa de redirecionar a indústria de guerra japonesa para a exportação de produtos manufaturados, pois os produtos japoneses eram caracterizados pelos preços baixos e pela má qualidade.

Segundo Garvin (2003), as décadas de 40 e 50 foram períodos de reconstrução e de consolidação para o controle de qualidade japonesa, novas técnicas foram importadas dos Estados Unidos, estudadas cuidadosamente e então aplicadas em uma ampla série de cenários.

A partir destas iniciativas, de acordo com Juran (1991), os japoneses articularam algumas estratégias inéditas para criar uma revolução na qualidade. Várias destas estratégias foram decisivas, entre as quais:

- Os gerentes de nível alto lideraram pessoalmente a revolução;
- Todos os níveis e funções foram submetidos a treinamento no gerenciamento para a qualidade;
- O aperfeiçoamento da qualidade foi empreendido a um ritmo contínuo e revolucionário;
- A força de trabalho participou do aperfeiçoamento da qualidade pelo conceito Círculo de Controle de Qualidade.

Desde 1945, os japoneses têm feito enormes investimentos no gerenciamento da qualidade. Saíram de posições retardatárias para a liderança e têm feito isto segundo uma sistemática e de ordenada progressão.

Esta passagem rápida pela história mostra que a responsabilidade da administração e a importância estratégica da qualidade se impuseram rapidamente no Japão, levando a uma dinâmica de qualidade mais rápida do que aconteceu nos países do ocidente.

Qualidade: Conceitos e Definições

de acordo com Garvin (1995), os sinônimos de qualidade vão desde luxo e mérito até excelência e valor. No entanto deve ser ressaltado que a noção de qualidade depende fundamentalmente da percepção de cada um, ou seja, o que tem qualidade para uns pode não atender às necessidades de outros. Assim o primeiro conceito a ser entendido é que a noção de qualidade depende da percepção de cada indivíduo.

As definições da palavra qualidade incluem certas palavras-chave que requerem elas próprias definições, segundo Geraldo R. Caravantes,

(1997, p. 59) “**Produto:** é a saída de qualquer processo. Produto consiste principalmente de bens, software e serviços. **Característica do produto:** uma característica de produto é uma propriedade possuída por um produto coma a intenção de atender a certas necessidades dos clientes e, dessa maneira, prover satisfação ao mesmo. **Cliente:** é qualquer um que recebe ou é afetado pelo produto ou processo. Os clientes podem ser internos, são afetados pelo produto e também são membros da empresa que o produz. **Satisfação com o produto e satisfação do cliente:** atinge-se a satisfação com o produto quando as características do mesmo respondem às necessidades do cliente. **Deficiência:** deficiência de um produto é a falta de um item ou aspecto que resulta na insatisfação com o produto”.

A qualidade consiste em dois fatores: a técnica e a humana. A técnica visa satisfazer as exigências e expectativas concretas como, por exemplo: tempo, qualidade, finanças, taxa de defeitos, função, durabilidade, segurança, garantia. Já a humana visa satisfazer expectativas e desejos emocionais como lealdade, comprometimento, consistência, comportamento, credibilidade, atitudes, atenção.

Para Bee (2001), qualidade é mais do que um modelo de gestão: é uma filosofia e terá um impacto maior que qualquer outro movimento na economia global deste século.

Do início dos anos 50 até o final dos anos 70, os peritos em qualidade passaram a se preocupar principalmente com a qualidade dos produtos físicos, e os clientes foram momentaneamente esquecidos. A qualidade ainda estava sob a influência do paradigma clássico, onde a ênfase era a produção, e a preocupação era com o controle nos postos-chave do processo da empresa.

De acordo com Geraldo R. Caravantes, Cláudia Caravantes e Wesley Bjur, (1997, p. 72) “A qualidade se traduz em vantagem competitiva: maior aceitação dos produtos e serviços e, conseqüentemente, maior presença no mercado. Qualidade assegura a velocidade e a

flexibilidade que os consumidores esperam”.

Crosby (1990) acredita que todo produto produzido segundo as especificações do seu modelo e das suas exigências tem qualidade. Assim para que se consiga qualidade a fim de satisfazer clientes, toda organização deve ter em mente que qualidade total não é nenhum equipamento, não pode ser comprada, mas deve ser desenvolvida por todos que trabalham dentro da organização.

A qualidade total é uma maneira de gerenciar iniciativas existentes e planejadas com mais eficiência, não existindo assim uma maneira certa de proceder. Cada organização deve determinar com qual estratégia e tática deve prosseguir, pois ela não deve ser tratada como um programa com um fim determinado, mas como um processo.

Finalmente, cabe destacar que a Qualidade Total está sendo tratada sob vários títulos: *Total Quality Management (TQM)*, *Total Quality Control (TQC)*, *Company Wide Quality Control (CWQC)*, *Total Quality Improvement (TQI)*. Especificamente os cartórios extrajudiciais possuem O Prêmio de Qualidade Total Anoreg (PQTA), onde a Associação dos Notários e Registradores do Brasil ANOREG/BR é responsável pelo trâmite de que visa premiar as serventias de todo o país que atendam aos requisitos de excelência e qualidade no atendimento ao cliente e na gestão organizacional. Todas essas variantes têm um objetivo em comum: clientes satisfeitos.

Atendimento ao Cliente

A qualidade do atendimento oferecido a “clientes internos” é tão vital quanto à proporcionada a clientes externos. Empresas bem-sucedidas agem como se cada colega fosse um estimado e importante cliente. Para os autores Frances e Roland (2001, p. 07 e 08), a excelência em atendimento ao cliente depende de quatro princípios fundamentais que são:

1. A empresa está totalmente comprometida em proporcionar

um excelente atendimento e o cliente é o principal centro de atenção em toda a empresa;

2. Todos os funcionários estão cientes e comprometidos com a visão de excelência no atendimento ao cliente;

3. Todos os funcionários são treinados para proporcionar o mais elevado nível de atendimento ao cliente; e

Sistemas e procedimentos são desenhados para dar impulso ao atendimento ao cliente.

Estes princípios são os mecanismos pelos quais as empresas assumem compromissos públicos para a qualidade do atendimento que querem oferecer. Esse é um importante passo vital no caminho da excelência no atendimento ao cliente.

Um dos primeiros adeptos do atendimento ao cliente foi John Spedan Lewis, fundador da loja de departamento e da cadeia de supermercados John Lewis Partnership e que escreveu em 1917 “Se confiarmos apenas nos nossos preços, alcançaremos considerável sucesso. Se aos nossos preços acrescentarmos o constante e cuidadoso cultivo de todas as outras práticas para construir e conservar uma boa reputação, seremos muito mais formidáveis aos olhos dos nossos concorrentes e conseguiremos um resultado muito melhor”.

Lewis (2001) ressaltou a necessidade de diferenciar-se dos concorrentes e Edson Williams, a importância de colocar os clientes no centro de tudo o que se faz. Um bom atendimento ao cliente é essencial somente à sobrevivência. A excelência é que irá diferenciá-los dos concorrentes. Porém, o atendimento não se resume a um conjunto de tarefas ou a uma lista do que se pode ou não fazer: é um modo de ser.

A revolução representada pela qualidade começou no setor de produção em que nasceu o conceito de “defeitos zero”, a aspiração de se ter sempre produtos perfeitos. A ideia foi estendida aos clientes com “deserções zero”, isto

é, não perder um único cliente. A importância de manter e conquistar novos clientes seria surpreendente se a maioria das empresas não concordasse com o princípio de que o atendimento ao cliente é imprescindível. O que distingue os empreendimentos bem-sucedidos é o modo pelo qual eles transformam esse princípio em realidade.

Os autores Frances e Roland Bee (2001, p. 15) citam cinco motivos que definem a importância do atendimento ao cliente:

- Clientes satisfeitos provocam menos estresse. São poucos os que, tendo que lidar com um cliente insatisfeito, não conhecem as pressões que tais situações causam.
- Clientes satisfeitos tomam menos o nosso tempo. Lidar com queixas e problemas pode consumir muito tempo e eles sempre surgem quando você mais ocupado.
- Clientes satisfeitos falam de sua satisfação a outras pessoas, o que amplia sua boa reputação.
- Clientes satisfeitos trazem satisfação ao trabalho e podem ajudar a motivar você e sua equipe.
- Clientes são seres humanos – é natural querer proporcionar um atendimento atencioso, prestativo e eficiente.
- Finalmente, existe a velha mas ainda oportuna máxima: sua empresa são os clientes. Não Há opção: eles são importantes.

Há alguns passos que podem ajudar a melhorar o atendimento oferecido aos clientes. Essa tarefa não é fácil, mas não é impossível. Os 5S definem a qualidade, e os “cinco cês” definem a eficiência no atendimento ao cliente: claro, conciso, cortês, completo e correto. De acordo com Frances e Roland Bee, bem utilizados podem ajudar a alcançar o sucesso no atendimento aos clientes.

Os procedimentos existem para ajudar os funcionários no sentido de desenvolverem ações que assegurem o melhor atendimento possível aos clientes, eles devem sempre ser direcionados e impulsionados pelas necessidades do cliente.

Cliente

Chiavenato (1999, p. 82) “Clientes são os elementos que compram ou adquirem os produtos ou serviços, ou seja, absorvem as saídas e resultados da organização”. Podem ser chamados de usuários, consumidores, contribuintes ou, ainda, patrocinadores. O componente consumidor é o segmento do ambiente de tarefa que é composto dos fatores relacionados com aqueles que compram bens e serviços oferecidos pela organização. Servir os clientes, sobretudo encantá-los, tornou-se hoje a mais importante tarefa da organização seja ela pública ou privada.

Segundo Karl Albrecht (1998, p. 143) “Um elemento crucial do conceito de administração de serviços mostra a estratégia de serviço, o pessoal de linha de frente voltado para o cliente, e os sistemas de atendimento do cliente como unidades que trabalham juntas para proporcionar serviço de qualidade elevada ao cliente”.

A definição de cliente abrange desde o consumidor final dos produtos e serviços de uma empresa até aqueles que na própria empresa são os clientes internos dos serviços e produtos que a empresa oferece.

Cliente Interno

O cliente interno não é só um colega de trabalho, um estagiário ou um apoio a quem você pode recorrer. Ele é um forte aliado no desempenho das atividades do dia a dia necessárias para o alcance dos objetivos individuais e organizacionais. Procure perceber em que o trabalho do seu cliente interno influencia o seu, como criar uma sinergia entre os processos ou ainda como um pode ajudar o outro em suas funções, pois a comunicação sem ruídos é primordial para uma convivência saudável no ambiente organizacional.

A interação existente entre o pessoal da organização prestadora de serviços pode

ser fundamental para a qualidade do serviço percebida pelo cliente externo. Para os autores Filipe; Francisco (1997, p. 148) “A administração pode influenciar esta percepção criando uma imagem apropriada, baseada na realidade das ações tomadas para atender às necessidades do cliente. Esta imagem, apresentada pelo pessoal em todos os níveis, tem um efeito fundamental no relacionamento da organização com o cliente”.

Os colaboradores que têm contato direto com os clientes são uma fonte importante de informação, visando o processo de melhoria contínua do sistema da qualidade. Portanto a administração deve regularmente consultá-los e desenvolver metodologias para promover o contato com os clientes.

Metodologia

Para o alcance dos resultados propostos através deste trabalho, foi realizada uma pesquisa com os clientes no período de 15 a 26 de outubro de 2012 através da aplicação de um questionário estruturado com perguntas direcionadas e fechadas, utilizando métodos estatísticos que traduz as opiniões coletadas em números e posteriormente em informações que possam ser classificadas e analisadas. A partir da observação dos procedimentos, da relevância de cada ato e da forma que é feito o atendimento dos clientes que utilizam os serviços oferecidos pelo Cartório de Registro de Imóveis de Palmas-TO, os resultados foram comparados e analisados se realmente correspondem à realidade vivenciada a cada dia. Foram realizadas também pesquisas bibliográficas em livros, revistas e internet para o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento do estudo e à devida conclusão do que foi proposto.

Godoy (1995, p. 48) descreve a pesquisa como “esforço cuidadoso para a descoberta de novas informações ou relações para a verificação e ampliação do conhecimento existente (...)”.

Levantamento bibliográfico pode ser considerado como uma pesquisa baseada em livros, revistas artigos, jornais, de diversos

autores a fim de conhecer a história e evolução do assunto proposto.

O trabalho teve como base a quantidade de clientes/mês, ou seja, média extraída nos meses de junho, julho e agosto/2012 sendo de 200 (duzentos) clientes/mês. Determinado o grau de heterogeneidade do grupo e a quantidade exata, ficou estipulado que o número de entrevistados será de 16,6% dessa amostra, representado por 100 (cem) entrevistas. Sendo assim, um entrevistado representará seis clientes segmentados por sexo, faixa etária e renda familiar.

Nesta pesquisa o instrumento utilizado foi uma entrevista estruturada do tipo direta, com questões fechadas (direcionadas) de múltiplas escolhas. Não serão utilizados cartões e questões abertas (espontâneas).

Para a elaboração deste trabalho, buscou-se identificar os fatores determinantes que interferem diretamente na qualidade do atendimento que é oferecido aos clientes que utilizam dos serviços prestados pelo Cartório de Registro de Imóveis, para isso foi feita uma pesquisa de mercado e o instrumento utilizado foi o questionário estruturado do tipo direto, com 9 (nove) perguntas fechadas de múltiplas escolhas. Os clientes a serem pesquisados foram abordados no próprio cartório, no período de 15 de outubro de 2012 a 26 de outubro de 2012.

Após a referida pesquisa bibliográfica e a aplicação do questionário, os dados foram tabulados e interpretados, tendo em vista a identificação de possíveis falhas no atendimento que está sendo oferecido pelo Cartório de Registro de Imóveis de Palmas/TO.

Na parte final do trabalho foram cruzados os dados das entrevistas com os demais dados existentes. Para isso, um modelo computacional está sendo desenvolvido no programa Microsoft Office Excel e Access, gerando dados cruzados de alta capacidade de informação.

Análise E Interpretação Dos Dados

Mediante as análises apresentadas, foi possível mensurar a qualidade no atendimento bem como o nível de satisfação de seus clientes. A maioria dos clientes entrevistados vai ao cartório diariamente. Esse grupo é formado por *offices boys* e corretores que precisam solicitar certidões. Diante dessa realidade, a agilidade no atendimento se faz necessária, pois normalmente eles vão a outros órgãos e conseqüentemente enfrentam outras filas.

Trinta e oito por cento dos que vão ao cartório esporadicamente são pessoas que adquirem ou regularizam seu imóvel. Entre estes, 48% estão na faixa etária de 25 a 34 anos. Ainda nesse grupo, observamos que 45% possui renda familiar de três a seis salários mínimos. Nesse grupo, o atendimento requer um pouco mais de objetividade nas explicações e esclarecimentos nos atos que serão praticadas. São exigidos privacidade e atendimento diferenciado, ou seja, de acordo com o perfil de cada cliente.

De acordo com os dados apresentados, verificou-se que a maioria dos clientes está satisfeita com o atendimento. Ainda na opinião dos entrevistados, o fator que mais causa a insatisfação é a falta de informação com relação ao andamento dos processos, pois muitas vezes os funcionários não fornecem as informações necessárias e de forma simples a sanar as dúvidas dos clientes.

A pesquisa mostrou que 78% dos entrevistados indicam que um dos fatores que poderia melhorar no atendimento e conseqüentemente deixá-lo mais satisfeitos é o prazo da entrega dos documentos. Apesar de o prazo estar de acordo com a lei de registros públicos, os clientes acreditam que em plena era da informática, esse tempo poderia ser perfeitamente reduzido, uma vez que, é disponibilizado o acompanhamento do andamento dos processos via internet em um *site* próprio. Fica confirmada que a utilização dinâmica dessa ferramenta solucionaria a demora na devolução dos registros, nas averbações e na emissão das certidões.

Observa-se que o desentendimento no

ambiente da organização incomoda alguns clientes. Esse fator é prejudicial à qualidade dos serviços, pois mostra a fragilidade dos colaboradores. Nessa análise, fica clara a indefinição das atribuições de cada colaborador, causando atrito durante a realização das tarefas diárias.

Diante dos resultados da pesquisa, de um modo geral, os clientes estão satisfeitos com o atendimento que é oferecido pelo Cartório de Registro de Imóveis, bem como com suas instalações físicas. Eles indicam também que existem alguns pontos que podem ser melhorados a fim de superar as expectativas deles.

É importante a avaliação dos pontos fracos identificados a fim de transformá-los em pontos positivos. A qualidade no atendimento é algo que precisa ser irradiado para todo o grupo a fim de ser algo natural no cotidiano de cada colaborador.

Considerações Finais

Diante dos resultados alcançados podemos identificar a necessidade de algumas melhorias que podem contribuir para alcançar a satisfação do cliente. A avaliação prévia dos documentos a serem protocolados, dessa forma o usuário não corre o risco de procurar atendimento em departamento errado, o treinamento dos funcionários, principalmente os que trabalham direto com o atendimento ao público, uma vez que a falta de informação com relação aos serviços prestados foi um fator que causou insatisfação. A partir desse treinamento, os colaboradores terão conhecimento e segurança para avaliar e encaminhar os clientes para o departamento que realmente irá atender suas necessidades.

A elaboração deste artigo científico foi importante, sendo que através dos dados levantados bem como a pesquisa bibliográfica foram primordiais para o meu crescimento profissional e pessoal. Portanto fazer a diferença no mercado de trabalho só depende das nossas

atitudes perante a sociedade, sempre acreditando, respeitando as diferenças e valorizando suas qualidades, aprendendo a superar cada obstáculo com dignidade, honestidade seja em qualquer situação da nossa vida. O caminho para manter o cliente satisfeito com o atendimento é a capacidade de surpreendê-lo, superando seus anseios e expectativas, é fazer certo da primeira vez, e se não for possível, oferecer algo mais na segunda oportunidade. Para isso a empresa deverá conhecer cada cliente oferecendo o que ele deseja.

Referências

ALBRECHT. Karl. **Revolução nos Serviços**. Doe Jones - Irvin 1998.

ARAÚJO. Paulo Henrique de; e Renata Redi. **Qualidade ao Alcance de Todos**. São Paulo: Editora Gente, 1997.

CARAVANTES, Geraldo R.; CARAVANTES, Claudia; TRIBUS, Wesley Bjur. **Administração e Qualidade: a superação dos desafios**. São Paulo: Makron, 1997.

CARPINETRI. Luiz Cesar Ribeiro. **Gestão de qualidade: conceitos e técnicas**. São Paulo: Atlas 2010.

CASAS, Alexandre Luzzi Las. **Qualidade Total em Serviços: conceitos, exercícios, casos práticos**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Marketing de Serviços**. 4. ed.. São Paulo: Atlas 2007.

CURY, Antônio. **Organização e Métodos: Uma Abordagem Prática**, São Paulo, Atlas, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: 2. ed. Campos, 1999. - 15ª reimpressão.

CROSBY, Philip B. **Quality is free**, Nova York, McGraw-Hill, 1990.

DEMING. Edwards. **Qualidade: a revolução da**

- administração**. Rio de Janeiro: Markes Saraiva Nobel 1990.
- FRANCES & ROLAND BEE, Spedan Lewis. **Fidelizar o Cliente**. Coleção você S/A. São Paulo: Nobel, 2001.
- GALE, Bradley T. **Gerenciando o Valor do Cliente**. São Paulo: Pioneira 1996.
- GARVIN, David A. **Aprendizagem em Ação: Um guia para transformar sua empresa**. São Paulo: Atlas 1995.
- _____. **Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas 1995.
- GODOY, Arlindo Schinidt. **A Pesquisa Qualitativa - Tipos Fundamentais**: Revista de Administração de Empresas, V. 35, n 4, 1995.
- GOLBDARG, Marco Cesar. **Times - Ferramenta Eficaz para a Qualidade Total**. São Paulo. Makron Books 1995.
- HOPSON, Barrie e Mike Scally. **Atendimento ao Cliente: 12 Degraus para o Sucesso**. São Paulo: Nobel 1995.
- JURAN, JM. **Controle de qualidade**. São Paulo: Editora Makron 1991.
- PETERS, Tom. e WATERMAN, Robert H. Jr. **Best-seller In search of excellence**.
- REIS, Luís Filipe Sousa Dias; OLIVEIRA, José; OLIVEIRA, José Francisco. **Qualidade Total: como estabelecer as bases e encantar os clientes com os serviços prestados**. São Paulo: editora Érica Ltda. 1997.
- ROCHA, Luiz Oswaldo Leal. **Organização e Métodos: Uma abordagem Prática**. São Paulo: Atlas, 1995.
- SHIOZAWA, Ruy S. C.. **Qualidade no atendimento e Tecnologia de Informação**. São Paulo: Editora Atlas 1993.
- TANURE, Betânia. **Estratégia e Gestão Empresarial: construindo empresas brasileiras**. São Paulo: Campus, 2004.
- PERFIL EMPRESARIAL. Tocantins: Perfil Empresarial, ano I, Jun. 2012.
- PERFIL EMPRESARIAL. Tocantins: Perfil Empresarial, ano I, Jul. 2012.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES

THE IMPORTANCE OF PERSONNEL MANAGEMENT IN ORGANIZATIONS

Lidiane Vieira¹

Nerci Maria Rezende Carvalho²

Resumo

Ao falar-se de [Gestão de Pessoas](#) nos deparamos com um conceito amplo que trata de como os indivíduos se estruturam para orientar e gerenciar o comportamento humano no ambiente organizacional, esse pode ser o diferencial de empresas que sabem selecionar pessoas certas para o trabalho a ser realizado, ou seja, pessoas com as competências necessárias, com a consciência do valor da sua colaboração para a empresa alcançar seu objetivo e serem comprometidas com seu trabalho. Este artigo visa citar a importância da Gestão de Pessoas para as Organizações, pois a gestão de pessoas ou ainda administração de recursos humanos é uma associação de habilidades e métodos, políticas, técnicas e práticas definidas com o objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano e tem por finalidade selecionar, gerir e nortear os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa.

Palavras - chave: gestão de pessoas, a importância da gestão de pessoas, organizações.

Abstract

When speaking of Personnel Management came across a broad concept that deals with how individuals are structured to guide and manage human behavior in the organizational environment and can be the difference in companies, who know to select the right people for the work to be performed ie with the necessary skills, awareness of the value of their collaboration for the company to achieve its objective and committed to their work. This article aims to cite the importance of People Management for Organizations, for people management or human resource management is a combination of skills and methods, policies, techniques and practices established in order to

1. Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR, Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos.

2. Pedagoga-UEPA, Especialista em Docência do Ensino Superior-UFT, Gestão Educacional- UFT e Coordenação Pedagógica-UFT; Professora Orientadora - ITOP. E-mail: nercimaria@yahoo.com.br

manage the internal behaviors and leverage capital human and aims to select, manage and guide the employees towards the objectives and goals of the company.

Keywords: people management, the importance of people management, organizations.

Introdução

Atualmente as organizações que pretendem manter-se competitivas no mercado, precisam conquistar, manter e multiplicar seus clientes. Sabemos que na prática, isso não é uma tarefa muito fácil. Sendo assim, hoje muitas empresas enfrentam essa questão investindo nos potenciais humanos. De acordo com MARRAS, 2008, quando esse investimento é voltado para as pessoas, as empresas passam a contar com equipes mais criativas, com profissionais motivados e comprometidos.

Apesar das empresas estarem conscientes de que as pessoas fazem a diferença para o negócio, ainda é possível perceber que a grande questão que precisa ser focada é a necessidade da Gestão de Pessoas e todos os seus processos.

Para Chiavenato (2000, p. 21), a empresa que dá ênfase ao fator humano como o diferencial competitivo de seu negócio apenas como um belo discurso para consumo interno ou externo, procurando assim destacar-se entre seus concorrentes e não implanta de fato essa política perde muito. Já a empresa que realmente tem em sua declaração de valores, como valor seu fator humano e o valoriza será de fato uma empresa completa e preparada.

A empresa que implanta uma política de gestão de pessoas diferenciada busca através de suas políticas e práticas de gestão, conciliar suas necessidades e expectativas organizacionais, com as necessidades e as expectativas das pessoas que nela trabalham, visando permitir à ambas a realização de seu potencial de crescimento e consequentemente a empresa que não adota, de certa forma está enfraquecida e carente desse diferencial.

Desenvolvimento

No mundo atual muito se fala em diferencial competitivo, neste processo existem vários fatores que influenciam a tecnologia,

os orçamentos milionários as metodologias de desenvolvimento de novos projetos, novos métodos de gerenciamento, tudo isso são alguns dos fatores essenciais para o diferencial competitivo e o crescimento de qualquer organização, mas só farão diferença aqueles que investirem no desenvolvimento de pessoas, com equipes de alto desempenho, formando líderes capazes de criar ambientes ideais que façam com que as pessoas deem o melhor de si e expressem o que há de melhor como potencial. Quando uma organização passa por dificuldade não se troca o nome da empresa ou as suas instalações, trocam as pessoas, procuram um novo gerente, ou seja, uma nova liderança (RABAGLIO, 2008).

Gestão de Pessoas é um conceito amplo que trata de como os indivíduos se estruturam para orientar e gerenciar o comportamento humano no ambiente organizacional, e pode ser o diferencial de empresas, que sabem selecionar pessoas certas para o trabalho a ser realizado, ou seja: com as competências necessárias, a consciência do valor da sua colaboração para a empresa alcançar seu objetivo e ser comprometida com seu trabalho, por paixão ao que faz (GIL, 2006).

Algumas definições sobre a gestão de pessoas são apontadas por (CHIAVENATO, 2008; MARRAS, 2000), onde gestão de pessoas ou ainda administração de recursos humanos é uma associação de habilidades e métodos, políticas, técnicas e práticas definidas com objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano e tem por finalidade selecionar, gerir e nortear os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa.

Uma outra definição é que recursos humanos é o conjunto dos empregados ou dos colaboradores de uma organização. Mas o mais frequente deve chamar-se assim à função que ocupa para adquirir, desenvolver, usar e reter os colaboradores da organização. O objetivo básico que persegue a função de Recursos Humanos (RH) é alinhar as políticas de RH com a estratégia da organização.

Apesar da disseminação em tempos recentes dos cursos de gestão de pessoas, tal prática ainda é confundida com uma atividade restrita ao setor de recursos humanos. Neste âmbito, as habilidades humanas assumem importância capital para qualquer gestor (VASCONCELOS, 2006).

Todas estas habilidades expressam a importância na valorização do capital humano, possibilitando não somente o desenvolvimento de suas potencialidades, mas também da superação dos seus limites (SERRA, 2010).

A situação-problema que abraçará este projeto são as deficiências enfrentadas pelas Organizações que não possuem a Gestão de Pessoas de fato efetivamente inserida em sua administração. Na cidade de Palmas Tocantins, cidade na qual estamos inseridos, essa prática é muito frequente, apenas algumas Organizações, sendo as de grande porte, possuem a Gestão de Pessoas mesmo sabendo-se que e a partir de dois colaboradores a Gestão do capital humano torna-se necessária, poucas empresas despertam esse interesse.

Diante disso porque tantas empresas sabendo da necessidade não implantam a Gestão de Pessoas? Porque as Empresas não percebem que só tem a ganhar com a Gestão de Pessoas? Essas são as indagações, as inquietações e os questionamentos em foco.

A justificativa para o problema levantado é mostrar onde o problema realmente está, porque não ter uma Gestão de Pessoas ativa gera problemas? Como esses problemas podem ser evitados? Esses motivos que causam inquietação, pois sabe-se que a organização só tem a ganhar.

Os meios utilizados para construção deste projeto são pesquisas através da internet, livros, cases, revistas e o conhecimento na área, vários estudos na área já foram realizados e houve tempo para realizar a pesquisa, praticamente um mês. Esta pesquisa e projeto irão contribuir para colocar em evidência as deficiências que podem ser sanadas e as contribuições da Gestão

de Pessoas para as organizações.

Descrever e conscientizar que as instituições não funcionam sozinhas, os cargos que fazem parte do plano de carreira não têm vidas próprias. Equipes, empresas, corporações ou governos são resultados do trabalho de um grupo de pessoas. Pessoas são importantes nas corporações, nas empresas no governo ou em qualquer outra instituição.

Tornar claro o objetivo da gestão de pessoas na organização que apresenta o conjunto de políticas e práticas necessárias para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com as “pessoas” ou recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, recompensas e avaliação de desempenho, que a organização tenha como foco principal assegurar um sistema de gestão de pessoas que valorize o potencial humano e gere clima organizacional favorável à motivação das pessoas, levando-as a contribuírem e se comprometerem com a excelência do desempenho e dos resultados organizacionais valorizando, desenvolvendo e retendo os seus talentos são objetivos deste artigo.

Compreender que o problema chave é a falta de uma Gestão de Pessoas é o primeiro ponto para que os objetivos sejam alcançados, após o conhecimento da necessidade de sanar esse problema, esta gestão deverá ser implantada oferecendo oportunidades de progressão na carreira, remuneração nos padrões do mercado, benefícios educacionais, plano de saúde, além de se tornar uma empresa reconhecida pela qualificação de seu corpo técnico. Apontar políticas de gestão de pessoas, definir metas que devam ser alcançadas para alcançar o objetivo enunciar etapas que serão conquistadas e demonstrem os avanços.

A pesquisa realizada está classificada em relação a sua abordagem em qualitativa, como básica de acordo com seus objetivos, será descritiva, e de acordo com seus procedimentos será bibliográfica.

O presente projeto de pesquisa terá como população-alvo a população em geral e a amostra de pesquisa terá como participantes específicos os dirigentes de empresas em que suas características gerais apresentam a importância da gestão de pessoas. O critério de escolha dos participantes específicos foi apresentar aos mesmos o porque da necessidade de implantar a gestão de pessoas nesta empresa e os benefícios da implantação.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram artigos pesquisados em revistas científicas online e livros de gestão de pessoas, como Rabaglio (2008), Gil (2006), Chiavenato (2000), Marras (2000), Vasconcelos (2006) e Serra (2010).

A pesquisa foi realizada através de materiais publicados na internet, livros, artigos e periódicos e a leitura dos mesmos resultou em uma pesquisa que foi efetivada e transferida para o projeto de pesquisa.

O tratamento dos dados, ou seja, as estratégias e procedimentos utilizados para analisar os dados colhidos pela pesquisa, foram a classificação das partes mais interessantes sobre a gestão de pessoas e a categorização sobre a importância do tema em foco para as organizações.

O estudo em Gestão de Pessoas foi realizado com o objetivo específico de atingir uma política Gestão de Pessoas que deverá ser implantada em diversas Organizações com carência nesse quesito. Atentar as organizações que dispõem de apenas um departamento de contabilidade que faz a folha de pagamento onde a parte estratégica não existe.

Uma empresa que investe em gestão de pessoas utiliza ferramentas como a análise e descrição de cargos, modelagem do trabalho, recrutamento e seleção de pessoal, admissão de candidatos selecionados, orientação e integração de novos funcionários, avaliação de desempenho das pessoas, comunicação aos funcionários, treinamento e desenvolvimento das pessoas, desenvolvimento organizacional, segurança e

qualidade de vida no trabalho, relações com empregados e relações sindicais, processos de agregar pessoas, processos de aplicar pessoas, processos de recompensar pessoas, processos de desenvolver pessoas, processos de manter pessoas, processos de monitorar pessoas, recrutamento, modelagem.

E que elas fazem esta política oferecendo oportunidades de progressão na carreira, remuneração nos padrões do mercado, benefícios educacionais, plano de saúde, além de se tornar uma empresa reconhecida pela qualificação de seu corpo técnico.

Entre estas ações encontram-se outras medidas tomadas por elas como: apontar políticas de gestão de pessoas; definir metas que devam ser alcançadas para alcançar o objetivo; enunciar etapas que serão conquistadas e demonstrem os avanços.

Considerações Finais

A gestão estratégica de pessoas na atualidade não pode mais ser vista como uma despesa para as empresas, mas sim como uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento das organizações que têm foco na produtividade, no mercado de trabalho e no crescimento amplo da organização. No decorrer da pesquisa bibliográfica, pôde-se perceber que o tema em questão ainda se encontra de maneira bem esporádica dentro do universo organizacional, principalmente em Palmas-Tocantins, onde apenas as empresas de grande porte adotam esta gestão. De acordo com os exemplos, argumentos e tópicos que foram apresentados no decorrer deste artigo, pode-se concluir que para a gestão de pessoas na atualidade tornarem-se uma ferramenta implantada deve-se ter em vista que o resultado positivo da organização acontece através de um ambiente de trabalho agradável, que valorize a satisfação do indivíduo dentro da empresa e que nem sempre visar apenas o lucro é suficiente, é necessário apresentar ações como as que foram apresentadas no decorrer deste artigo.

Referências

BATISTA, Andréa Clara Freire. **O tripé das organizações: pessoas, cultura e comunicação**. Disponível em <<http://www.comtexto.com.br/2convicomartigoAndreaClaraFreireBatista.htm>>, acesso em 10 de fev. 2015.

BITTENCOURT, Francisco. **A nova lógica das organizações**. Disponível em <<http://www.guiarh.com.br/p8.htm>>, acesso em 10 de fev. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas. Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de**

Recursos Humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Futura, 2000.

RABAGLIO, Maria Odete. **Gestão por Competências - Ferramentas para atração e captação de talentos humanos**. São Paulo: QualityMark, 2008.

SERRA, Floriano. **Gestão de Pessoas: todos ou ninguém**. Disponível <<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo182.shtml>>, acesso em 10 de fev. 2015.

VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de e André Ofenhejm Mascarenhas e Flávio Carvalho de Vasconcelos; **Gestão do paradoxo: "Passado versus Futuro": uma visão transformacional da gestão de pessoas** - RAE eletrônica, v.5, n.1, art.2, jan./jun 2006.